

GUSTAVO

C
O
R
Ç
Ã
O



A DESCOBERTA DO OUTRO



VIDEO EDITORIAL

VISIT...

LANZAROTE
Caliente.COM

GUSTAVO

A DESCOBERTA DO OUTRO

C
O
R
Ç
Ã
O



VOZES DO TÓTEM

A DESCOBERTA DO OUTRO

GUSTAVO

A DESCOBERTA DO OUTRO



VIDE EDITORIAL

C
O
R
Ç
Ã
O



A descoberta do outro

Gustavo Corção

11ª edição – outubro de 2017 – CEDET

Copyright © 2017 Herdeiros de Gustavo Corção

1ª edição: A descoberta do outro, 1944

Os direitos desta edição pertencem ao

CEDET – Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico

Rua João Baptista de Queiroz Junior, 427

CEP: 13098-415 – Campinas – SP

Telefone: (19) 3249-0580 / 3327-2257

e-mail: livros@cedet.com.br

CEDET LLC is licensee for publishing and sale of the electronic edition of this book

CEDET LLC

1808 REGAL RIVER CIR - OCOEE - FLORIDA - 34761

Phone Number: (407) 745-1558

e-mail: cedetusa@cedet.com.br

Editor:

Diogo Chiuso

Editor-assistente:

Thomaz Perroni

Preparação do texto:

Gabriel Hidalgo

Thomaz Perroni

Capa & diagramação:

Gabriela Haeitmann

Conselho Editorial:

Adelice Godoy

César Kyn d'Ávila

Silvio Grimaldo de Camargo

FICHA CATALOGRÁFICA

A descoberta do outro / Gustavo Corção — Campinas, SP: VIDE Editorial, 2017.

ISBN: 978-85-9507-023-3

1. Literatura brasileira. 2. Cristianismo.

I. Gustavo Corção II. Título.

CDD — B969 / 230

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Literatura brasileira — B869

2. Cristianismo — 230

VIDE EDITORIAL – www.videeditorial.com.br

Reservados todos os direitos desta obra.

Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma, seja ela eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer outro meio de reprodução, sem permissão expressa do editor

Sumário

O MEU PRÓPRIO CADÁVER

DORSOS E MÃOS

O VIÚVO VIU A AVE

ERA O MÍNIMO DE NÓS

CLOSE UP

ESTAMOS SENDO QUEIMADOS

ERA UM BOM MENINO

MEUS PULMÕES NORMAIS

ONDE UM GATO É GATO

AFONSO TINHA RAZÃO

GOSTOS E OPINIÕES

EQUAÇÕES SEM HOMOGENEIDADE

E ENTÃO, LEITOR?

TRÊS SENSOS PRESENTEM UM OBJETO

O OBJETO PROCURA OS TRÊS SENSOS

QUEM PENSA NÃO CASA

SEJAMOS DESESPERADOS

CHESTERTON E MARITAIN

NAS PORTAS DE UM REINO

E NÓS NOS GLORIAMOS DA CRUZ

AINDA UM POUCO DE TEMPO

VADE RETRO, SATANA!

A MAIOR DAS TRÊS

UM CAPÍTULO A MAIS

APÊNDICE: CARTA DE JACQUES MARITAIN A GUSTAVO CORÇÃO

NOTAS DE RODAPÉ

DILECTAE MEAE HEBAE

O MEU PRÓPRIO CADÁVER

Num romance de Alexandre Herculano, um personagem faz à sua namorada uma pergunta patética, no gosto da época: “Sabes tu, Hermengarda, o que é passar dez anos amarrado ao próprio cadáver?”.

Não me recordo se Hermengarda sabia; eu porém já posso dizer que avalio aquela situação porque passei mais de quinze anos amarrado à técnica. Cinco entre teodolitos e outros dez, os últimos, fitando ponteiros de galvanômetros. Durante esse tempo tentei algumas evasões, tentativas frouxas, veleidades em letras e em tintas, versos ou quadros, mas acabava voltando ao galvanômetro. Outras vezes, como forma de descanso, entrava a jogar xadrez semanas a fio, metido em clubes e organizações de campeonato; mas depois tornava ao galvanômetro.

Nesse modo de vida apurei um certo fôlego lógico que me fartava a razão e que ainda por cima me dava algum prestígio. Levei tempo a descobrir que aquela faculdade se desenvolvera à custa de uma atrofia; foi preciso que coisas graves acontecessem para que eu me desse conta de estar amarrado ao meu próprio cadáver. Essa descoberta e suas conseqüências são o objeto principal deste livro.

Não quero fazer aqui, mais uma vez, o processo já volumoso da técnica, nem mostrar o conflito entre o homem e a máquina. Pretendo mostrar um aspecto da mentalidade técnica e tentar um inventário de seus riscos.

A técnica é inebriante por duas razões fortes. Primeiro, porque dá à inteligência uma satisfação vertiginosa; segundo, porque todos se maravilham com suas prestidigitações. É difícil resistir à admiração dos outros, e o técnico é hoje o mais admirado dos homens. Dum lado, então, pelas espirais lógicas, o técnico farta-se de segurança, de certeza; doutro lado enche-se de louvores. Suas manipulações dão certo. E quando não, ele ainda sorri, sabendo que tem recursos, ou para explicar, ou para retificar. Nas explicações o técnico, na sua esfera de ciência aplicada, não corre as angustiosas aventuras da ciência e contenta-se com os elos mais próximos. Tem um determinismo curto, míope, e vive um racionalismo de pequenos círculos. Quanto às retificações, essas constituem um dos prazeres solitários na vida do técnico. Para ele o erro não é um elemento trágico; não dói. Antes faz uma pequena cócega diferencial e excitante. É bom fazer teoria de erros, aplicar fórmulas de

Gauss, acuar probabilidades, trançar uma rede fina em papel milimetrado, e saber que o erro está ali dentro. O erro é esportivo, estimula o tono intelectual, serve para caracterizar a nobreza do método e a riqueza do instrumental. Quando um experimentador entra em contato com sua aparelhagem, a primeira coisa que faz é a teoria dos erros. Depois disso, sabe que só depende dele, de certos cuidados simples, o tranqüilo convívio com aquela aparelhagem e a absoluta ausência de qualquer elemento trágico. A coisa mais desagradável que pode acontecer num ambiente de laboratório é ter de recommear; mas é sempre possível recommear.

Tudo isso é assim mesmo e está bem; um indivíduo não precisa interromper sua leitura de galvanômetro para pensar na dor e na morte; mas corre o risco de levar esse critério para fora do laboratório. Sairá então cambaleando, ébrio de logaritmos e de papel milimetrado e chegará em casa nesse estado. Ora, eu vivi mais de quinze anos nessa intemperança, e as pessoas respeitáveis que conheci estavam convencidas que minha vida era um pequeno modelo de virtude porque não espancava a mulher e não deixava os filhos sem pão.

Realmente eu vivia nesse tempo dum modo ordinário e tranqüilo. Tinha mulher e dois filhos e morava longe da cidade, no próprio lugar em que trabalhava, o que me permitia voltar à noite para o galvanômetro, depois que todos iam dormir. Era a melhor hora para mim; ninguém viria interromper meu transe técnico como era de costume durante o dia por causa de pequenos acontecimentos caseiros. Ficava até meia-noite, uma hora, duas horas mexendo em fios e lâmpadas, mexendo naquela quadrícula do cosmos que era a minha mesa. No fim da noite, extenuado, ficava diante dos aparelhos, sem jeito de largar, a remoer os resultados. Não havia grande lucro nessa demora, mas uma espécie de obsessão me impedia de deixar o galvanômetro. Os dados do problema ficavam-me na cabeça, rodando, girando, indo e vindo, como uma melodia obstinada que a gente começa a assobiar e depois não consegue largar porque o fim emenda no princípio. E assim, quase todas as noites, eu ficava preso nesse assobiar mental, com quatro ou cinco pequenos resultados experimentais dançando-me monotonamente na memória fatigada. Quando fechava a sala e ia apagar a luz ainda me demorava no interruptor a olhar a mesa cheia de fios e válvulas; não olhava porque me acudisse alguma idéia nova ou porque sentisse a presença de alguma solução inesperada: olhava por olhar; olhava porque era difícil não olhar.

Nos domingos eu ficava como o fumante obrigado à abstinência. O dia era da família; por uma fidelidade a esse princípio estabelecido eu me entretinha com a mulher e os filhos ou recebia visitas dos parentes. Mas

o dia custava a passar, pesava-me; sentia-me à toa, ausente, exilado. Às vezes conseguia escapar enquanto a mulher se distraía num serviço ou as visitas se empolgavam numa conversa sobre política; e ia fumar às escondidas alguns miliampères...

Ora, um dia, por causa de certo instrumento de música baseado em oscilações elétricas, que durante um ano tinha estudado e desenvolvido, minha vida mudou completamente de rumo. Primeiro conheci um padre, um franciscano, que me animou com entusiasmo; depois recebi de meu irmão o auxílio para montar uma oficina especialmente destinada à fabricação daquele instrumento, e o auxílio ainda maior para montar casa no Rio, deixando a colocação que me obrigava a viver longe da cidade. Mas saiu tudo diferente. Os projetos alteraram-se no próprio plano técnico, porque a oficina montada para fabricar órgãos eletrônicos recebeu outras encomendas melhores. O instrumento ficou para o canto, esquecido. Andei longos meses cheio de ressentimentos, compreendendo que a técnica devia se curvar diante de outros imperativos e não achando em mim aquele heroísmo dos inventores exemplares cujas histórias edificantes me tinham contado em menino. Além disso tinham surgido em outros continentes órgãos semelhantes e mais bem sucedidos. Fiquei em casa com o único modelo fabricado, e esse mesmo incompleto: ele atravancou a minha sala durante três ou quatro anos, monumentalmente inútil. Não tinha ânimo para completar, nem coragem para desmontar. De quando em quando aquele padre franciscano vinha em nossa casa fazer um pouco de música sem perder a esperança de ver um dia acabado o instrumento que já era mais sonho seu do que meu. Mais tarde um pouco, cerca de um ano depois, o padre viria sem ser pelo órgão e, mais tarde ainda, eu poderia desmontar o instrumento porque dois ou três anos de trabalhos árduos tinham encontrado razão de ser em um só minuto, tinham sido superabundantemente resgatados com um pedaço de pão.

DORSOS E MÃOS

Saiu-me tudo diferente. Na nova instalação, embora com melhor salário e mais conforto, não podia reatar a vida técnica de quinze anos porque não tinha laboratório em casa. Para encontrar o galvanômetro era obrigado a pôr gravata e tomar ônibus. No trajeto cotidiano, e nos pequenos desvios do trajeto, encontrei amigos velhos e conheci novos; fui forçado a notar o movimento das ruas, a ouvir o alto-falante dos

vizinhos, a ler as manchetes dos jornais, sobre acontecimentos numa remotíssima Espanha. E o mundo que eu vi, no caminho de casa para o papel milimetrado, pareceu-me estúpido e cruel.

Durante a minha clausura técnica, vivera de tal modo indiferente à política que um dia, lembro-me bem, achei-me sem saber o nome do Presidente da República. Um leitor moço, da nova geração, custará a crer nesse fenômeno, mas já o ajudo um pouco explicando que nesse tempo não existia a Hora do Brasil.

A única consciência social que me sobrava vinha do ambiente imediato, isto é, da organização em que funcionava como engenheiro. E essa era desagradável. Sentia-a como quem sente calor em janeiro, sabendo perfeitamente que não adianta filosofar sobre o eixo da Terra ou maldizer o trópico do Capricórnio. Aceitava e abanava-me. Naquela organização em que estava metido por ofício, via-se logo que a hierarquia não se baseava no mérito e que tanto os operários como os técnicos eram explorados por uma administração cuja virtude principal estava nas boas roupas.

Tentei estudar a gênese de um diretor ou dum gerente, mas como só tinha um critério métrico, não consegui atingir nenhum resultado. Então mergulhava nas manipulações como os desgostosos mergulham no gim. Passava longos meses sem pensar nesses problemas, mas eles voltavam quando percebia com maior nitidez que as coisas rigorosamente construídas pela técnica eram absorvidas pelo desvario. Um aparelho extremamente bem calculado servia para fins exóticos e sem sentido. O paradoxo atingia a própria técnica. Muito rigor de um lado e insensatez de outro. Um receptor de rádio é um primor sob a condição de não funcionar, porque então se torna uma alucinação.

A telefonia internacional, por exemplo, em qualquer discurso é um prodígio do século: na hora de funcionar não passa de uma idiotia entre outras idiotias. Custou muito, essa telefonia internacional. As companhias sabem o seu custo em dinheiro e estabelecem o balanço entre esse custo e a renda, e tudo está bem. Mas o técnico sabe melhor o que custou o serviço, sabe as noites mal dormidas, os cálculos, os desenhos, as discussões, os livros que consultou, as medidas que fez. Viu as antenas subirem nos céus, viu os homens pendurados em carrinhos a cem metros do chão, viu o sangue dos acidentes. Fez curvas, gráficos, ábacos; esmerou-se para que a voz humana mantivesse a inteligibilidade e até mesmo uma certa dignidade. Teve dezenas de ajudantes, cuidou de livros de ponto, ouviu queixas de salários e respondeu com pregações sobre o dever.

No dia da inauguração, porém, se o técnico ainda guarda um vestígio de dignidade terá uma imensa decepção. A partir desse dia, ele tentará fazer o balanço de seu serviço e não encontrará com quê. Tem necessidade de se sentir útil e não o consegue. Os diretores lhe dirão que o serviço está dando boa renda e que o seu salário vai ser aumentado, mas se ele tiver um resquício de sinceridade nada disso o convencerá de que prestou um bom serviço.

Foi isso que pensei ouvindo os discursos e as conversações internacionais. Nada poderá, ainda hoje, me convencer que uma tolice transatlântica deixa de ser uma tolice. Antes do rádio tinham pouco alcance, perdiam-se nas paredes, diluíam-se pelas janelas ou caíam pesadamente no chão. Agora, um pouco por meu esforço, essas tolices correm pela estratosfera, desencarnadas, tornadas tolices eletromagnéticas, refletem-se no teto eletrônico do mundo, escorregam por meridianos e paralelos, dão a volta ao globo, para chegarem ao outro hemisfério, onde um brasileiro ricoço pede ao amigo, com angústia na voz, notícia de seus cavalos...

Achei-me um dia investigando se existiria uma só palavra que merecesse aquelas antenas e tamanho esforço. Concluí que não existia. Parecia-me estranho que os homens conseguissem pela ciência descobrir tanta coisa maravilhosa para o serviço da estupidez. E ainda mais estranho me parecia o consentimento de todos.

Por isso, quando me instalei na cidade e tive mais tempo para observar e pensar fora do galvanômetro, fiquei assombrado. Por mais torta que me parecesse a organização de uma indústria, ela ainda tinha um vestígio de unidade. O mundo, ao contrário, pareceu-me uma massa enorme em convulsão, uma coisa sem forma, um corpo que não era bem um corpo, ou pelo menos não tinha uma face. Tentava ter. Ensaíava. Fazia força para ter. Mas só conseguia aqui e ali um resultado fugaz e medonho, uma máscara imbecil, maliciosa, que fazia uma careta e desaparecia.

Não entrei logo a praticar a maledicência política nas esquinas, contando anedotas de ministros ou desejando outra facção, porque essa prática exige uma certa iniciação, um certo conchavo, e supõe a possibilidade de uma arrumação um pouco diferente com os mesmos elementos. O problema parecia-me mais grave.

Mas o conceito de erro que eu trazia da técnica impedia-me de ver o sentido trágico do erro do mundo, e então sobrava-me a idéia de um engano monstruoso, de um equívoco tremendo. Era preciso fazer, não uma retificação, mas uma revolução. Mudar qualquer coisa inteiramente.

Como explicar por exemplo a estranha levitação dos ricos e dos poderosos? Que fio ou fluido os sustenta? E ainda mais incompreensível do que a elevação dos ricos e poderosos, parecia-me o consentimento noturno, suburbano, espesso, apenas resmungante, de uma legião de dorsos pobres. Vendo a volta dos operários nos trens lembrei-me duma litogravura que me tinha impressionado em pequenino. Chamava-se “A volta do trabalho”. Representava um lavrador rude e forte com uma enxada no ombro, voltando do campo; seu vulto atlético e nobre destacava-se contra um pôr do sol glorioso, e no fundo do quadro viam-se umas casinhas de aldeia e o campanário duma igreja.

Agora os pobres que voltavam do trabalho pendurados nos seus trens não tinham nobreza alguma nem a poesia forte das figuras de Millet.

Vi-os nas oficinas, metidos nos macacões murchos e tristes, debruçados nos tornos, manejando ferramentas aduncas para tirar do bronze a forma decretada no ferro prussiato. Eram os tristes e ridículos habitantes dum país exótico, de árvores metálicas, onde o selvagem alarido das serras parecia o canto de cigarras monstruosas num verão de aço...

Mas no meio desse titanismo teatral e fácil, parecia-me evidente que a luta decisiva não era travada entre a mão do operário e o bronze. Havia um inimigo oculto que devorava o obreiro, que sugava o macacão de triste azul no pouco que lhe restava de carnes e de nervos. Toda a maquinaria lustrosa era um aparato de cirurgia aplicado em cima do pobre para tirar de sua fraqueza a força e de sua pobreza a opulência duma minoria dominante. E em toda essa combinação o engenheiro parecia-me o cúmplice inconsciente que ainda se alegrava, como um técnico que consultasse, com curiosidade profissional, o estetoscópio encostado no peito dum espancado.

Do outro lado da cidade estavam as casas dos burgueses; estavam os intermediários das corretagens, aqueles que entram e saem nas combinações, não como a esponja de platina mas como a esponja do mar. Porque eles se embebem no trabalho alheio e saem com seus poros pingando lucros. Representam o triunfo da porosidade e a recompensa do vazio.

Então, a cidade toda pareceu-me edificada em cima do gemido e da má vontade arquejante. Era fácil ver milhares de dorsos, cariátides escuras e sem faces, sem o luxo supérfluo das faces, milhares de dorsos, dorsos e mãos, dorsos para agüentar e mãos para fazer. Milhares de dorsos e mãos, tudo escuro, pardacento, como pinceladas brutais em terra de Siena. Em cima deles a cidade. Em cima deles as casas, os automóveis, as gentes passando nas ruas com seus embrulhos, os bairros tranquilos com

crianças gordas, os palacetes, os clubes. E ainda mais acima, nesse quadro fantástico, via-se uma nesga verde-clara de prado bem tratado. Dois ou três cavalheiros afáveis e rosados, de pele fina e roupas moles, destacavam-se contra um céu de cobalto lustroso, de encomenda para um sábado burguês. E lá em cima de tudo, no topo do quadro, no azul do céu, branca como uma hóstia, solta no ar, resplandecente, uma bola de golfe...

O VIÚVO VIU A AVE

Fiquei então convencido, nesse tempo, de que o mundo estava torto, intencionalmente torto, por malícia humana, para benefício exclusivo da detestada classe burguesa. Não havia tragédia nem mistério da iniquidade, o que havia era trapaça. Um jeito que se lhe desse e o mundo endireitaria. O erro, sem dúvida alguma, continuaria a existir, mas com aquele caráter que tem na técnica: erro de detalhe, pequeno, estimulante, de cujo desgaste a evolução se encarregaria.

Encontrei amigos velhos e conheci novos. Em todos havia a mesma sanha antiburguesa e a mesma expectativa diante da onda de acontecimentos que engrossava a gravidez do mundo. Estávamos na época da revolução espanhola e assistíamos horrorizados às conseqüências do pacto renovado entre a política clerical, destiladora do ópio do povo, e os burgueses fardados de heróis de opereta, ávidos de poder.

Formamos logo um grupo conspirador onde havia um pouco de tudo o que fosse revolucionário: leninistas, trotskistas e fascistas. Os últimos eram minoria; não olhavam com bons olhos o falangismo por causa do clero e guardavam reservas sobre o racismo alemão. Contentavam-se esses direitistas em arvorar a bandeira da grande raça branca e em citar versos implacáveis de Nietzsche.

Passávamos as noites trocando idéias para a retificação do eixo da Terra, com alarido, gastando generosidade, vivendo uma espécie de adolescência mental, citando autores mal lidos, condenando outros absolutamente ignorados, inventando filosofias, acusando a Igreja de idealismo em nome de Marx e de Hegel. Os problemas mais diversos do mundo, desde o trigo até o sexo, teriam soluções fáceis desde que pudessemos fazer um reajustamento de caráter plutônico na geologia social. Ninguém consentia em esperar sedimentações, porque era com

essa tática que a Igreja e a Burguesia contavam.

De excitação em excitação, e certos de que todo o mal estava na direção burguesa baseada, ou na mais-valia ou na mentira vital, a maior parte do grupo não fazia questão da doutrina. A mim, devo confessar que o materialismo histórico nunca me pareceu suficientemente claro. Dessa displicência surgiram discussões, porque os outros não podiam suportar essa espécie de agnosticismo revolucionário, e três ou quatro rostos ansiosos de catequese viravam-se para mim. E lá vinha o Manifesto, a sociedade sem classes e tudo mais.

Mas pouco se me dava o materialismo histórico; o que eu queria era o figado do burguês. Nesse ponto havia uma instantânea concordância. E assim ficávamos, até altas horas, espancando esse judas ausente, com entremeios de anedotas inéditas.

Para mim e para o amigo Fred, quando os marxistas não estavam presentes, o problema era mais psicológico do que econômico. Havia melhor entendimento entre nós; e, em lugar da divisão da sociedade em classes, que nos parecia simples demais e um pouco ingênua, víamos a separação dos homens pela linha meridiana da mentira. Fred queria salvar o mundo da mentira ainda que devesse ser implacável e cruel. Queria entrar nas igrejas e atravessar a nave levantando um por um, para que todos reconquistassem a glória da verticalidade comprometida pelas genuflexões.

Faltava-nos, porém, uma técnica revolucionária. Como extrair força e consentimento das multidões com a leitura dum poema de Nietzsche? Nesse sentido os outros tinham razão: era mais fácil triunfar pelo proletariado do que pela grande sinceridade que se propunha armar um ninho entre os astros. Começaríamos pois com Marx e depois veríamos. Seria um maquiavelismo necessário para a salvação da grande raça caucásica e do homem de amanhã.

A nossa grande satisfação consistia em imaginar, com detalhes e colorido, essa época radiosa em que pudéssemos, finalmente, sair pelo mundo marcando um sinal nas faces dos burgueses.

Eu já inventara um processo para a identificação dos réprobos com o emprego de certos reagentes, como na química. O principal seria a criança. Iria pelos caminhos com uma criancinha loura pela mão como aquele homem que descobre nascentes d'água com um bastão. Onde houvesse ajuntamento eu empurraria a criança, fá-la-ia atravessar o grupo, e onde o burguês estivesse, um abundante precipitado de mentira vital se alastraria pelo chão. Essa propriedade tinha para mim a força de

uma definição: o burguês é o tipo que, diante de criança, segrega necessariamente a mentira.

Logo que ela acaba de nascer, a mentira, como ama-seca invisível, anda entre as rendas e as fitas do berço. A criança ainda não pode ouvir conselhos edificantes, não tem jeito de fazer pelos-sinais; só tem a boca como ponto vulnerável; então metem-lhe na boca uma chupeta com açúcar...

Às vezes os amigos vinham a minha casa, a mesma onde moro ainda hoje, e como a amizade crescia, segundo as leis especiais desse epifenômeno, não era raro que viessem para jantar. Havia então uma trégua em nosso solarismo revolucionário, porque era difícil manter essa atitude diante duma mesa posta e de uma senhora que se desculpa por causa do pudim que se partira na fôrma. Ficávamos canhestros; o meu maior receio era que os amigos percebessem o burguesismo de meu interior. Nessas noites não havia beijo em filho, e quando a mulher subia para o sobrado levava como despedida um aceno de camaradagem soviética. Um dia, já por essas razões e também pelo heroísmo de nossas conversas, minha mulher declarou-me que eu e meus amigos éramos ridículos.

Ainda era pior o constrangimento quando calhava entrar outra pessoa da família, mãe ou irmã. Enfiávamos; nossas asas de condores ficavam murchas; e como afinal éramos filhos de boas famílias, não havia remédio senão falar os pequeninos nadas de educação burguesa.

Lá pelas onze, depois que todos saíam, então sim, nós nos encontrávamos, e, como desforra, entrávamos pela noite a dentro, entre muitos cigarros, fazendo a vigília tumultuosa daquele natal do mundo. Nunca em toda minha vida fui tão sublime e tão estúpido...

Quantas vezes já tenho pensado em vocês, meus bons companheiros de noitadas! Apesar de tudo nós nos queríamos bem. Hoje vocês estão longe, espalhados pelos quatro ventos, alguns exilados por terem passado da conversa fiada e inofensiva para os atos perigosos e irrefletidos. Meus bons companheiros, minha mulher tinha razão: nós éramos ridículos.

Aliás ela repetiu-me isso um pouco mais tarde com uma linguagem particularmente clara e convincente.

Naquelas noites, quando meus amigos saíam, eu fechava a casa ritualmente. Verificava os ferrolhos, despejava os cinzeiros atulhados e

examinava o bico do gás, ouvindo ainda na memória o eco de nossa gritaria. A propósito de bico de gás devo dizer que minha mulher tinha cisma de incêndio. Desde os primeiros dias de nosso casamento, todas as noites, ela tinha que sentir um vago cheiro de queimado, e eu, com a solicitude de noivo, lá ia examinar os recantos da casa. Depois, na crise da acomodação, recusei-me a procurar, declarando secamente que era cisma. Mais tarde vieram os sarcasmos de marido, de especialista, e quando ela falava em cheiro de queimado eu logo acrescentava que tinha visto um clarão sinistro nos lados da cozinha.

Mas naquele tempo eu inspecionava os bicos, sondava os recantos e até gosto achava nisso. Quinze anos de casamento dão sentido aos gestos mais inúteis, que se tornam coisas de nossa vida, coisas que unem, gestos-filhos.

Enquanto eu fechava a casa, em cima, no sobrado, a mulher e as crianças dormiam. Minha casa nesse tempo, mais do que hoje, tinha dois pavimentos. Embaixo, o materialismo histórico ou a grande raça branca; em cima, dormindo desde as dez horas, a mulher que tinha passado o dia discutindo com o açougueiro, cosendo roupa, lavando os filhos e cuidando de meu jantar. Eu tinha duas casas. Há indivíduos que realizam esse feito em quarteirões diferentes e sem comunicação. Eu não; tinha duas casas na mesma; e duas vidas; e duas palavras. Para conquistar ordem e unidade no mundo, eu começava assim, tendo duas casas, e duas vidas, e duas palavras.

A escada era a comunicação. Depois de tudo bem fechado, eu subia a escada. E então, para não acordar mulher e filhos, e sobretudo para não ouvir alguma reflexão infalivelmente razoável, eu parava na porta do quarto, e ali no corredor, encostado na parede, com precaução, tirava os sapatos para não fazer barulho.

Mas no dia seguinte recomeçava a história. Voltávamos a vociferar e discutir com o manifesto na mão. Insensivelmente íamos aumentando a solidez do grupo pela afeição, pelo brio, pelas palavras dadas, mas julgávamos que era a solidez da doutrina que nos unia melhor. Insensivelmente seríamos levados a praticar imprudências decisivas, gestos sem recuo possível, mesmo porque os agentes ativos da revolução já rondavam nossa porta para colher nossos entusiasmos. As conversas já saíam das divagações e resvalavam para conseqüências práticas. Poucos dias mais e eu me alistaria, com materialismo histórico ou sem ele, pela irresistível força do grupo, numa célula comunista.

Ora, foi nessa ocasião que minha mulher morreu.

Morreu moça. Levou dois meses a morrer. E passei esse tempo curvado sobre o meu caso particular. Alguém me dissera que aquela toxemia gravídica, com os progressos da medicina, conta somente um e meio por cento de casos fatais. Passei dois meses quase sem dormir por causa desse um e meio por cento, dando-lhe água e comida como às criancinhas, cuidando das menores coisas, passando um dia feliz por causa dum defecar e logo outro acabrunhado porque o pulso subia. Vi o médico deixar cair o estetoscópio em cima da cama e ficar olhando pela janela, pensativo. Quando me aproximei ele disse:

— Bonito flamboyant! Olhei também; era no vizinho em frente. Era bonito mesmo. Num dos galhos mais altos estava um passarinho. Lembrei-me de minha cartilha que na segunda ou terceira página dizia assim: “O viúvo viu a ave”. Durante algum tempo fiquei remoendo estupidamente esse fenômeno lingüístico pelo qual eu seria um viúvo. Achei esquisito e repulsivo o vocábulo. O médico então explicou-me, com termos caridosos, que o meu caso particular estava entrando devagarzinho naquele um e meio por cento, e pondo a mão no meu braço, de leve, com cerimônia, falou-me em Deus.

Viveu ainda uns vinte dias. Uma tarde fui para o quintal e sentei-me num banco, embrutecido. Olhei o sol que se deitava por trás da casa do coronel. Lá ia o sol. O sol era um milhão e quatrocentas mil vezes maior do que a Terra; a Terra, com seus quintilhões de toneladas, era um grão de poeira perdido dentro duma enorme galáxia... Acordei de meus cálculos astronômicos pensando na minha doente desenganada. Era um caso particular, um ínfimo caso particular metido no universo e no tempo. Pensei no materialismo histórico; e senti de repente um calor de vexame no rosto. Olhei em volta com receio que me tivessem visto o pensamento. Senti, como ainda hoje quando me lembro, um vexame intenso. Haverá decerto coisas mais graves, ações muito mais sérias, de piores conseqüências, mas não há nada mais persistente do que a lembrança duma gafe. Tudo aquilo, as discussões, os sistemas, tinha sido uma gafe. Eu bem sabia, ali sentado no banco, que voltaria depois ao meu trabalho e à vida de cada dia; que tornaria a fazer meus aparelhos e ler meu galvanômetro. Mas de uma coisa estava certo: o materialismo histórico e a grande raça branca nunca mais teriam sentido para mim. A unidade de minha casa se restabelecia a preço alto, e o sobrado levava a melhor. Olhei para o sobrado, para as janelas do sobrado, e logo o sol, com todos os seus milhões de vezes, pareceu-me pequeno, e com todo o seu luxo de elétrons e de fótons, pareceu-me ridículo diante daquela

persiana fechada.

Veio o padre. O franciscano que tantas vezes nos visitara por causa do órgão. O órgão estava embaixo, na sala da frente; e por causa de seus fios, dos osciladores, de cada peça que durante anos estudara, o padre franciscano estava em cima, no sobrado, tirando dos panos de seu hábito um pedacinho de pão. E foi assim que o Corpo de Deus entrou pela primeira vez sob o meu teto, e que eu assisti, louvado seja Nosso Senhor, ao milagre de uma boa morte. Porque ela riu no seu último dia!

ERA O MÍNIMO DE NÓS

O caso que vou contar é insignificante; não chega a ser caso; começa pelo meio e acaba sem fim. Como no entanto eu preciso do testemunho de Edmundo, julgo indispensável fazer uma apresentação.

Esse Edmundo era um companheiro freqüente de nossas noites naqueles tempos de cogitações socialistas; mas era o mínimo de nós. Tinha entrado docilmente na roda sem que ninguém pudesse explicar com clareza a sua origem. Creio que o vi pela primeira vez num café; depois teria voltado por desfastio, e acabara ficando no grupo por hábito. Sua principal atuação, entre nós, consistia em rir quando tínhamos graça e ecoar quando tínhamos razão. Prestava-se de boa vontade. Às vezes, no ardor das discussões, aproveitando algum silêncio para acender cigarros, ele tentava dizer alguma coisa sua; mas quando nós o encarávamos com os cigarros já acesos e olhares impacientes, ele corava, engrolava uma reticência, e acabava se encolhendo no seu papel de rir e de ecoar. Era o mínimo de nós. Uma vez ou outra dávamos a Edmundo um encargo fácil e púnhamos a mão no seu ombro. Ele então se envaidecia, e no seu rosto de fuinha meiga brilhava um esplendor feito de nossos restos. Era um pobre. Se essa história se passasse na Rússia, em 1905 ou 1917, seria esse rapaz, o Edmundo, que levaria a bomba agasalhada ao peito para se atirar com ela contra a carruagem do tirano. Em nossas reuniões inofensivas ele contentava-se em trazer recados e oferecer cigarros em volta. Não sei que fim levou o Edmundo. Talvez esteja exilado; talvez morto. Terá levado um pouco longe, quem sabe, o gosto de servir. Ora, uma noite, enquanto algum de nós sustentava a origem da família no matriarcado com algum novo argumento, notei uma aliança de casado que dançava na magreza ossuda de seu dedo. Pensei logo que devia ser muito enfadonho viver indissolúvelmente com o Edmundo. Imaginei-

lhe a casa; adivinhei-lhe a mulher de quem não tínhamos a menor notícia, porque não nos ficava bem, a nós revolucionários, antiburgueses, machos solares, indagar de pessoas das famílias. Depois inventei-lhe um filho e o quadro ficou completo.

Seria lá pelo Encantado a casa do Edmundo; seu filho seria assim mesmo, magro, com aqueles olhos compridos e meigos, e teria aquele jeito retorcido de rir-se. Nos domingos Edmundo ficava em casa; vestia um pijama de listras azuis e andava à toa, como uma zebra muito mansa, muito paternal, distribuindo conselhos tirados do materialismo histórico. À noite, depois do jantar, o filho pulava nos seus joelhos, e com um brilho no olhar doentio dizia à mamãe que, quando crescesse, queria ser como o papai. Como devia ser enfadonho viver sempre, todos os dias, jantar, dormir, acordar com o Edmundo! De repente pensei no pior: ser o próprio Edmundo...

CLOSE UP

Já que contei o caso do Edmundo vou contar aqui outro ainda mais insignificante. Encontrei-o numa carta que escrevi há cinco anos e que me ficou na gaveta.

Nesse tempo tive de obter um certificado de reservista, um pouco tardio, porque aparentemente o Estado tinha mais confiança nos meus músculos do que eu mesmo. Provava isso exigindo-me aos quarenta anos uma atitude militar. O papel era necessário por causa de um cargo de professor que tinha e ainda hoje mantenho no próprio exército. Fui tratar do papel. Devo acrescentar que de então para cá tive de tratar de maior número de papéis do que em toda a minha mocidade, e esse fenômeno caiu-me tarde porque já não consigo obter a agilidade que a nova geração demonstra nesse exercício. Sou canhestro em estampilhas e corredores. Qualquer porta de subchefe me entorpece não somente as pernas como o próprio raciocínio. Mas fui. Levava recomendações e carregava como podia minha importância de professor.

Não posso reconstituir todos os passos que dei, por quartéis e repartições, porque foram muitos. Andava com o bolso sempre cheio de guias, retratos, certificados, números de protocolo, e, como nesse tempo andava para casar pela segunda vez, o retrato da noiva aparecia quando era selo ou guia que procurava para mostrar ao capitão Rocha.

O que atrapalhou todo o processo foi o nome de minha mãe. Ela tem nome composto, mas de composição meio esquecida, que aparecia num papel mas não constava em outro. Logo não era a mesma mãe. Um coronel demonstrou-me com afabilidade que, oficialmente, eu tinha duas mães e como minha fisionomia não brilhasse de compreensão, o coronel irritou-se e percebi que no fundo da sala o sargento secretário estava a sorrir-se de mim.

E o nome de minha mãe, durante mais de uma semana, andou pelos quartéis, enquanto eu mofava. E mofando fui parar numa saleta onde se passou o fato, por causa dum dente abalado do tenente Lino.

A saleta, onde passei uma parte substancial de minha existência à razão de duas a três horas por dia, teria seus cinco ou seis metros e era dividida por um tabique. Logo à esquerda da porta que dava para o corredor estava a mesa do tenente Lino; à direita, noutra mesa com máquina, um sargento; no fundo, por baixo do tabique, que era alto do chão, viam-se as botas do capitão Rocha, e por cima do tabique, que era baixo do teto, ouvia-se o seu pigarro.

O tenente Lino era magro sem exagero, mais seco do que magro, com esses traços finos e esticados que logo dão pena. Cortesmente deu-me cadeira, tratando-me de professor, e mergulhou nos seus papéis.

O sargento batia na máquina como quem se desforra; quando errava alguma letra, soltava um palavrão surdo, suficientemente surdo por causa da disciplina, e suficientemente palavrão por causa da sua virilidade e de suas pernas. Esse sargento tinha um rosto comprido, cavalino e esverdeado. Um certo langor dos olhos permitia que seu nome fosse Eulálio.

As botas do capitão Rocha, de tempos em tempos, mudavam de posição por debaixo do tabique. Era excelente pessoa esse capitão Rocha! Poderia prová-lo se abrisse outro capítulo para uma história especialmente dedicada ao capitão Rocha; neste agora aparecem-lhe somente as botas.

Só notei o resto da sala no terceiro ou quarto dia de espera. Quero referir-me às paredes. Não sei se é fenômeno geral ou só meu, mas o fato é que levei três dias para notar quatro paredes. Pode-se tentar uma explicação dizendo que uma parede é coisa negativa e que costumamos fitar melhor aquilo que podemos desejar. Ora, ninguém deseja uma parede; por mim, o que eu mais desejava nesse tempo eram as portas. Por isso concluo que a maior parte dos letreiros e cartazes perdem o tempo nas paredes.

Foi então no quarto dia de espera que descobri as paredes da saleta, que vi a folhinha, que li os letreiros edificantes, e que finalmente percebi a pintura. Quando notei a pintura, o sargento estava mergulhando a metade dum pão de tostão no seu café com leite. Curvava-se sobre a xícara para não pingar, arqueava enormemente as sobrelanceiras grossas, e sob esse ângulo o seu rosto era mais cavalino e esverdeado do que nunca.

A pintura que vi nas paredes era tocante. Azul-clara e lisa até a altura das portas, mas aí, no friso, algum pintor de sentimentos cândidos tinha escolhido, para aquela saleta de quartel, uma chapa feita de casais de pombinhos se beijando. Toda a sala em volta tinha casais de pombinhos de meio em meio metro.

Olhei pela janela e vi um morro, longe, salpicado de casinhas brancas ao sol. Um papagaio estava ao vento. E a saleta pareceu-me então tranqüila, fresca, como alpendre de roça que um regimento tivesse requisitado para seus mapas e cálculos em tempos de campanha. Senti uma suave sonolência e adormeceria se não fosse o tique do tenente Lino. Foi nesse momento que reparei.

Ele chupava alguma coisa, de quando em quando, no canto da boca; mas não parecia tirar proveito, porque depois do chupão seu rosto exprimia mais decepção do que prazer. Momentos depois tornava a chupar. Percebendo o meu interesse voltou-se, com um sorriso, e disse-me confidencialmente: — É um dente.

Escreveu mais uns metros de seus ofícios mas acabou contando. Era um dente. Tinha colocado uma coroa no ano passado; tinha custado tanto; e agora ela estava se desprendendo. Para se convencer mais uma vez, ele cerrou as maxilas com ar resolutivo e experimentou atentamente as oscilações da coroa. Nessa experiência o seu rosto ganhava o aspecto grave de quem ausculta e na testa intumescia-se uma veia. Depois, meteu um dedo na bochecha e sondou-se. Ela mexia mesmo.

E para provar virou-se para mim de boca escancarada, com o dedo na coroa, e pôs-se a mexer nela devagar com os olhos pregados nos meus. Debrucei-me com interesse e o tenente, mexendo sempre, perguntava-me com a voz peculiar dos ventríloquos: — Vê? Vê? Eu via. A coroa do tenente Lino oscilava lentamente, mexia-se no dente cariado mostrando a falha ora dum lado ora do outro, enquanto um fio de saliva começava a correr pelos dedos.

Ora, leitor, o fato que eu queria contar é apenas esse. Vi o dente remendado do tenente Lino. Não parece grande coisa, mas naquele

momento pareceu-me enorme. Aquilo entrou-me; combinava com a média do sargento, com o pigarro do capitão, com os pombinhos da parede e com a janela aberta para o morro distante. O que não combinava era a máquina de escrever, eram as perneiras e os cartazes. E também os certificados. Na boca escancarada do tenente Lino não vi a apoteose da burocracia; vi apenas uma coroa mal posta, um dente que ele iria chupar no compasso da aflição, que à noite seria comentado em casa, mostrando à esposa como o fora a mim, assim mesmo, com o dedo fincado a esticar as carnes magras. E a casa do tenente Lino, a casa do capitão, do excelente capitão, seu pigarro e seus gargarejos, a casa mais pobre do sargento que talvez fosse uma daquelas do morro, e os casais de cada casa, os casais que não eram iguaizinhos nem arrulhavam perpetuamente como os pombos da pintura, tudo isso, leitor, foi o que me pareceu ver na boca do tenente. E ali mesmo, esquecido do certificado, abraçaria o tenente, o sargento, o capitão, se não fosse também canhestro em efusões. Mas como sou, não fiz nada; guardei para mim.

Já agora contei; e se não viu nada do que disse, leitor, na boca escancarada do tenente Lino é porque não compreendeu os capítulos anteriores deste livro. Ou então porque contei mal.

ESTAMOS SENDO QUEIMADOS

Uma noite — anos mais tarde, estando eu já casado novamente e até esperando filho — sentei-me num sofá, na sala de jantar, vendo minha mulher costurar sob a luz do abajur; e, de repente, pensando alto, disse-lhe:

— Precisamos ter um cachorro, um terra-nova.

As cogitações que me haviam conduzido a conclusão de aparência tão banal tinham para mim, entretanto, uma importância decisiva. Estava curado do materialismo histórico e mesmo da saudade; uma vida normal e feliz parecia estar novamente à minha disposição. Mas apesar de tudo não sabia onde meter minha impaciência e não conseguira inscrever a vida num epílogo confortável. As histórias costumam acabar assim: casaram-se e tiveram filhos... A minha história, porém, continuava de pé, como quem anda de um lado para outro num corredor sem lembrar exatamente o que espera. Tempos atrás, quando andava pelas ruas à procura do extraordinário, eu julgava que a vertigem

das horas me vinha do luto e da saudade. Agora já não tinha essa explicação.

Experimentara ultimamente diversos métodos para a conquista de um método; tentei meter minha impaciência em horários ou sentá-la numa poltrona. Comprei cadeiras confortáveis e especiais para a leitura, mas não conseguia ficar sentado: acabava lendo em pé ou não lendo. Melhorei meu escritório, e logo ele me pareceu alheio e inóspito.

Pelas conversas, pela leitura, e até pelo espiar as janelas com ávida curiosidade, sabia a vida dos outros enquadrada perfeitamente no ciclo da semana e das quatro estações. Via na vizinhança indivíduos saírem e entrarem a horas certas, casais irem regularmente às sessões das segundas-feiras, usarem roupas de acordo com o sol e com a chuva, e terem recantos constantes para passar a noite, emendando a leitura do jornal num jogo de cartas.

O mundo inteiro parecia um relógio monumental, desses que indicam dias da semana e fases da lua. O ciclo estava em toda parte como um metrônomo esquecido em cima dum piano de subúrbio, estava no barbeiro, na oficina, na escola, e até no restaurante havia uma sutil concordância entre o calendário e uma carne de porco. É verdade que de vez em quando morria um conhecido; a notícia parecia quebrar como uma síncope o compasso sonolento e fácil, mas logo o ciclo tomava conta do defunto e lá vinha a missa de sétimo dia e do mês. Depois o defunto esbatia-se nos fatos consumados, nesse fundo cinzento das coisas que já não espantam ninguém. E a vida continuava.

A mim, nessa época, tudo me parecia provisório, instável, e de cada dia que passava só me restava uma impressão: que era ímpar, que era uma espécie de sobra dum ano constantemente bissexto. Consegui ter casa própria, mas desse fato não lucrei nenhuma das sensações plásticas que as propriedades costumam produzir. Uma vez fui para a calçada oposta, como tinha visto alguém fazer, para olhar a minha fachada com olhos de dono, mas estando o céu estrelado surpreendi-me a pensar na velocidade da Terra, e na marcha vertiginosa do sistema planetário na direção da constelação de Hércules.

Ora, naquela noite em que me sentara num sofá, enquanto minha mulher costurava, tinha acabado de ver a gravura no frontispício dum livro de Dickens. Representava um gentleman de meia-idade, com roupas do tempo da Rainha Vitória, sentado numa cadeira de espaldar, diante duma lareira, e tendo aos pés um enorme terra-nova. Aquela figura, e mais ainda o romance que terminara com tudo arrumado num epílogo ordeiro e confortável, avivaram-me a nostalgia. Desejei

intensamente um epílogo e um conforto. Desejei ser aquele cavalheiro da figura. A lareira seria um excelente fator para a conquista do aconchego no recesso do lar, mas fui forçado a reconhecer que não assentava bem no trópico. O cachorro, esse sim; o cachorro fica bem em qualquer latitude. Tem cabimento diante duma lareira como numa varanda com sol e madressilvas enquanto o dono, convalescendo numa espreguiçadeira, lê um romance de Walter Scott. Talvez faltasse aquela pequenina peça na relojoaria de minha vida. Há muitos fenômenos assim, em que as coisas maiores se equilibram à custa das menores. Bastava pensar nos enormes progressos da endocrinologia para concluir que não seria nenhum absurdo esperar que minha felicidade pudesse depender dum cachorro...

— Que idéia! Cachorro suja a casa toda.

Minha mulher tinha razão. Fiquei acabrunhado descobrindo que estivera desejando um cachorro litográfico. Então, com rancor, pensei que a figura do livro fora apenas o instantâneo dum lar. No dia seguinte, certamente, o gentleman descobrira uma goteira no apartamento ou o cachorro pegara sarna.

Amolado, atirei-me no sofá, e mal sentado, com pouca luz e mau jeito, passei os olhos no jornal, sem ler, sem compreender, enquanto o relógio batia dez horas.

Desde os primeiros dias que se seguiram àquele caso particular, e logo que sacudira o pó de minhas convicções socialistas, achei-me diante duma entidade perturbadora. Era o tempo. Que sentido tinha o tempo? Sentia-o como um vento frio que me doía nos nervos, como uma lixa. Seu mecanismo enorme de gastar vinha das rotações e o cosmos era um rebolo. Mas analisando melhor vi que o tempo não tem sempre a uniformidade astronômica garantida pela rotação da Terra. Ao contrário ele parece vivo e cheio de paradoxos; as horas, por exemplo, parecem intermináveis, mas os anos são sempre brevíssimos. Mas as próprias horas não são sempre intermináveis; às vezes agacham-se numa imobilidade retesada, traiçoeira, e subitamente saltam com ímpeto e ferocidade. Evidentemente o tempo tem um conchavo com a morte, ou é a própria morte burocraticamente escondida nas folhinhas.

Uma noite, em casa de parentes, depois de uma conversa frouxa e três comentários sobre os acontecimentos do dia, alguém descobrira numa revista um brinquedo, uma espécie de exercício de memória. Eram cinco ou seis pessoas, reunidas, constituindo esse fenômeno que nos romances

otimistas se chama um serão familiar. Cada um se esforçava por provar seu engenho e sua boa memória e havia risadas divertidas quando alguém dizia disparates. Fiz também a charada e gostei de ter acertado.

De repente, aproveitando um silêncio, o relógio meteu dez badaladas.

— Credo! Já são dez horas. Parecia mais cedo...

— Foi bom. Só assim passamos duas horas.

Disseram aquela frase. Tínhamos conseguido passar duas horas, isto é, tínhamos engolido, sob o engodo da charada, duas enormes pílulas cósmicas. Não sei como me despedi e só me recordo de estar fechado no meu quarto sentado diante de minha mesa, arrasado, estúpido de desespero.

Estava numa encruzilhada como quem tivesse feito uma caminhada fatigante, por estradas de pedra e lama, e visse cair a tarde chuvosa diante duma divergência de caminhos que não iam ter a nenhum lugar. Minha impaciência nervosa de andar nem tinha o que escolher, tanto fazia um como outro, ambos com chuva e ambos entupidos. Andaria neste ou naquele, pela noite a dentro, encharcado, rompido, sem a menor esperança duma porta que se abrisse para uma casa luminosa. Quando era pequenino, muito pequenino, tinha ouvido no colo duma ama a história terrível de João e Maria. No momento em que as crianças se perdiam no mato escuro, eu sentia um arrepio que ia durar quarenta anos. E, por mais feroz que fosse a velha feiticeira que ia prender os meninos na gaiola, por mais que já soubesse que eles iam correr o risco da fogueira, era com grande alívio que ouvia a ama contar que então as crianças tinham visto ao longe uma luz... Tudo mais teria uma solução, a gaiola, a fogueira, a velha; mas estar perdido no escuro era terrível demais.

Aquela frase banal, no entanto, revelava-me uma miséria insuspeitada e ainda maior do que minha impaciência trepidante e vazia: revelava uma paciência vazia, um desespero ainda maior, porque era uma espera sem objeto, qualquer coisa antes mesmo do medo e da vida, como o obscuro estremecimento de um feto que não devesse nascer.

Então — disse para mim mesmo — o que todos fazem, andando nas ruas, conversando nas salas, nas esquinas movimentadas, nos cafés entre a azáfama dos garçons e os tinidos das xícaras, nos cassinos, nas praias cheias de sol... é só isso: engolir horas. Matar o tempo. Vivem como se o mundo fosse a antecâmara duma burocracia colossalmente inútil numa espera sem sentido, numa espera paciente, desmemorizada, suavemente

temperada de idiotia, duma espera que se diverte e que caminha para o nada com gritinhos de alegria enfermiza, com pequeninos protestos em falsete de horror ao vazio.

A vida é longa demais, disse para mim mesmo. É longa demais e assenta mal no homem. Parece um camisolão talhado para gigantesco manequim e que nos foi atirado nas costas por irrisão. Sobram mangas e abas. Como fazer? Como matar o tempo? Viver é fazer pregas, apanhados com alfinetes de emergência nessa túnica ridícula... A vida é longa demais. Ou será o tempo uma frase e a repetição dos dias e dos anos um sinal de divina paciência, duma paciência que espera resposta e não cansa de chamar? Mas ninguém ouve; e cá estamos, tropeçando em panos, enrodilhados nas próprias vestes, passando meio século entretidos em arregaçar mangas e pregar alfinetes.

Dei então em andar pelas ruas à procura do extraordinário. Ao menos andaria em vez de ficar sentado, procuraria alguma coisa em vez de fazer charadas. Ao menos não teria de suportar a goteira das horas no meu quarto. Saí para a rua. Andei espiando os outros que passavam. De repente um transeunte me interessava prodigiosamente: ia atrás dele, com precauções de namorado e de polícia. Espiava-lhe os gestos, surpreendia-lhe os pequeninos estremecimentos dos músculos da face. Via-o com curiosidade febril entrar numa loja de ferragens ou tomar um refresco de coco. Tinha a impressão que se eu o abordasse subitamente, travando-lhe o braço, poderia haver entre nós um entendimento inesperado. Ele sabia, decerto, uma parte de meu segredo... Mas desanimava, pensando que o gesto seria insólito, e abandonava, agora com indiferença, a presa perseguida à rua dissolvente.

Certos dias, sentado num café, ficava a olhar na porta o fluxo de gente. Passavam e nunca tornavam a passar. Para que serviriam tantos rostos diferentes? Cada vulto entrava no vão da porta, dava dois passos, fazia três gestos e desaparecia. Foi nessa ocasião que descobri a tristeza das roupas e a melancolia imensa dum embrulho de café com pauzinho. Lá vai ele, o bom munícipe, para casa, para o chinelo, para as pílulas...

Havia naquilo tudo um equívoco, um erro fundamental muito mais grave do que o mal-entendido das classes que tanto me havia preocupado. Havia erro mais grave e mais íntimo. Diria mesmo uma traição. Algum dia os homens teriam traído ou teriam sido enganados, e nesse dia o tempo entrara na cidade dos homens pela brecha da traição ou escondido no bojo duma falsa promessa. Agora a cidade estava em pânico e o inimigo governava. E por isso os homens passam nas ruas

com seus chapéus incríveis, com suas roupas, com seus casacos ridículos batendo nádegas tristes. E debaixo de suas botinas a casca árida do planeta dança e despenca pela imensidade.

Uma tarde, na rua do Ouvidor, uma velha caiu na minha frente. Ouvi o ruído surdo e impróprio duma rótula batendo no chão. Ajudei-a vexado; ela levantou-se gemendo e olhando em volta com espanto: — Vejam só, tinha caído! A rua toda pareceu-me subitamente parada e o tempo vencido por aquele encontro. Eu existia, eu era, com o testemunho da velha que me segurava no braço; entre nós se estabelecera um pacto que entraria pela eternidade. Mas a impressão foi logo destruída e a eternidade gastou-se em poucos segundos. O movimento da rua recomeçou e a velha dobrou a esquina. Levava o seu segredo e o depoimento do meu; guardaria alguns dias uma mancha roxa no joelho; explicaria às filhas e às netas, com abundantes preceitos, como tinha caído, e na história confusa da velha eu estaria associado como um cavalheiro magro e vestido de brim. Com o correr do tempo eu seria uma sombra apenas, vestida de brim. E quando a velha morresse levaria o último vestígio daquela cena desbotada; e depois ninguém mais saberia que naquela tarde nós dois nos tínhamos encontrado, eu e a velha.

As órbitas eram rebolos de um esmeril com a função de roer todos os encontros. Estávamos metidos num engenho, éramos lixados, mastigados, triturados, aos bocadinhos, um pouco hoje, mais um pouco amanhã. Ou então — disse para mim mesmo — estamos sendo queimados. Cada um de nós é uma chama acesa. Aquela moça que passou, por exemplo, com seu chapeuzinho difícil e vermelho, é um archote com a resina de seu sangue. É uma chama, um corpo em combustão, e lá por causa da sua natureza íntima, como acontece com as estrelas, a chama é vermelha como o chapéu e seu espectro é cheio de raias vistosas! Cada um de nós tem suas raias, sua chama, e arrasta nessa consumação o esplendor dum espectro. Cada um seria uma vela e a rua toda pareceu-me uma interminável procissão de velas bruxuleantes. Por que velas? Onde vira eu uma vela pela última vez?...

O segredo de cada um estava em como morria, na medida em que morria, em que deixava de ser. Haveria alguma coisa que fosse o que era? Alguma substância no meu eu, um sebo, um azeite, uma gordura, que fossem o que eram antes de serem queimados? E como a rua só me respondesse com o fluxo da gente, com o movimento perpétuo, com o gracejo das vitrinas, com a ironia fatigante das roupas e dos embrulhos, eu voltei para casa revolvendo pensamentos sombrios e violentos.

Então — dizia para mim mesmo — será melhor expor ao vento dos séculos o peito nu, rasgar as roupas, rasgar a carne, descobrir o próprio coração. Antes ser chama viva. De que nos serve agasalhar carvões ardentes de consumo lento e cotidiano? Antes ser chama viva que se veja de longe e que crepite alto com a festa e a glória dos incêndios!

ERA UM BOM MENINO

Uma tarde, dobrando uma esquina da rua Uruguaiana, vi pelo reflexo duma vitrina um senhor magro, vestido de cinzento, com fisionomia gasta e ombros encurvados. Como ia desprevenido, quase lhe tirei o chapéu, respeitosamente, como em menino fazia vendo passar um professor de latim. Mas logo percebi, assustado, que era eu mesmo que levava, debaixo do terno cinzento e sob os ombros encurvados, o ridículo de ter quarenta anos.

Sabia perfeitamente que chegara àquela idade e tinha também uma consciência nítida da figura que fazia meu rosto. Da idade sabia de um modo repetido, constante, pelo habitual joguinho de gracejos a propósito dos quarenta anos. Até hoje não atinei com a razão de certas idades serem consideradas sob o ângulo da pilhéria. Quando temos um ano, todo o mundo nos acha jocosos e os adultos trocam risinhos cheios de cumplicidade por causa dessa ocorrência fenomenal. Na adolescência encontramos novamente a facécia em torno de nossos modos desengonçados e sobretudo por causa de nossos pobres ensaios amorosos. Agora, aos quarenta, mais uma vez somos atingidos pela pilhéria. Logicamente deveriam todos piscar o olho para o moribundo, que está realizando, sem dúvida alguma, a mais interessante das transições.

Eu tinha, pois, consciência vigilante de meus quarenta anos. Sabia-os hora por hora, minuto por minuto. Era professor aqui, e lá industrial. Em casa, para os filhos, eu tinha quarenta anos desde tempos imemoriais. No trabalho, no ônibus, no barbeiro, em toda parte eu carregava a idade. Estava impregnado dela até o incômodo.

Qual era então o motivo daquele espanto diante da vitrina? Consultei-me atentamente. Não procurava a mágoa pela idade mas a enigmática razão de não ser ela uma coisa realmente de meu íntimo, de não ter pegado, de não convencer. Queria a explicação, não da tristeza, que seria fácil, mas do espanto. Procurei investigar os momentos imediatos antes

do susto. Não me ocorriam os pensamentos que naquela ocasião levava comigo e mal me recordava que estivera assobiando baixinho uma toada antiga. Voltei atrás; repeti a experiência; tornei a passar diante do espelho assobiando baixinho, mas só vi então uma imagem familiar, tendo nos olhos um ardor inquieto de investigação.

Dias depois, numa experiência diferente, encontrei a chave do meu problema. Ia descendo uma rua do bairro pensando num negócio do dia, aparelho de rádio ou documento de polícia. Não me lembro bem, mas sei que era um assunto bem instalado no dia e nos meus quarenta anos. Descia a rua, apressado, quando, numa casa clara e com jardim na frente, abriu-se uma janela e do alto veio uma voz moça:

— Carlos, vem para dentro, olha o mormaço! Então recebi impetuosamente a lembrança de minha meninice na rua Conde de Bonfim. Era um dia quente assim; havia no ar morno uma repetição sutil que me enchia o peito de ar novo e antigo. Uma janela se abria com aquele ruído e do alto viera uma voz assim de mãe moça:

— Meninos, olhem o mormaço! O mormaço também ficará ausente de minha memória, porque hoje, na época estridente dos banhos de sol, ninguém mais alude a esse gênio morno e um pouco malfazejo que fazia as crianças de meu tempo largarem seus brinquedos de quintal...

Quem não terá encontrado cem vezes a sua infância, assim? Quem não andará, certas manhãs, assobiando uma toada antiga pelas ruas ou ziguezagueando na calçada para não pisar os riscos do cimento? Não basta dizer que algumas associações nos fazem encontrar toda uma manhã de sol de nossa meninice dentro duma xícara de chá ou no perfume penetrante dum jasmineiro em flor. Essa brusca invasão da infância é mais do que uma evocação, essa espécie de experiência azul que fazemos na memória. De fato, parece que a infância persiste dentro de nós, enrolada como uma espiral de mola, e salta de repente, e assusta, e fere, e dói, quando vemos num reflexo de vitrina um senhor de meia-idade. Temos vontade de prevenir em volta, envergonhados, que nosso eu não é aquele lamentável adulto encurvado e vestido de cinzento; temos ímpetos também de perguntar aos transeuntes por aquele menino da rua Conde de Bonfim. Onde está ele? Quem o viu? Era um bom menino.

Era um bom menino. Gordo, corado, tinha pernas rechonchudas como duas cotilédones. Essas pernas travavam seu andar e prejudicavam um pouco sua dignidade. Os grandes não sabiam que ele tinha aquela

dignidade e às vezes, por causa duma falta de jeito sua, riam-se. O menino também gostava de rir, mas havia riso e riso. O pior era quando toda a família, incluindo tios em visita, se ria abertamente em circunstâncias incompreensíveis. As gargalhadas da gente grande, a malícia dos rostos, a cumplicidade nos olhares, deixavam-no desarvorado, bobo, em cima das pernas grossas, corado nas bochechas, com vontade de chorar. O menino achava que as pessoas grandes não tinham bastante seriedade e também que nunca se podia contar com elas, porque hoje queriam brincar e amanhã não queriam. Uma coisa agora provocava o riso; a mesma coisa que logo trazia castigo. Às vezes uma tia lhe perguntava por que estava tão quieto...

— Estou pensando...

A tia fazia cara de pouco caso e declarava que criança não pensa. Criança também não devia ficar ouvindo conversa de gente grande. Todas as coisas dividiam-se com grande clareza entre o que era permitido e o que era proibido; nas histórias também o bom era bom e o mau era mau. O ar era transparente e a luz crua; o mundo era grande e sempre o mesmo. Mudava sempre mas era sempre o mesmo. As coisas eram o que eram, mas estavam em festa. Anos mais tarde o menino descobrirá o sentido da vertical e andarà com a cabeça sempre para cima. Naquele tempo não: ora de pé, ora deitado, ora rolando no chão, via o céu e a terra, as árvores, as bolas de vidro no jardim, via tudo solto, amplo, livre. Quando o pai o tomava no colo e o atirava para o teto, ele ria-se e gostava de ver o teto descer, oscilando, dançando, como se o teto fosse criança também...

Não tenho experiência pessoal do que seja uma infância socialista: nunca andei no colo do Estado, não fui cuidado por técnicos nem apascentado por mocinhas de frivolidade pedante. Não conheço no meu tempo esse tom de voz convencional da falsa maternidade, essa meiguice eficiente que se ouve no rádio, durante o quarto de hora infantil, ou nas escolas municipais da nova pedagogia. A voz que eu ouvia era franca e forte, voz de mãe cheia de filhos, que sabia distribuir os tapas necessários, cortar o pão, e providenciar os agasalhos.

Minha infância foi livre e feliz, em casa grande, casa antiga, pintada de azul-claro, com platibandas enormes e bolas de vidro no jardim. Apreendi a tabuada e a leitura decorando e soletrando, encostado em minha mãe, pequenino e confiante, sem interesse, sem a menor vontade de aprender. Era bom soletrar a cartilha com o pensamento alheio, com vontade de acabar para ir ver a galinha no choco ou continuar um morrinho de

terra.

Não havia entre a cartilha e a galinha a relação de cumplicidade que mais tarde me seria inculcada nas primeiras lições de coisas, quando o mundo começasse a girar em torno de minha adolescência. Mas entre todas as coisas havia uma imensa solidariedade porque tudo estava na casa de meu pai.

Felizmente minha mãe não tinha lido Rousseau, que a teria talvez convencido de me mandar aprender com a galinha. Não conhecia também os espantosos resultados da Montessori com seus anormais; não procurou me incutir o interesse pela tabuada nem me convenceu de estar começando naqueles dias minha cidadania. Meu soletrar foi livre e gratuito, como a galinha, como as bolas de vidro do jardim. Cada coisa tinha nesse tempo o seu próprio direito de existir. Por isso, o mundo era muito amplo e muito seguro.

O tempo também não existia; ou era uma espécie de dança de todas as coisas. E quando as pessoas dançavam, não deixavam de ser elas mesmas. Quando o teto vinha ao meu encontro, oscilando, crescendo, também não deixava de ser teto. O tempo era a regra dum brinquedo enorme: fazia meu pai sair e depois fazia-o voltar. Aliás, o mais certo é dizer que a regra vinha de meu próprio pai. Tudo era arbitrário e por isso mesmo havia uma enorme segurança em volta de mim: porque os árbitros eram pai e mãe. Não sentia nenhuma injustiça com as contradições dos adultos, mas um vexame de não ter aprendido uma certa regra, como nos brinquedos de pique ou de roda.

Nas horas de estudar, eu subia para uma saleta pequenina e pegava na cartilha. Minha mãe não se sentava no chão da nova pedagogia para me ensinar números jogando naionente, mas dizia que hora de estudar era hora de estudar. E tinha imensa razão, porque tudo tem seu tempo. Eu poderia ter aprendido com melhor método, ter economizado alguns dias na leitura daquela frase “O viúvo viu a ave”, ou ter aprendido uma frase mais clara; mas não ficaria sabendo que cada coisa tem seu tempo. Tempo para brincar; tempo para estudar; tempo para comer. E tempo para rezar. Era na hora de dormir:

— Então, vamos rezar. Bicho é que dorme sem rezar. Padre nosso...

Onde estaria aquele Pai do Céu? Um domingo, à tarde, estávamos brincando debaixo duma latada de maracujá, junto de um velho tanque de pedra. Meu irmão e um tio mais crescido juntavam pedrinhas e

pedaços de planta; eu, que era o menor, não via direito o que eles estavam fazendo e ficava atrás, plantado nas pernas grossas, encabulado de ser tão pequenino. Quis ajudar, mas só consegui desmanchar o monte que eles estavam fazendo. Mandaram-me embora porque eu era sem jeito; fiquei à toa. Então olhei o céu e vi umas nuvens que pareciam algodão. Eram branquinhas, branquinhas. Com certeza era atrás daquela nuvem que estava o Pai do Céu.

— Pra que servia nuvem? Perguntei ao tio, que era mais velho quatro anos e já sabia ler.

— Que bobo! Nuvem não serve pra nada.

Mas meu irmão tinha ouvido dizer que servia para marcar hora. Os dois vieram, interessados, ver a nuvem. Era um dia morno e da nuvem descia um ar abafado. Então, lá em cima, na sala de jantar, abriu-se uma janela e minha mãe nos chamou:

— Meninos, olhem o mormaço!

Uma vez eu estava na saleta empurrando uma cadeira brincando de carroça, enquanto mamãe e minha ama andavam nos afazeres. De repente minha mãe mandou-me parar a cadeira e ficou muito atenta. Ouvia-se um ruído de carro nas pedras e as badaladas de uma sineta.

— É o Santíssimo. Cruz credo! Minha mãe ajoelhou-se; a babá benzeu-se assustada e ajoelhou-se ali mesmo onde estava, no meio da saleta. Disseram-me que era o Pai do Céu que ia visitar um doente e, como eu o quisesse ver, minha mãe tomou-me no colo e correu para a sala da frente. Mas só vi a parte traseira dum landau dobrar a curva da rua na direção da Muda da Tijuca...

Meu Deus, como está crescido! Era alguma tia que passara tempos sem nos ver. Sentia-me sem jeito como se fosse acusação; como se aquilo só a mim acontecesse. Na verdade eu não sabia que tinha crescido nem me acudia responder que pela lei da relatividade a tia teria diminuído. De fato, se eu crescia tanto era justo que visse todas as coisas em volta diminuírem. Mas não via. As coisas conservavam-se as mesmas. Mais tarde um pouco eu iria descobrir que tudo diminuía subitamente e que meus tios não eram tão grandes como pensara. Mas ainda tinha sete anos e tios enormes...

Meu Deus, como está crescido! Agora sim. Eu sabia que estava crescido: tinha doze anos. Dois anos antes meu pai tinha saído para um hospital e não voltara mais. Uma noite minha mãe entrou em nosso quarto e acordou-me. Chorou muito abraçada comigo, dizendo que estávamos sozinhos, mas, como estava com muito sono, virei-me para o outro lado e dormi. No dia seguinte um tio chegou de tarde e logo que entrou na sala onde estávamos todos, fez um grande gesto de desolação abrindo os braços. Depois foi examinar detidamente o guarda-roupa de meu pai e separava certas peças dizendo que eram lembranças. Fez um embrulho volumoso porque meu pai gostava muito de roupas e meu tio também. Eu estava deitado no chão desenhando uma paisagem em que entravam um barco, o Pão de Açúcar e um exagerado número de gaivotas. Meu tio, carregado com as lembranças, parou um pouco para me gabar o jeito e prometeu uma caixa de aquarelas. Esse tio tinha um pigarro seco e gostava de pregar peças, por isso sua promessa não me deu o menor prazer e creio que nem levantei a cabeça. Eu sabia que ele não voltaria mais; e não voltou. Ficamos pobres. Houve leilão e mudança de casa. Houve escola pública e pouca manteiga. Houve livros de segunda mão. E minha mãe passava o dia cosendo.

Agora sim, eu estava crescido. Uma noite custei a dormir porque sentia meu corpo todo estremecer e arrepiar-se, e então apalpava pernas e braços. O que eu sentia era bom e ruim. Pensava na florzinha do mato que uma menina do colégio, chamada Julieta, me tinha oferecido e logo me brotou na memória dos nervos uma estranha sensação que me assaltara um dia quando tinha três ou quatro anos.

Estávamos então em Copacabana, na casa duma família amiga. Há quarenta anos Copacabana era uma praia distante e deserta; quando me lembro disso sinto-me uma espécie de Matusalém... Essa casa onde estávamos era pequena, clara, plantada na areia e cercada de cajueiros. Ficava pertinho do mar e no seu quintal mesmo costumávamos brincar catando conchas.

Nesse dia dona Judite levou-me a passear. Creio que era um domingo. Ela pegou-me na mão e levou-me. Andamos, andamos. Ela fazia-me uma porção de agrados e às vezes tomava-me no colo; mas eu sentia seu cheiro de sabonete; tinha medo e nojo. Ela não era minha mãe e estava me levando muito longe dizendo que íamos comprar balas. Eu sentia nojo e emburrado pensava um nome feio. Afinal chegamos numa praça e entramos numa confeitaria: disse que não queria nada, mas tanto ela insistiu que aceitei um suspiro. De suspiro eu gostava, mas aquele foi-me difícil de engolir porque tinha o gosto dela, o gosto de dona Judite, o

gosto das saias dela.

Agora eu pensava em Julieta, a menina do colégio. Se em vez de flor ela me tivesse dado um suspiro, eu o comeria. E apalpando-me na cama, sem sono, tarde da noite, tive de repente medo de morrer...

MEUS PULMÕES NORMAIS

Quando fui oficialmente informado que me deveria submeter a exame de saúde para renovação dum contrato, daquele mesmo que me fizera conhecer a coroa abalada do tenente Lino, fiquei melancólico. Sempre tive horror à medicina; para mim, os exames e os tratamentos são os piores aspectos da enfermidade. Digo isto porque não é regra geral; conheço indivíduos que se alegram com a perspectiva de uma série inteira de bismuto. Creio que esse fenômeno atinge as pessoas ordeiras, metódicas, que vivem para arrumar as gavetas e as vísceras, para arrumar alguma coisa. Conheço também um cavalheiro que até hoje repete, com os olhos úmidos de gratidão, que deve a vida a um exame de saúde oficial, porque graças a ele descobrira o princípio duma sombra no pulmão esquerdo, a qual o obrigou a passar anos em Campos do Jordão num obstinado regime de cura.

Apesar de tudo eu recebi a notícia com medíocre satisfação e passei dias protelando, esperando que alguma coisa acontecesse que me livrasse do exame. Já tinha ouvido contar, também, que nesses exames os médicos começam por mandar que os pacientes se dispam. Imaginei-me no meio de outros candidatos, nu e em fila. Numa praia e assim mesmo até certa idade ainda compreendo a nudez; mas entre máquinas de escrever, numa saleta de repartição, uma fila de professores nus, alguns de óculos, outros fumando, constitui positivamente um espetáculo triste.

Afinal fui. Animava-me a satisfação de me julgar em boas condições; seria uma simples formalidade. Informei-me e fui parar num edifício enorme construído como os conventos em torno dum claustro; no centro havia um jardimzinho esquecido, mal plantado e mal regado. Fiquei pensando que as quatro palmeiras e os tinhorões deviam sua vida a um processo com guias, petições e requerimentos. Cada coisa no edifício germinara a partir duma estampilha.

Havia outras pessoas passeando em volta do claustro à espera de vez.

De quando em quando abria-se uma porta e um indivíduo de avental saía, com ar apressado e oficial, e pronunciava um nome, e então um dos que esperavam metia-se pela porta, com a espinha curvada, atrás do funcionário. Perto de mim estava um sujeito magro, com o braço metido numa tipóia, cheirando a droga, e abismado em profundas reflexões. De repente ele virou-se para mim, com um pequeno ar malicioso, como quem vai revelar um segredo incrível, e murmurou:

— Parece que vai chover...

Mas não era a chuva que o afligia; era a solidão. Queria conversar, queria uma ligação qualquer que o convencesse de ainda estar vivo. Começava a contar a história de seus furúnculos quando uma porta se abriu e fui chamado.

Lá dentro estavam dois médicos, um gordo e marcial e outro esgalgado e alheio ao mundo. Percebi logo que meu tipo hipostênico lhes interessava. Pediram-me que tirasse casaco e camisa, e o gordo, curvando-se com algum esforço, colocou a orelha no meu peito: o que ele queria eram os meus pulmões. Já formulara um princípio de teoria e procurava o resto dentro de meu peito. Levantou-se com ar de quem acertou e fez um sinal para o esgalgado murmurando palavras em código. O outro veio ouvir e logo concordou. O gordo voltou para maior precisão e demorou-se num certo ponto de meu lado esquerdo. Eu via o seu occipital e sentia um cheiro de brilhantina; e como seu avental se abrisse um pouco, notei suas nádegas enormes a estourar dentro das calças listradas. Ele levantou-se com um sorriso satisfeito e declarou que eu podia me vestir.

— Encontrou alguma coisa, doutor? perguntei eu com uma submissão acabrunhada que logo achei ignóbil.

— Precisamos confirmar; o senhor terá que tirar uma chapa.

E escreveu num papel a guia que eu deveria apresentar no dia seguinte na competente seção de radiografia. Vesti-me e saí. Estava convencido, antecipadamente, de tuberculose e achava uma certa lógica na brusca aparição da enfermidade a partir dum exame de saúde; sempre fora minha opinião que duma consulta médica deve necessariamente resultar alguma doença.

Resolvi, entretanto, viver alguns dias o gosto de uma indeterminação antes de tirar a chapa, e durante esse tempo procurei me afeiçoar à tuberculose. Durante o dia ainda conseguia, à força de raciocínio, descobrir vantagens na doença; mas a noite era difícil de passar. No

momento preciso de adormecer a idéia da morte me assaltava com singular nitidez. Já observei que esse momento especial contém uma intensidade de realismo que não encontramos na vigília nem no sonho; dir-se-ia que nos falta então um mecanismo de disfarce e que ainda nos sobra uma consciência acordada: essas duas condições juntas nos obrigam freqüentemente a confrontações muito desagradáveis.

Passei assim uma semana. Certas pessoas terão um sorriso superior diante de minha demora em tirar a limpo uma incerteza. Gabam-se de serem decididas; mas se eu me gabar do contrário não vejo como se poderá provar quem tem razão. Há pessoas que se gabam de acordar cedo e outras que se gabam com maior entusiasmo de acordar tarde. A vaidade é muito relativa e sempre arranja um jeito de se gabar. O indivíduo pão-pão, queijo-queijo, crê em si mesmo e em poções; eu sempre duvidei um pouco de ambas as coisas.

Em todo caso acabei resolvendo; ao menos teria uma série de coisas variadas para fazer depois: procurar especialistas, discutir em família a melhor estação de cura, separar livros, munir-me de um termômetro e comprar um bloco de papel milimetrado para me entreter com o gráfico da febre.

Peguei em mim e lá fui para o local indicado no papel que o médico gordo me dera. Depois de me perder em alguns corredores acabei acertando uma saleta onde me sentei para esperar. Tendo vencido a timidez de recém-chegado pus-me a observar as pessoas que também esperavam. Na minha frente estava uma dama corpulenta zelando por um rapazola de seus quinze anos, comprido, exangue, com ar idiota. Era ele a vítima dos raios X; mas não era pelo peito que vinha, porque ostentava um enorme embrulho de panos e gazes na mão direita. Ao lado da senhora estava um capitão de ar saudável, fardado, de perneiras, numa correta posição de homem afeito a regulamento. Com o correr brando das horas ele foi perdendo a rigidez marcial e acabou cochilando. No outro lado da sala, perto da janela, um velho de enorme busto, cabelos brancos à escovinha, rosto maciço e olhos azuis como duas contas de miçanga.

Não o podia imaginar fora dali e em outras circunstâncias, a tal ponto parecia adaptado à cadeira. Nascera ali e ali crescera. Parecia uma árvore, um tronco enorme decepado; quando mexia um pouco as pernas ou piscava os olhos azuis, dir-se-ia que uma brisa ligeira o agitara de manso.

Todos estavam muito bem naquela sala; viviam. Nenhum deles se afligia em pensar na velocidade da Terra, na distância imensa das

constelações e na brevidade da vida. Passamos duas ou três horas; o velho, a dama gorda, o rapaz exangue, o capitão e eu, vivemos todos uma manhã nessa absurda conjugação provocada pela burocracia, enquanto atrás da porta envidraçada se processava a lenta arrancada da repartição. Ouvimos vozes e ruídos de xícaras. De vez em quando um funcionário de tez esverdeada e gestos apressados abria a porta, nos inspecionava e tornava a entrar. Na terceira vez que apareceu, a dama gorda agitou-se, fez-lhe um aceno, e encetou uma longa narrativa sobre o caso do rapaz, pela qual ficamos sabendo que ele tinha ancestrais militares. O funcionário quis ver a mão e a dama começou a desenrolar os panos enquanto o rapaz parecia tão ausente como se tivesse trazido por favor a mão de um outro.

A dama gorda estava evidentemente satisfeita. Dizia seu nome, o nome do marido, o parentesco remoto que tinha com um alto funcionário dum ministério, e gostava de se sentir inserida na grande máquina administrativa do país. Estava numa posição oficial e, além disso, na iminência de desfrutar uma radiografia grátis.

Afinal fui chamado e entrei num salão comprido e escuro, cruzando com uma moça magra e triste, que eu não sabia como entrara e que agora certamente levava para um subúrbio qualquer a confirmação de suas cavernas. Um técnico mandou-me que tirasse casaco e camisa, e que me encostasse com os braços abertos em cima dum écran. Fiquei assim, sentindo frio no peito, na absurda tentativa de abraçar uma parede, até ouvir um clic. A voz do técnico avisou-me então que estava pronto e que poderia buscar o resultado três dias depois.

Nesse dia, mais convencido do que nunca, e já adaptado à idéia de ser tuberculoso, apareci no local e fui atendido com surpreendente rapidez. Veio o funcionário, consultou suas fichas e disse-me:

— Pulmões normais, nada a assinalar.

Achei-me na rua lépido e novo. Uma moça de vestido claro vinha pela calçada na minha direção. Notei seu rosto. Era banal; tinha olhos inquietos de bicha solteira, testa curva de teimosa e por cima da testa ostentava um chouriço de cabelo como era moda nesse tempo. A moça não tem a menor relação com esta história e dobrou a esquina levando seu segredo. Provavelmente, em algum lugar da cidade, um moço de escritório tem o seu retrato no bolso e mostra aos colegas sua testa de teimosa e seu chouriço de cabelo. Como foi a primeira pessoa que encontrei depois da boa notícia, senti por ela uma grande ternura e tive ímpetos de lhe dizer que possuía pulmões normais.

De repente, porém, assaltou-me um pensamento absurdo:

— E agora, que vou eu fazer com esses pulmões normais? Depois de tantos dias passados a pensar em programas de cura, a normalidade me aparecia afetada de profunda indeterminação. Era muito mais fácil decidir o que fazer com a tuberculose.

A vida, em toda sua extensão, surgiu-me como um problema de insuportável extravagância. O que fazer com meus pulmões normais? Essa pergunta podia ser generalizada para todas as vísceras e para toda a vida. O que fazer? Como tinha de atravessar o Campo de Santana, na volta para meu escritório, tive a idéia de aproveitar os pulmões sentando-me na grama para brincar com as cutias. Gostaria também de soltar um papagaio ou jogar bola. A única coisa que não era adequada à normalidade de meus pulmões era o escritório.

A verdade é que todas as coisas que fazemos giram em torno dum buraco, duma falta, de qualquer erro que demanda retificação, e por estranha irrisão a maior parte de nossos entusiasmos vem deste constante remendar. Diante da normalidade ficamos perplexos. O mundo inteiro vive assim. Haja guerra ou peste nas cidades: todos ficam alvoroçados e otimistas. Cada um sabe exatamente o que deve fazer e todos se empenham na tarefa comum de combater o mal. Dentro das casas, também, a vida só atinge uma alta vibração e só parece digna de ser vivida nos dias em que se declara uma tuberculose ou aparece uma goteira.

Cada flagelo traz uma atmosfera de bem-estar: basta ver na rua como todos ficam contentes quando cai uma pancada de chuva ou surge um incêndio. Em cada sanatório são sonhados os melhores programas de vida.

No meio desse disparate eu tinha, evidentemente, consciência nítida do alto valor da normalidade, mas não sabia o que fazer com ela. Lembrei-me duma conversa dias atrás, ouvida em roda de moços. Falavam em grandes feitos, em viagens maravilhosas e em espírito de aventura. Em menino gostei muito de Júlio Verne e até agora ainda simpatizava com os indivíduos que rompem bruscamente com o cotidianismo rotineiro para descobrir um polo ou sondar as profundezas dum vulcão.

Mas depois desse exame de saúde fiquei pensando que o espírito de aventura existe porque as pessoas não sabem mais o que fazer com os dias normais. O sujeito que embarca para os mares da Polinésia é na verdade tão aventureiro como eu o seria em Campos do Jordão. Estaria apenas curando uma enfermidade diferente da minha.

O problema que se armava diante de mim era o de saber se existiria uma aventura positiva, uma extraordinária aventura em que todos os elementos fossem normais; uma viagem inaudita que fosse terminar num lugar muito conhecido onde eu fosse esperado; um brinquedo que valesse a pena brincar, mais do que a cutia ou o papagaio, e que eu pudesse, sem incongruência, praticar nos dias de meus quarenta anos, com a alegria, a gratuidade, a liberdade, a normalidade que tudo tinha, quando eu era pequenino, no fundo de meu quintal.

Se não existisse essa aventura, então, decididamente, os meus pulmões normais não serviriam para nada e a vida inteira seria um gracejo estúpido.

ONDE UM GATO É GATO

Este capítulo dá uma idéia da insanidade a que chegamos num mundo de ilusionismo e prestígio. Se um indivíduo anunciasse que ia fazer uma série de conferências, com documentações e projeções, para demonstrar como achara o endereço de sua própria casa ou recuperara a lembrança do nome de sua mãe, é pouco provável que tivesse sala. No contrário talvez achassem algum encanto; seria considerada interessante a narração acidentada do extravio e das curiosas conseqüências da desmemorização. Os romances que giram em torno da vida fracassada têm esse atrativo que ninguém mais encontra no Romance da vida recuperada.

A prestidigitação também se baseia no mesmo fenômeno. O teatro se enche para ver o mágico tirar ovos dos narizes porque todo o mundo sabe perfeitamente que um ovo é maior que uma fossa nasal. A ciência e a técnica são outras tantas prestidigitações, e é nesse sabor equívoco de mentira e trapaça que as platéias se deliciam quando o físico escamoteia um piano inteiro e apresenta em seu lugar um enxame de elétrons ou um sistema de equações diferenciais. Todos sorriem com alta finura diante de tal comunicado, justamente porque sabem que piano é piano.

Ora, este capítulo encerra uma história simples dentro da qual um gato é um gato. À primeira vista isto parece um dado imediato do senso comum, e de fato o é; mas no meu caso foi uma recuperação, um encontro com o nome das coisas, através dos filandrosos meandros do critério científico. Como foi um pouco súbito, poderei ser acusado de estar fazendo também a minha mágica. Num certo sentido foi mágica:

no sentido que tinham as coisas na primeira infância, quando tudo era mágica. Mas minha prestidigitação consistirá em buscar os ovos debaixo da galinha.

O leitor talvez se tenha esquecido de Fred. Na dispersão de meus amigos comunistas ou nietzschistas ficara-me Fred, um aferrado materialista que praticava a biologia. Convicto de que à ciência caberia a última palavra, ele dizia sempre, em matéria de política ou religião, que qualquer conclusão era prematura. Recomendava-me a espera de uns cinqüenta e poucos séculos para decidir se eu tinha uma alma. Não me recordo exatamente do número de séculos, mas era suficientemente dilatado para me deixar melancólico. Meu amigo, entretanto, não podia transigrir: — Nós somos os peregrinos da ignorância...

Às vezes animava-me mostrando a aceleração vertiginosa dos últimos tempos. Visse eu os progressos na genética, considerasse os últimos trabalhos em endocrinologia, pensasse um pouco no microscópio eletrônico. Era evidente que estávamos entrando num trecho íngreme da curva do progresso e seria possível, talvez, poupar uns cinco ou seis séculos na decisão dos chamados problemas espirituais. Os estados, se compreendessem melhor o problema do mundo, abririam verbas maiores para os laboratórios, em vez de perderem tempo em intrigas internacionais.

Fred não era tão simples que acreditasse numa era de absoluto sob o controle da ciência, mas afirmava uma era do erro sob aquele controle. Em outras palavras, ele guardava a mentalidade que eu mesmo trazia para o mundo quando levantei os olhos do galvanômetro e tinha do erro um conceito antitrágico subordinado ao probabilismo e às fórmulas de Gauss. O mais era má vontade e trapaça.

O principal agora, nesta idade de trevas — dizia o meu amigo — era que o deixássemos trabalhar sem fazer barulho cá fora, nos corredores da política e da religião.

Era um apóstolo do critério científico. Onde esse critério se aplicasse havia uma parcela, uma cintilação de verdade; onde não se aplicasse havia somente essa coisa grossa de que é feita a vida caseira. Fred já tinha em esboço algumas teorias que apresentava com reservas, mas que já indicavam soluções para os problemas graves do sexo. Tirara-as da biologia, é claro, e depurava-as de todos os elementos convencionais da moral transitória. Nessas teorias via-se uma enorme diferença entre o caso do homem e o da mulher. O primeiro representava a prodigalidade na natureza, o segundo a sua avareza. Em todo o cosmos era nítido esse dualismo tremendo: de um lado a exuberância, do outro a economia.

Existem astros de mais, mas cada um segue órbitas de uma absoluta poupança de energia. Daí meu amigo concluía que o Cosmos era um imenso par acoplado num ato de geração e que tudo na natureza girava em torno desses dois princípios, um solar e outro telúrico.

O homem era o macho solar, semeador cósmico, dispersador magnânimo, carvalho altivo a sacudir sementes; e seria insensatez prender essa imensa potencialidade à avareza de um útero. Biologicamente, o homem está não somente dispensado da fidelidade, mas obrigado à poligamia. Tudo lhe é permitido. E é por isso que não exige demais no tipo e na beleza, contentando-se com um certo nível. Acima desse nível serve qualquer uma. Questa o quella.

Já na mulher seria tudo diferente. Ela é o princípio telúrico. É avara; foi feita para guardar, para agasalhar e nutrir. Leva um mês a preparar o seu pé de meia hormonal e por isso, biologicamente, seria indigno que o fosse esbanjar pelas ruas. Ninguém gasta razoavelmente o salário de um mês numa gravata. Por isso, a mulher está obrigada à fidelidade e também por isso ela é exigente, tem ressonâncias delicadas, exige um certo tipo e deve ter um homem só. A sociedade burguesa, com suas convenções e com a dependência econômica da mulher, estabelece a mentira na base do problema porque a decência exige que se atribua ao homem a escolha enquanto a mulher fica parada e passiva. Desforra-se então com a astúcia para procurar, além do casamento burguês, um adultério libertador...

A teoria de Fred ia longe em conseqüências práticas, como se depreende desta pequena amostra que reproduzo de memória, mas devo declarar que na continuação das aplicações não deu bom resultado. Sua mulher não compreendeu a extensão científica e não se convenceu das vantagens da doutrina, resultando tudo numa separação dilacerante com o cortejo de misérias que se lê nos jornais todos os dias. A mim também, devo confessar sinceramente, não me agradava em demasia, apesar de estar do lado vantajoso: aquele solarismo parecia-me fatigante, uma vez que devesse observar escrupulosamente os seus corolários.

Mas o caso que desejo agora contar não tem relação com a vida privada de meu amigo, prende-se somente à idéia que ele tinha do critério científico.

Um dia, por motivos que me levariam por caminhos alheios à economia desta história, tive de aprender a técnica de descerebrar um bicho para atingir uma ponta do nervo. Fui procurar Fred em seu laboratório e pedi-lhe que me mostrasse a operação praticamente. Ele começou por uma série de explicações preliminares no fim das quais,

virando-se vivamente para o servente, como é seu modo, disse:

— João, traga-me um gato.

Poucos minutos depois o servente voltou com o gato e meu amigo pôs-se a riscar com o dedo a cabeça do bicho antes de anestesiá-lo, para me mostrar os primeiros elementos da técnica. Ora, nesse momento fiz uma descoberta tão portentosa, e tão alvoroçado fiquei, que mal aprendi o resto. Até hoje não sei descerebrar um gato, mas em compensação sei melhor.

Tive a alegria do sujeito que descobre de repente o truque do mágico, o fio oculto, e que se convence que as coisas afinal de contas são o que são. Naquele momento exato em que Fred tomou o gato e desvencilhou as unhas que o bicho cravava em seu avental, eu vi uma linha divisória entre a sua vida e a sua obra, entre o que ele vivia e o que ele dizia, entre a sua ciência e uma sabedoria antiga. Tudo isso aconteceu porque me achei formulando a mais simples das perguntas:

— Como sabe ele que aquilo é um gato? Veja bem, leitor. Ele tomara o bicho, com um gesto perfeitamente normal, caseiro, nada biológico, um gesto de receber, de se servir, semelhante ao que fazemos a cada instante, tirando um livro da estante ou cortando um pedaço de pão.

— Mas como sabia ele que aquele animal era um gato? Onde estaria o critério científico de sua convicção? Ora, meu caro leitor, ele o sabia do mesmo modo que você sabe, que nós sabemos; do modo como ficamos sabendo em pequenino quando um dia nosso pai apontou um bicho de pelo lustroso, cauda longa e olhar semicerrado, e deu-lhe o nome de gato. Sabia que o gato era gato por tradição. E aceitava esse modo, esse gato, essa garantia de seu pai, de seu tempo de menino, para então, a partir de toda essa enormidade, iniciar sua minudência técnica. Recebia de outras mãos um gato inteiro, pronto, total; começava por confiar no servente, que por sua vez também aprendera a distinguir os gatos na mesma escola antiga e passiva.

Naquele momento preciso, Fred passava da sabedoria a respeito de gatos para a ciência a respeito do córtex dos gatos. O critério científico só aparecia depois de um imenso depoimento familiar, era um trabalho de buril na ponta de um obelisco. Nem isso; a imagem foi mal escolhida porque dá idéia de uma desproporção apenas, e deixa sempre a esperança de ser possível burilar o obelisco em alguns séculos. Na verdade, quem precisasse de um critério rigorosamente científico para reconhecer cada coisa, acabaria precisando de um também para dar bom-dia à sua mãe, e é fácil imaginar a extremidade a que seria

conduzido esse indivíduo.

Alguém poderá objetar, dizendo que há reconhecimentos mais científicos do que esse que tomei para exemplo. Um gato é por demais caseiro, rondou qualquer infância com sua asma e sua astúcia; qualquer criança sabe que não deve puxar o rabo do gato. Suponhamos então que nossa experiência em vez de gato precisasse de um ornitorrinco. O animal é mais preciso, mais raro e não se aninhou no colo de nossa mãe. Mas o naturalista reconheceria o ornitorrinco por ter visto sua imagem num livro de figuras. Por mais evoluído que seja, o zoólogo não se livra de sua infância representada na lembrança de um bicho de verdade ou numa estampa; e não importa muito se esta foi vista aos quatro ou quarenta anos porque uma estampa é sempre vista com olhos de criança.

AFONSO TINHA RAZÃO

Tinha ido visitar uns amigos muito íntimos que não tinham constrangimentos diante de mim, e foi por isso que assisti à discussão. Devo dizer que Afonso e dona Antônia vivem na mais perfeita harmonia, sendo até apontados como casal exemplar. Por mim, só posso confirmar essa opinião corrente, embora prefira um outro padrão mais afastado do matriarcado.

Em regra geral, é dona Antônia que tem razão; Afonso contenta-se quase sempre com levantar as sobancelhas num jeito de homem fatigado, de homem que já viu e ouviu o bastante para merecer sossego. Mas naquela noite a razão estava com ele e, contra toda expectativa, eu o vi ardoroso e fremente como um paladino. A discussão foi por causa duma loja de sapatos. Começou a conversa num tom uniforme e brando, procurando dona Antônia saber se Afonso tinha comprado o sapato novo na casa que ela indicara. Em certa altura da explicação, Afonso, que peca pelo detalhe e tem o fraco das precisões topográficas, disse que a loja ficava entre a travessa São Francisco e a rua Uruguaiana. Dona Antônia, então, fincando a agulha no novelo, olhou de frente com serenidade e corrigiu:

— Não. Fica entre a praça Tiradentes e a travessa, do lado esquerdo, para quem desce.

Dito isto, voltou ao tricô. O marido, que estava de pé, virou-se para ela, cheio de boa vontade, mas aferrado às suas convicções:

— Do lado esquerdo fica, mas depois da travessa.

— Não. Fica antes.

Dona Antônia tinha emendado com a tranqüila teimosia de seu sexo, sem que a cadência das agulhas se precipitasse. Aquilo mordeu um nervo escondido de Afonso, buliu-lhe em coisas antigas:

— Mas, filha! Eu tenho certeza!

— Fica antes, Afonso.

Então meu amigo elevou sua voz quente e baritonada, e com a mão grande estendida sobre o abajur declarou que conhecia aquele trecho da rua da Carioca como ninguém. Enumerou as casas de negócio com um frêmito na voz e para cada casa que contava ia dobrando um dedo com energia e precisão. Dizia uma por uma, para acabrunhar o adversário, demorando-se em minúcias, citando nomes de proprietários e casos de falência. Ele conhecia bem a sua rua da Carioca.

Dona Antônia calava-se, e quando a mão estendida do marido projetava uma sombra incômoda em seu trabalho, virava-se um pouco na cadeira sem marca de contrariedade. Estava habituada àquele tom caloroso com que o marido costumava discutir política e religião, mas já sabia que depois ficava tudo na mesma, porque afinal de contas as coisas todas que a gente diz, diz por dizer. Principalmente quando se trata de questões impessoais, de rua ou de credo.

Mas seu tranqüilo mutismo, naquela noite, irritara Afonso que já ia deslizando da rua para o caso dela, caso antigo e sem jeito de conserto. Ela sempre fora assim, tinha mania de teimar e teimava somente para o contrariar...

— Mas fica antes, Afonso. O que é que você quer que eu faça? Então ele explodiu. Abrindo os braços, com os olhos esgazeados, narinas frementes como um corcel de batalha, exclamou:

— Ah! Você quer ver? Espere aí...

Saiu impetuosamente e pouco depois voltou brandindo uma lista telefônica. Era fácil ver no volume das ruas; fácilimo. Corria o dedo na página e ia murmurando os nomes das casas que já tinha antes enumerado com a mão estendida.

— Pronto! Olha aqui.

E como dona Antônia não se movesse com suficiente rapidez, foi ele que trouxe a lista marcando com uma forte incisão de unha a casa em questão. E explicou, agora paternalmente, bom sujeito, que a loja de sapatos estava claramente instalada entre a travessa e a rua Uruguiana.

— Aqui está. Vê? Dona Antônia via, mas no fim da demonstração ainda perguntou tranqüilamente se a lista telefônica não estaria errada...

— Ora bolas! Assim é impossível! Afonso fechou com estrondo a lista, mas estava satisfeito; e como pusera os óculos para ler, olhou-me por cima, franzindo a testa, e tornou a me dizer com um sorriso vencedor:

— Eu conheço a rua da Carioca como a palma da minha mão.

Depois falou-se em diversos assuntos: na guerra que já ameaçava o mundo e na morte de um amigo de infância. Mas Afonso teria uma dose de bom humor para o resto da noite porque ganhara uma partida.

Tivera razão.

GOSTOS E OPINIÕES

A discussão era fútil, mas dentro dela creio ter encontrado o nó de um grave problema. Se o leitor quiser me acompanhar com atenção, prometo demonstrar que aquela discussão continha em germe um elemento que tem causado no mundo suicídios, apostasias, revoluções e incêndios de cidades inteiras.

A cena que contei, em si mesma, não espanta, porque cada um de nós já presenciou, centenas de vezes, discussões que atingem paroxismos por causa de objetos insignificantes. O que surpreende é justamente a enorme desproporção entre o objeto e a veemência do litígio. Dir-se-ia que nessas ocasiões uma estranha atmosfera se interpõe entre as pessoas, produzindo fantásticas refrações, e daí resulta que um par de chinelos ou um simples endereço avultam como se fossem montanhas enormes erguidas no meio dum caminho.

Achei-me pensando na cena a que acabara de assistir e me perguntando qual seria o verdadeiro motivo que levara Afonso a defender, com a galhardia dum paladino, a posição duma loja de sapatos. É fácil demonstrar que a loja não pesava. Se no dia seguinte o jornal anunciasse

o seu incêndio, estou certo que Afonso não chegaria em casa torcendo as mãos de desespero e chorando convulsivamente. Dona Antônia talvez dissesse: — Que pena. Logo a casa onde você tinha acertado a fôrma.

O objeto da discussão, entretanto, teria sofrido uma alteração mais radical do que a simples mudança de quarteirão que tanto excitara meu amigo. A loja, portanto, não pesava; o objeto não tinha proporção com o entusiasmo de Afonso. Procuremos então o motivo do fenômeno no próprio sujeito, isto é, dentro do meu amigo Afonso. Estaria em jogo o prestígio de indivíduo bem informado? Em parte, talvez.

Há sempre satisfação em estar bem informado, a par das coisas, inserido nos fatos, como também uma alegria ainda maior em ser o próprio portador da informação, sobretudo quando é nova. No caso imaginado, de incêndio, Afonso viria para casa mais satisfeito do que nos dias comuns, porque estaria trazendo uma novidade; sentir-se-ia o depositário do novo dentro da terrível e acabrunhante senectude do mundo. Uma nova tem sempre qualquer coisa de uma boa nova, ainda que seja incêndio ou morte.

Lembro-me de um parente meu, nos tempos da grande epidemia de gripe, que chegava em casa excitado e, logo que assomava à porta, deixava cair no meio do silêncio o nome de algum amigo arrebatado pela gripe. Não digo que ele tivesse maus sentimentos; tenho, ao contrário, abundantes recordações de sua bondade; mas creio ter surpreendido um brilho no seu olhar no dia em que a epidemia lhe abateu duma vez uns sete conhecidos.

Gostamos de carregar novidades e por isso é compreensível que tenhamos satisfação em colher e guardar informações. Mas, no caso da discussão sobre a loja de sapatos, essas considerações não se aplicam senão parcialmente. Não havia novidade, e como objeto de conhecimento, era magra coisa, a loja, para alimentar vaidades, mesmo levando em conta que há vaidade para tudo. Não creio portanto que Afonso tenha defendido uma erudição topográfica, uma espécie de prestígio cadastral. Nunca ouvi falar de homem que se celebrizasse e merecesse o bronze por ter conhecido no mínimo detalhe a rua da Carioca. Não; decididamente não se tratava da importância própria do objeto nem do prestígio de ordem intelectual, que sempre guarda alguma proporção com o objeto.

Mas se a razão do fenômeno não está no objeto, só pode estar dentro do sujeito: procuremos melhor. Analisemos; vejamos em que ponto de seu interior o sujeito sofreria se a loja estivesse localizada em outro quarteirão. Seria na memória? Também não creio. Mais de uma vez ouvi

Afonso aludir à sua falta de memória com ar satisfeito. Penso mesmo que exista um tipo de vaidade para a falta de memória, pois os casos de esquecimento são geralmente contados entre sorrisos divertidos.

Então, não sendo o objeto, e também dentro do sujeito não sendo conhecimento ou memória, qual seria o ponto em jogo, a parte de Afonso tão vivamente empenhada na discussão? Ora, creio ter achado a solução: Afonso defendia uma opinião e o ponto nevralgico de sua pessoa era a vontade.

A opinião é uma atitude que o sujeito toma diante do objeto sem que o objeto importe. Não se mede pelo objeto, não tem proporção com ele. Precisa do objeto para sair do sujeito e voltar ao sujeito. Ter razão importa sem que o objeto importe. Tanto faz um quadro de Portinari, a existência de Deus ou o horário dos bondes de Catumbi. A cólera provocada pela religião ou pela arte moderna é sem dúvida mais forte e mais duradoura do que aquela que nascera a propósito de uma loja de sapatos, mas isso não prova o contrário do que eu disse. Não há nesses casos maior proporção objetiva e sim um grau maior de irritação dentro do sujeito provocado pela insistência do fenômeno. É fácil imaginar como Afonso andaria nervoso, e cada dia mais exaltado, se não pudesse verificar sua asserção na lista telefônica, e se encontrasse a cada instante alusões, livros, salões de exposição, campanários de catedrais, tudo organizado e construído a partir da falsa situação de sua sapataria! Podemos então localizar a ponta da raiz, o fibrilo nervoso onde mora o princípio de uma opinião. Eliminadas as outras partes de nosso interior, sobra aquela que é mais irritável, mais ferida, aquela que vive a esbarrar na limitação incômoda dos objetos: a vontade.

A opinião é segregada pela vontade; não vem do conhecimento mas de um apetite. O mecanismo da opinião pode ser descrito como uma interposição da vontade entre a inteligência e o objeto. A justa proporção com o objeto fica prejudicada, só podendo existir quando a inteligência está em livre confronto com o objeto, isto é, na contemplação.

Gostaria de tornar bem clara a imensa gravidade desse problema e a importância vital do restabelecimento, na estrutura de nossa pessoa, desse respeito pelo objeto, dessa abertura para fora pela qual tanto a inteligência como a vontade, a boa vontade, aspiram à suma objetividade. O grande desvio do pensamento moderno tem origem nessa inversão interior, pela qual a vontade se arroga um direito de conquista onde somente à inteligência cabe o primado. Todos nós, mais ou menos europeus, estamos impregnados de idealismo filosófico até a

medula dos ossos, estamos convencidos que nossa dignidade mais alta reside nesse subjetivismo obstinado que tenta reduzir todas as coisas do céu e da terra a meia dúzia de opiniões. Muita gente pensa que isso é grandeza e marca de caráter e que a personalidade humana se define por esse fechamento diante dos objetos e se engrandece por essa deformação interior. Diante dos objetos mais simples o homem liberal, que agasalha suas opiniões, que desconfia de tudo que não seja o morno recôncavo de sua interioridade, cai em guarda numa posição crispada; a vontade mete-se de permeio entre a porta dos sentidos e a inteligência, e como o seu caminho é mais curto, ou porque seja ela mais ágil, sua sugestão chega antes do conceito e gera o preconceito. A inteligência perde a liberdade e a vontade então convence o sujeito que ele é um livre-pensador.

É nessa questão nevrálgica da liberdade que a vontade mais se excita, e, no diálogo interior, clama que lhe pertence exclusivamente a decisão nessa matéria. Como na vida exterior vive sendo ofendida, esbarrando, chocando-se, atritando-se, a vontade procura se desforar e volta-se para dentro. Volta-se contra o próprio sujeito, enrola-se no cerne nobre da pessoa e morde a inteligência. A liberdade psicológica e voluntariosa, nascida no conflito com as objetividades, substitui a liberdade ontológica que tem raiz na adequação entre a inteligência e o ser. O primado da inteligência é usurpado, e então, em vez do reto juízo, nasce a opinião.

Já ouvi dizer, inúmeras vezes, que gosto não se discute. Ultimamente disseram-me essa frase, que bem figuraria entre as proclamações do direito do homem, a propósito da obra de Machado de Assis e da pintura de Picasso. Estou pronto a concordar que gosto não se discute quando se trata de pratos. Custa-me um pouco, mas reconheço a perfeita legitimidade do gosto pela beterraba. No que concerne à pintura de Picasso ou aos livros de Machado, compreende-se ainda uma certa relatividade na simpatia temperamental, um gosto, mas não posso concordar que o juízo sobre tais coisas se reduza a esse elemento da ordem do sensível. Seria a última concessão da inteligência: a submissão aos sentidos.

Diante de um quadro de Picasso, uma pessoa afetada desse liberalismo subjetivo, convencida da alta dignidade da livre opinião, não hesita em formular uma condenação peremptória ainda que o difícil problema da arte não tenha tomado dez minutos de reflexão em toda sua vida. Antes da reflexão, do estudo, do esforço de procurar, antes de qualquer coisa está o direito, estranhamente glorificado, da opinião.

A arte moderna é presa fácil da má vontade; quase se pode dizer que é

um desafio à objetividade. Tem qualquer coisa de escondido, de velado; não se entrega aos sentidos com a facilidade da arte clássica; tem qualquer coisa de crucificado. Pede humildade, exige uma confiança no absoluto. Aos sentidos é fácil recusar o feio de Rouault ou de Picasso e logo a má vontade pega nesse julgamento dos sentidos, nesse pseudo-realismo, e com ele tece uma intriga dentro da inteligência. E ainda mais, fica a inteligência convencida que está exercendo sua mais nobre atividade porque está funcionando na engrenagem racionalista com o critério do sensível.

Arrastaria o leitor por fascinantes caminhos se largasse aqui a questão das opiniões para explorar o problema da arte; mas cada coisa tem seu tempo e agora tenho em vista perseguir as conseqüências dessa atitude especial que agride as objetividades.

Na verdade, quem se pronuncia sobre um quadro de Picasso ou sobre um romance de Machado, falando alto numa roda, achando por si mesmo que pode falar, que tem direito, que deve esse legítimo exercício à dignidade de sua cidadania, é um inimigo pessoal do Absoluto. Para tal indivíduo, as coisas não são, valem. Não têm um absoluto; medem-se. Falam alto, numa roda, porque não lhes ocorre que exista uma verdade objetiva para cada coisa, mas apenas valores que são conferidos pelos sujeitos.

O universo inteiro seria uma espécie de bolsa, e cada opinião um preço que se apregoa. O universo inteiro, não somente Picasso ou Machado, mas os infusórios e as constelações, seriam coisas fetais insuficientemente criadas, à espera da última palavra, do veredicto final a ser pronunciado nas salas de visitas dos pequenos-burgueses.

Devo abrir um parêntese. Um leitor afeito a ironias pensará, com sorriso malicioso, que cada linha deste livro não contém outra coisa senão opiniões, e que, para combater as alheias, aqui estou me esforçando por inculcar a minha. Responderei a esse leitor como Léon Bloy a Francis de Miomandre, quando esse amável romancista lhe pediu por carta sua opinião sobre a literatura francesa contemporânea: “Cher monsieur, j’ai le chagrin de vous dire que vous n’avez rien compris à l’Exégèse des Lieux Communs, puisque vous supposez que je peux avoir une opinion sur n’importe quoi. Je n’ai que des croyances ou des certitudes absolues lesquelles sont toujours à prendre ou à laisser, bien entendu”.¹

Ao leitor que se demorar naquela malícia, imaginando que apenas

quero ter a última palavra sobre determinados assuntos, devo advertir que já deixou de compreender o que até agora escrevi. E cada vez compreenderá menos, nas páginas seguintes, porque foram escritas justamente para contar que me despojei de minhas opiniões.

Mas ao leitor de boa vontade, que desejar sinceramente descobrir como é profundo e antigo esse problema da objetividade, eu devo uma ressalva. No sentido clássico, aristotélico ou platônico, a opinião é uma categoria da inteligência com irrefutáveis direitos de cidade. Nesse sentido, Bloy podia se pronunciar sobre a literatura francesa ou sobre a arte dos zulos, como também eu, a rigor, não tenho outra coisa a propor sobre Machado ou Picasso. Mas mesmo no sentido clássico a opinião é uma categoria pobre, e por isso dizia Fédon: “Almas decaídas e impuras têm a opinião por alimento e não a verdade”.

A coisa a que me refiro nessas linhas é diferente. Não pretendi, e creio que também Bloy não pretendeu, usar um exagero literário para atingir uma retificação, mas procurei fazer uma retificação, não somente de um exagero, mas de uma monstruosa deformação do conceito. No uso corrente do termo, a opinião é um fibroma na inteligência produzido pela recusa diante da objetividade. Porque, de pequeno e modesto dado da inteligência, passa a ser considerada como a mais alta e mais dignificante conquista. Quem se nutre alegremente com esse alimento, achando-o gostoso e suculento, é como quem deixa a carne, o pão e o vinho para apregoar as superiores virtudes do palito. É contra essa estranha dieta que sinto uma justa indignação.

As reflexões contidas neste capítulo evidentemente não foram feitas nos dias em que vivi as experiências contadas anteriormente. São de hoje: vieram-me agora; resultaram da investigação de um nexo para aquelas experiências. Não consigo recordar com exatidão o que pensei naquele tempo, nem posso descrever os estados de consciência que tinham qualquer coisa de um nascimento. Direi apenas que sentia levantar-se em mim um senso de objetividade, uma nova consciência voltada para fora e um princípio de confiança na salvação que só poderia vir de fora. Quando ouvi dizer, sobre romance ou pintura, que tudo era questão de gosto, tive um sobressalto. Pensei que, se cada coisa existisse pelo valor apenas, pela medida desse valor conferido pela opinião, bastaria que uma epidemia matasse umas vinte ou trinta pessoas para que a obra de Machado de Assis deixasse de ser uma grande obra. Ora, essa reflexão tinha dois aspectos terríveis: dum lado uma intolerável solidão e de outro uma insuportável e desproporcionada responsabilidade. De um lado eu estaria só, e ao mesmo tempo, por outro lado, estaria

dependendo de mim, da minha opinião, o sentido último e definitivo de todas as coisas do universo. A tarefa imposta me acabrunhava e o castigo do isolamento me convidava a um desespero total. Passava-me pelo espírito, então, a idéia que eu poderia destruir tudo, destruindo-me.

EQUAÇÕES SEM HOMOGENEIDADE

Examinemos, leitor, com um mínimo de reflexão, sincera, essa coisa que Você tanto estima, a ponto de torná-la representativa de sua maior dignidade; vejamos um pouco que força tem a sua opinião diante daquilo que é. Tomemos figuras simples, imagens cândidas, para ficarmos isentos de um intelectualismo que tolda a verdade com palavras difíceis; e imagine o leitor o seguinte: num certo cantão da China não ocupada, às margens do rio Amarelo, neste momento em que escrevo ou no minuto em que me lê, está um sujeito magro, de olhos oblíquos, chamado Lin-Fu, plantando arroz. Agora vejamos o que pode a sua opinião em relação a esse simples chinês.

Você poderá ter suas idéias definitivas sobre o Extremo Oriente ou sobre o arroz, mas eu duvido, e nisso creio que convirá comigo, que elas diminuam de algum modo a existência do chinês. Por maiores esforços que Você faça, ele existe, a China existe e existe o arroz. A opinião só poderá vir depois que essas coisas são.

A respeito deste livro que estou escrevendo, Você terá também meia dúzia de opiniões e neste caso não terei a impertinência de dizer que elas me são indiferentes: ao contrário, creio que existam milhares de opiniões sobre gramática, sobre ritmo, sobre a escolha de títulos para os capítulos, sobre tudo enfim, melhores do que a minha. A única coisa que não posso admitir é que a verdade que ele contenha dependa um curto instante de sua opinião.

Ora, o que acontece quando a opinião esbarra numa objetividade? Irrita-se; esperneia; freme até a ponta do nariz fincada na vontade e logo a vontade se desenrosca e salta como uma serpente. A opinião entra em movimento, continua em ação. A vontade, uma vez que usurpou o primado na pessoa, não admite a impotência. Tolera-a mordendo os freios. Voltemos ao caso do chinês Lin-Fu e suponhamos que o leitor tenha uma acentuada aversão pelo arroz; se tivesse prestígio, boas

relações na polícia ou no exército, e se aquele fenômeno estivesse dentro da órbita de seu prestígio, Você mandaria prender o chinês e queimar o arrozal. Se não tivesse esse recurso, trataria de obtê-lo, procurando difundir sua aversão pelo arroz, por meio de discursos inflamados em praça pública ou de algum novo sistema filosófico que demonstrasse às classes operosas e infelizes que a causa verdadeira de sua miséria é o arroz.

O subjetivismo gera duas conseqüências inevitáveis: o liberalismo burguês, que se protege atrás do dinheiro e da satisfação dos sentidos, e o voluntarismo fanático que sai à procura do poder. Produz trustes e revoluções; capitalismo e anticapitalismo; comunismo e anticomunismo. Não podendo o sujeito ser totalmente subjetivo, desprendido da objetividade, procura uma adequação com as coisas pela via da vontade, pela ação, em vez de procurá-la pela inteligência e pela contemplação. E isso pode acontecer de dois modos que parecem opostos mas que na realidade só diferem por questões secundárias: ou a ação se limita ao empreendimento nos negócios e ao gozo dos lucros, ou a ação procura transformar as opiniões em coisas, isto é, tornar-se reformadora e revolucionária. A sede natural de objetividade, nos indivíduos que cultivam as opiniões, só tem essas duas saídas: ou se contenta com a objetividade subalterna dos sentidos; ou então promete à inteligência uma nova ordem subordinada a um sistema, a uma causa, a um ideal. Em qualquer dos casos existe o fundo comum do subjetivismo. A horrível guerra que desmoraliza a Europa contém uma contradição inaudita: os anglo-saxões combatem com ardor uma certa mentalidade, uma certa doença do espírito, ostentando como princípio aquilo que é precisamente o primeiro ciclo da mesma doença. A liberdade em nome da qual eles combatem as hordas nazistas é a liberdade de opinião. O único mérito, grande aliás, que têm os ingleses está no fato de não fazerem eles da liberdade de opinião uma filosofia da política, mas apenas uma atitude prática, uma disponibilidade de certo modo negativa, dentro de uma filosofia imprecisa. Não quero reduzir esse mérito nem meter reservas na alta significação da generosidade inglesa e da bravura russa, mas acho extremamente inquietante para meus netos que suas propagandas pretendam às vezes transformar o negativo em positivo, os buracos em doutrina, o que recolocará o mundo exatamente na posição que determinou a crise de voluntarismo fanático. Há uma profunda diferença entre admitir, com humildade, a imprecisão de nosso julgamento, a tolerância benévola às experiências que o mundo faz e tem que fazer, e glorificar com entusiasmo essa mesma indeterminação. A liberdade de opinião deveria ser considerada como uma tristeza que o homem carrega e não como seu maior título. Com essa distinção, haverá uma certa dignidade, negativa, no regime político em que se possa falar,

em que não seja cada cidadão obrigado a louvar quem no íntimo despreza; e essa dignidade somente crescerá num sentido positivo se tender para uma objetividade, se guardar em si mesma a consciência de sua pobreza.

Realmente, cada pessoa que emite uma opinião, tem um direito incontestável, mas deveria ter consciência de sua miséria, deveria confessar com mágoa sua lamentável situação de não ter outra coisa para mostrar. É um triste direito; mas é incontestavelmente um direito. Ao contrário, a glorificação desse estado de coisas acarreta a sua destruição: é fácil compreender que o elogio da livre opinião contém o risco de conseguir alguém uma opinião que se propague com maior facilidade e que, por fim, se implante, negando a todas as outras direito de cidade. O ditador é o sujeito que teve razão num certo número de debates, e que, no fim de algum tempo, supõe ter razão em todas as coisas. Passa a ser, diante dos indivíduos que o ouviram, balançando as cabeças com assentimento, uma espécie de encarnação, uma espécie de verbo, passa a ser a inevitável objetividade, a personificação das opiniões que não agüentaram viver indefinidamente no ar, como almas penadas.

O subjetivismo produz uma profunda inadequação entre a pessoa humana e os objetos. Resulta num verdadeiro abandono do absoluto, numa desistência de realismo. É curioso notar que o homem de opiniões, e principalmente aquele que se torna ativo por princípio, empreendedor por sistema, julga que vive abraçado com as realidades. Um jornalista, um negociante, um industrial, seriam os homens mais positivos do mundo, enquanto que um beneditino seria um indivíduo metido dentro de si mesmo, uma espécie de abstrato que vive de sonhos. Evidentemente há qualquer coisa de objetivo no ofício de vender queijos ou fabricar sapatos, mas a vida daqueles homens ativos, em conjunto, gira em torno de opiniões e ideais. A contemplação é realista e não a ação. O contemplativo é o único homem que realmente se preocupa com a realidade. Um indivíduo torna-se fabricante de queijo por opinião, porque uma infinidade de alternativas existia para sua atividade; escolheu aquela porque julga que o queijo seja um bom negócio. Discutiu o problema em casa, houve controvérsia, algum cunhado terá discordado, e acabou resolvendo pelos queijos. O próprio objeto fabricado, que para quem come tem uma realidade sensível, para o fabricante desvanece-se e no fim de algum tempo só há grosas e faturas. O monge beneditino, ao contrário, só se preocupa com uma realidade; ela é ou não é, mas não admite meio termo; em muita coisa pode discutir e enunciar livremente suas opiniões; mas ele se tornou monge porque a realidade máxima e o centro definitivo de sua vida deixou de ser uma opinião.

Agora eu pergunto qual é a realidade que está no centro da vida do queijeiro. Duvido que sejam os próprios queijos, ainda que ele os apalpe e os prove, porque em cada seção de sua fábrica o queijo será uma coisa. Aqui é matéria-prima, ali é engradado. Nesta sala é leite, naquela outra é duplicata. No princípio é vaca, no fim são cifras. O queijo acaba sendo conta no banco e bem-estar no palacete do industrial; e na vida do fabricante nenhuma marca especial atesta que ele se ocupe com queijos.

Os banqueiros são considerados, indubitavelmente, no seu próprio círculo de relações, como homens de idéias nítidas e de alto senso da realidade; mas aquilo que mais os ocupa, o dinheiro, não é nada. Está sempre na iminência de ser qualquer coisa, mas não é. O homem rico não impressiona pelo que ele é, mas pelo que ameaça ser a cada instante. E esses, mais do que os fabricantes e negociantes, vivem das opiniões. A valorização de um certo terreno nasce dum preconceito; a procura de certos artigos nasce de uma idéia.

Em última análise pode-se afiançar que os homens de negócios vivem de devaneios. Costumam dizer que os fatos são os fatos e que as cifras são as cifras, e nisso se resume toda a noção que têm de uma realidade.

O contrário se dá com os homens contemplativos, poetas ou monges. A única coisa que os preocupa é o absoluto de uma realidade. Alguém dirá, com superior sorriso, que a realidade do beneditino talvez não exista; mas isso é outra história, e não impede que a única preocupação do monge seja uma realidade. O monge, como Léon Bloy, não tem opiniões, mas crenças e certezas absolutas.

E quanto a dizer que não existe a Realidade do monge, lembremos que também há quem diga que o queijo não existe, ou que é uma mera ilusão dos nossos sentidos. Para o físico, o queijo é um aglomerado de elétrons. O único homem que crê sinceramente no queijo como queijo, ainda é o monge ou o poeta. Para esses, a realidade de cada coisa é iluminada por um absoluto, banhada numa suma-realidade. Para os homens de opiniões, a única realidade é o próprio eu. O patrono dos homens dinâmicos modernos foi Descartes e por isso cada um deles hoje formulará sua filosofia assim: “Tenho uma opinião, logo existo”.

A opinião é o halo do pequeno-burguês; faz-lhe as vezes de inteligência; dá-lhe dignidade; é tudo. E chego inesperadamente à conclusão que Nietzsche foi o poeta épico dos pequenos-burgueses, o bardo dos subchefes de seção, ou, então, o profeta que anunciou o advento tumultuoso de três bilhões de deuses.

Em cada situação da vida o homem procura uma adequação entre si e uma realidade: o subjetivismo torna essa operação impossível e gera um movimento que então é tomado pela máxima realidade. O homem do liberalismo voluntarista vive armando equações sem homogeneidade. Acho útil esclarecer esse conceito.

Diz-se em física que uma equação é homogênea quando as entidades comparadas são da mesma natureza, têm a mesma dimensão física. Assim, uma força, depois de mil transformações algébricas, não pode deixar de ser uma força e passar a ser uma área ou uma duração. O físico se compromete a manter a realidade ontológica através de todas as manipulações. E para verificar, de tempos em tempos, se manteve a palavra, foi inventado um instrumento matemático chamado análise dimensional, que despoja a parte métrica das equações de modo a evidenciar sua perfeição dimensional. À primeira vista pode parecer esquisita a necessidade de tal instrumento para tão simples verificação. Qualquer pessoa dotada de mediano senso comum sabe que só pode conversar a respeito de uma coisa se ela se mantém a mesma durante toda a conversação. Se, por exemplo, começássemos a história de um elefante e logo na página seguinte aludíssemos ao esbelto talhe ou às asas do bicho, é incontestável que nossa história ficaria obscura. Muita gente, hoje, um pouco por causa das idéias evolucionistas, pensa que esse processo é muito fino e se chama fantasia. Os desenhos animados americanos chegaram ao completo arbitrário nessa matéria porque não sabem que o feérico tem a ordem por base, podendo ser uma transmutação mas não uma renovação do senso comum.

Para uma pessoa pouco versada nos processos científicos, o conceito de homogeneidade e a análise dimensional aparecerão como coisas ridículas. Julgava que o cientista, sendo o mais sensato dos homens, teria aquilo no sangue. Mas não é assim; em primeiro lugar, o cientista não é o mais sensato dos homens e freqüentemente corre o risco de ser o mais insensato. Ele precisa, mais do que ninguém, duma garantia ontológica, para protegê-lo na vertigem lógica da matematização. Quando um físico entrega ao matemático seus objetos (força, duração, massa, etc.) e lhe pede que discorra a respeito, dispõe sempre daquele instrumento robusto e fácil para verificar de vez em quando se não houve solecismo na sintaxe matemática. Não quero dizer com isso que a lógica ou a matemática têm em si mesmas uma tendência para o erro, mas que nós temos o fôlego lógico curto; nós nos perdemos, passamos do verdadeiro para o falso, e geralmente isso acontece quando julgamos estar raciocinando melhor do que nunca. A homogeneidade não é propriamente critério de erro, mas de um certo erro; serve raramente; é utensílio feito de massa ingênua, um pouco humilhante mesmo, para o gênio humano. A análise dimensional, como todos os instrumentos

matemáticos, foi burilada, lavrada, até uma minuciosa perfeição. Os matemáticos são os joalheiros do senso comum, mas às vezes entusiasma-se pensando que o ouro foi também feito por eles.

Esse conceito simples, de homogeneidade, pode ser estendido e servirá a todas as operações equacionais.

Há dois mil anos o Filósofo enunciou assim: “Não é possível pendurar uma espada real numa corrente pintada na parede”. Para pendurar uma espada de verdade eu preciso duma corrente de verdade; numa pintura, porém, posso pendurar outra pintura.

Pois bem, as equações armadas pelo subjetivismo, e sustentadas pelas opiniões, estão erradas na homogeneidade. Quando a dificuldade é maior ou a incongruência mais visível, metem o tempo nas equações como se esse elemento tivesse a propriedade de alisar todas as dimensões. Nas equações da mecânica celeste o tempo é o tempo, mas nas equações das ciências naturais ou sociais o tempo é um elemento mágico que resolve as dificuldades dimensionais. Quando um orador diz enfaticamente, com mão sobre o peito e voz na solfa da eloquência, que vive para a posteridade e trabalha para as gerações vindouras, está errado na homogeneidade. Em nenhuma equação é lícito levar em conta um elemento que ainda não veio e deixar para ulterior intromissão o restabelecimento da homogeneidade. As ciências naturais, ultimamente, se gabam de imitar os processos da física matemática; como as ciências sociais se gabam de imitar os processos das ciências naturais. Na realidade não imitam a única coisa imitável que é o rigor lógico e o rigor ontológico.

Um leitor habituado a tirar chapéu aos cientistas estranhará que eu os esteja metendo neste capítulo sobre o subjetivismo, porque parece assentado que a ciência é a mais objetiva das coisas. De fato o é enquanto análise, enquanto confronto com um objeto; mas saindo disso, quando experimenta suas forças para uma síntese, então a ciência não passa duma imensa opinião.

Em antropologia, por exemplo, um cientista ilustre parte para a Austrália para estudar as origens da humanidade; é claro que ele já leva a opinião definitiva sobre aquelas origens, pela qual é o australiano o mais próximo representante do homem primitivo. Ele não se lembra que está sendo vítima dum círculo vicioso: o australiano é chamado de primitivo porque algum acadêmico já teria dito que os homens primitivos eram como os australianos. Depois desse pequeno mal-entendido, o nosso cientista começará a fazer ciência objetivamente: passará anos estudando os costumes, enchendo cadernos de notas, tirando fotografias, e o único

defeito que terá toda essa documentação é não ter a menor relação com o homem primitivo.

Eu poderia, partindo duma opinião diferente, iniciar pesquisas sobre os albores da humanidade na rua do Ouvidor, na porta do Pingüim. E acho-me capaz de provar que minha pesquisa seria mais razoável do que aquela outra feita na Oceania. Realmente, o homem que passa às cinco horas da tarde em frente ao Pingüim, com sua escassa ração de manteiga, com seu casaco, seu chapéu, seus cuidados, por ser um civilizado, está mais próximo do homem da época terciária do que o australiano; está ligado a ele por uma continuidade normal, representa a ponta de uma certa linha que começou na caverna. O australiano, justamente por ser australiano, representa alguma coisa de perdido, de desviado da linha.

A mesma coisa direi a respeito de psicologia da infância. Baseados numa opinião, diversos estudiosos, depois de terem observado que um dos característicos infantis é não saber a criança assoar o nariz, foram procurar em anormais, em imbecis, e até em cachorros, dados para o problema da psicologia infantil, porque naqueles objetos notaram a mesma impotência em relação ao defluxo.

Os cientistas em geral são objetivos, mas freqüentemente se enganam de objeto. Tomam uma coisa pela outra. Às vezes fazem um modelo de átomo ou de célula, mas logo, entusiasmados, esquecendo que eles mesmos o fizeram, transportam a observação da coisa a ser estudada para o modelo. Imagine o leitor um caso assim: um professor está dissertando sobre a forma da Terra e diz que o geóide é aproximadamente um elipsóide. Querendo ser mais claro, mostra ao aluno uma laranja, como modelo no que diz respeito à forma. Se ele entretanto esquecer que um modelo só pode conter o que nele foi admitido, irá meia hora mais tarde descobrir com assombro que a Terra tem caroços e sumo. Tudo isso serve para mostrar que a ciência tem que manter uma séria disciplina para ser objetiva; com um pouco mais de trabalho, demonstraria também que a ciência é impotente para fornecer uma síntese. Mas agora devo voltar à questão da homogeneidade.

Quando eu era menino, ouvia as pessoas grandes falarem com freqüência em exemplos edificantes de vidas devotadas admiravelmente a causas sagradas. Uma dessas causas, se não me falha a memória, era o bem-estar das gerações vindouras; outra era a ciência; outra era a proteção aos animais. Não alcancei o tempo em que a República era também uma causa sagrada, mas tive ocasião de descobrir, já homem,

que a renovação completa da mesma república deveria ser considerada por mim como a mais sagrada de todas as causas. Foi preciso viver quarenta anos para descobrir que a única causa razoável consistia em servir o próximo: e era razoável sobretudo porque não era uma causa. O próximo é a última coisa do mundo que podemos meter dentro de uma opinião; ele resiste com todos os seus recursos; ele representa para nossa experiência uma difícil mas inevitável objetividade. Sobre o indivíduo do século trinta eu posso formular uma dúzia de teorias, posso meter minha vontade entre mim e o seu existir, e daí, conforme a opinião, tirarei uma causa. Alistar-me-ei no esperanto ou numa campanha de eugenia, e de qualquer modo terei a satisfeita convicção de estar prestando um bom serviço a esse remoto cidadão. Com o próximo é mais difícil, porque ele mesmo se encarrega de me exigir tanta coisa que pouco me sobra para dar ainda em demasia.

Na verdade, o que quero dizer, leitor, é que todas essas equações estão erradas na homogeneidade. O humano e pessoal pede o pessoal e humano, mas em presença real. Os mais admiráveis exemplos de dedicação por uma causa não bastam para fazer dum erro uma verdade. Comovem mas não demonstram. O moço russo que em 1917 se atirou com uma bomba agasalhada no peito contra a carruagem do tirano e morreu por uma causa, teve um fim triste porque morreu enganado na homogeneidade. Muita gente morre por engano dum cálculo de longitudes ou por um cochilo de sinaleiro; essas mortes são tão respeitáveis como se procedessem duma febre. Mas a seriedade dos últimos instantes do moribundo ficaria prejudicada se ele declarasse, no último alento, sua completa dedicação pelos erros de longitude. O fato de morrer é bastante grave, mas não basta para compensar um erro de ontologia.

Sendo a dedicação um movimento da vontade, uma boa vontade à procura de seu objeto pede uma equação em que de um lado está a pessoa humana e do outro lado também a pessoa humana. A maior parte dos revolucionários são grande afetivos que dão o seu sangue para colher no minuto da agonia um sorriso dos companheiros. Os revolucionários que fogem dessa regra, os chefes em geral, não passam de uns tristes desvairados que sofrem a angústia da objetividade. E metem a vontade exasperada na conquista duma suma objetividade nascida de sua opinião. E dirigem-se logo, para obter concurso, aos adolescentes, àqueles que estão na iminência de formular as primeiras opiniões, ou de receber tudo que não seja o senso comum caseiro que fora o guia de sua infância. E então, é fácil prever, esse chefe aparecerá como a encarnação das opiniões e como um salvador.

E ENTÃO, LEITOR?

Suponha agora o leitor que um velho amigo entra em sua casa, esfregando as mãos, com a fisionomia banhada de gozo, e lhe confia o seu segredo depois de algumas hesitações:

— Achei uma solução para o problema da minha barba! O leitor gostará de ouvir a notícia porque também tem barba e sobretudo porque também tem bons sentimentos. Pensará que o amigo tenha encontrado uma nova navalha de segurança ou algum sabão em especial; mas se é homem vivido não se alegrará em excesso porque já sabe que cada utensílio novo resolve um problema à custa de gerar outros dez. A solução do amigo lhe parecerá parcial e desde já comprometida na complexidade de outros e novos problemas. Se é aparelho, dependerá do trato, da limpeza, da conservação do fio; se é sabão, obrigará a uma perfumaria certa, fora de mão, e com o tempo irá perdendo suas propriedades excelentes, como acontece com todo produto novo.

As grandes soluções que o mundo tem achado são assim; no fim de pouco tempo se estragam. O que ontem salvava, hoje perde; o que era remédio é agora veneno. Mas não é tanto o tempo que adultera as nossas soluções; elas mesmas, na verdade, já nascem encolhidas e insuficientes. Dir-se-ia que nos debatemos dentro de uma túnica feita com pouco pano: quando alguém disser que agasalhou o pescoço, olhemos para os pés; se o peito está vestido, examinemos disfarçadamente as coisas. Falta sempre algum pano.

Mas suponha o leitor, mais uma vez, que o amigo chegue ainda mais resplandecente, dizendo em meias palavras que achou solução para a barba, para o café da manhã, para o lugar do pijama, para a tristeza de seu jantar e para a solidão insuportável de suas noites. Então, deveremos pensar simplesmente que o amigo, no fim dessa fastidiosa enumeração, anunciará o seu noivado. É a idéia que logo ocorre a alguém que possua um certo senso de objetividade e uma noção de homogeneidade. Sabemos que não existe utensílio para tantas utilidades que tocam tão de perto os problemas de uma pessoa humana. Também não será um sistema, uma teoria, uma causa, porque essas coisas não fazem companhia a ninguém. Ninguém consegue jantar com um teorema ou passar uma noite de núpcias com uma idéia. E por maior que seja a soma de utensílios, a dimensão resultante é de utensílio; e uma infinidade de

sistemas é ainda um sistema. Nada disso pode entrar com homogeneidade na equação da pessoa humana.

Quando o amigo confessar que achou noiva, dizendo seu nome, o jeito que ela tem, e encetar uma longa enumeração das prendas de sua eleita, ainda podemos achar sua exuberância um pouco ridícula, sentir alguma inquietação, porque conhecemos inúmeros casamentos maus que começaram em noivados fervorosos. A moça talvez seja uma tola qualquer que agradou pelo cabelo ou pelo talhe; como somos pessimistas nessa matéria, recearemos que nosso amigo se tenha enganado e que dentro de alguns anos nos venha visitar com meias palavras e reticências acabrunhadas.

Tudo isso nos poderá passar pelo espírito, mas num ponto estamos tranqüilos: pelo menos, a equação que o amigo armou é homogênea: pôs pessoa de um lado e pessoa do outro, ou pretende somá-las por um sinal que é uma crucificação. A equação poderá estar errada, ou tornar-se errada em uma de suas transformações, errada na medida, na justa medida; mas está certa em relação ao senso comum.

Alarmados ficaríamos, até o extremo limite, se o amigo nos viesse anunciar seu noivado com um teodolito ou com uma causa.

Ora, outra coisa não se tem feito ultimamente no mundo, senão equações sem homogeneidade. O desamparo indisfarçável nos obriga a procurar soluções que vão sendo improvisadas conforme vão aparecendo tristezas e dificuldades. Tal solução agora calha, mas amanhã não terá nenhuma serventia. Um autor pessimista disse uma vez que “uma verdade de compleição robusta pode durar seus dezessete anos...” mas eu creio que ele ainda exagerou.

O século científico, que acumula doutrinas sobre doutrinas, erra constantemente, segundo aquele critério elementar da conaturalidade, e erra porque não é suficientemente científico. As fórmulas de salvação abundam; cada dia aparece uma nova e cada noite é abandonada alguma que aparecera cheia de promessas.

O liberalismo progressista afiança que a salvação está no movimento lento do próprio dado do problema que se resolverá por si mesmo à custa de esperar solução. Esse evolucionismo, geralmente, não tem coragem de enfrentar suas últimas conseqüências; poucos serão os seus apóstolos capazes de levar até o fim as suas equações, e menos ainda os que, tendo atingido esse ponto, recuarão assombrados. Realmente, a

afirmação evolucionista se reduz a atribuir ao tempo a suma objetividade. Na sua última equação, o evolucionista afirma que o ser único é a duração. O tempo é o fermento do mundo e das almas; é um demiurgo, é o próprio tecido da criação, é o próprio criador. De certo modo o bergsonismo tem o mérito de ter levado o evolucionismo banal dos burgueses satisfeitos a uma conseqüência que mete medo. Mas a maior parte dos biólogos, sociólogos, pedagogos, e sobretudo arqueólogos, continua candidamente afirmando que um cavalo é qualquer coisa como um quarto de hora.

Os fanáticos da técnica e da ciência, maravilhados com as últimas prestidigitações eletrônicas, esperam que a salvação venha das geladeiras e dos rádios. Os pedagogos, exultantes com mais uma experiência em cachorros, já entrevêm a aurora de um mundo novo, mas nos pedem uma pequena concessão: a solução só interessará as gerações vindouras. Muita gente de boa-fé acredita nessa falsa generosidade, nesse amor que parece aplicado a pessoas, e portanto homogêneo, mas na realidade se aplica a pessoas que ainda não existem. Como o ainda não tem o menor sentido pessoal, posso asseverar que aquele objeto não existe. Aquele ainda é mais uma vez o tempo encobrindo a pessoa.

Alguns cientistas dão a entender que possuem coisa mais concreta. Carrel, por exemplo, mete-se a fazer experiências com pequenas pelancas de galinha que fazem pulsar o feixe eletrônico de um osciloscópio catódico, mas não se opõe à propaganda equívoca do coração artificial que os pobres cardíacos dos cinco continentes vivem desejando. Outro é Victor Pauchet, que põe toda a felicidade humana no intestino grosso e anuncia a redenção pela pontualidade nas latrinas.

O individualismo burguês é um salve-se quem puder: cada um fabrica seu próprio evangelho e cada doutrina é uma linha meridiana passando pelo umbigo do inventor. Um conhecido meu, por exemplo, inventou uma teoria para casamento infeliz em que a mulher fosse estéril e o marido jornalista. Dava certo nele, que era jornalista, mas já na mulher não calhava porque dela só constaram queixas e recriminações. Um outro descobriu que a felicidade consiste em estar convencido dela e em afirmar todas as manhãs, antes do café, que é profundamente venturoso. Esse indivíduo atingiu um pessimismo tão radical que se tornou um amargo otimista.

Mas como ninguém agüenta ficar indefinidamente abraçado com uma sombra, agarrado numa âncora pintada, então alguns filósofos propuseram uma solução, na qual o homem também era pintado. Descobriram que o elemento perturbador do problema era a humanidade do homem, e que uma teoria chata, desdimensionada, daria

certo se os homens ficassem chatos também.

Essa posição, sob o ponto de vista da homogeneidade, é melhor do que a incoerência banal dos evolucionistas; mas sob o ponto de vista do humano não pode existir pior. Deve-se notar aliás um fato curioso: a tentativa de esvaziar a ontologia humana, pelo idealismo, nasceu do imperativo da conaturalidade, que é um imperativo ontológico, e por isso essa tentativa está atravessada de alto a baixo pela própria contradição.

No terreno político, em que o clamor pela salvação vem de bilhões de gargantas roucas, não era possível ficar muito tempo em cima de soluções em que essas gargantas são consideradas como meras abstrações. A miséria do homem não se contenta com teorias e opiniões, e o salve-se quem puder das democracias burguesas, mais tarde ou mais cedo, cai nas mãos de um salvador, improvisado. Nações orgulhosas, que tinham adorado o bezerro da química ou da biologia, erguem um estrado no areópago vazio, e adoram um César de cervejaria, um pedagogo fracassado, um capitão de opereta. Caem na inevitável homogeneidade, voltam ao humano mas como escravos, e vêem no títere divinizado a encarnação da doutrina, a personificação das opiniões. A doutrina é o próprio salvador, a pessoa dele; mas o sangue redentor deve ser fornecido, aos milhões de litros, pelos próprios salvados.

E então? Estamos sempre na mesma: nossos problemas nos afligem e o mundo só nos oferece remédios inumanos ou desumanos. De um lado tenta nos reduzir a uma categoria chata para caber na chatice das teorias, de outro lado nos incita a sermos super-humanos para que resolvamos os problemas ultrapassando-os. Mas a carne humana se aflige e chora, os problemas doem cada vez mais e não nos parece fácil abandonar nossa natureza para atingir a salvação; queremos, ao contrário, que uma salvação desça em nossa natureza. Ninguém quer ser chato, e o espírito mais entusiasta não deseja, sinceramente, ser fantasma.

O século naturalista dos Zola e dos pedagogos socialistas foi o menos naturalista dos séculos porque desejou resolver as dificuldades sacrificando e escravizando a natureza. O “santo da natureza” e seus discípulos quiseram servir a humanidade sob a condição de ela se tornar aquilo que ele, o santo, tinha imaginado. Os naturalistas se dividem: uns querem que sejamos cinza; outros que sejamos deuses. A graça de suas doutrinas não pressupõe a natureza; ao contrário, exige a conversão daquilo que é.

E então, leitor? O que teremos nós a comunicar ao amigo que nos vê chegar contente em sua casa? Que coisa podemos mostrar, que achado

anunciar? Que noivado exótico, que equação extravagante, que promessa de pesadelo teremos para contar? Deverei dizer que me alistei no esperanto para salvar o mundo da confusão das línguas? Anunciarei meu noivado com a grande raça caucásica? Convencerei alguém que todos os meus esforços visam a nova geração? E que meu coração bate mais rápido de amor incontido, quando penso num certo indivíduo que em março de 1983 entrará num edifício que ainda não se construiu em avenida que ainda não se traçou, e aí nesse edifício, ó céus, ó prodígio, comprará meio quilo dum café cuja marca ainda não se anunciou? E então, leitor?

TRÊS SENSOS PRESSENTEM UM OBJETO

Se todo mundo fosse cego, diria um psicólogo habituado a pensar em termos de relatividade, não haveria cegueira. À primeira vista parece impossível contestar tal afirmação: em primeiro lugar, o cego precisa saber que é cego; em segundo, que os outros não são cegos. O fato da cegueira e a aflição que dele resulta exigem aquelas duas condições. Mas todas essas considerações se alteram quando deixamos de pensar dum modo relativo, e isso acontece sempre que enfrentamos o problema da vida humana com reta inteligência e boa vontade.

Os pequenos episódios truncados e insignificantes, que contei nas páginas anteriores, nada têm de extraordinário; qualquer vida contém experiências análogas; qualquer indivíduo viu dezenas de vezes uma pessoa cair no meio da rua, um sujeito mostrar um dente dolorido, um casal discutir por causa de uma ninharia, e também já viu um rosto querido se cobrir com a lividez da morte. Variam as circunstâncias, o modo de sentir, segundo o temperamento, mas alguma coisa é comum; debaixo das diferenças superficiais existe uma constância essencial. Nós sentimos muito bem isso, com profunda repercussão íntima, quando dizemos que um certo fenômeno é humano. Qualquer coisa se agita em nós, espécie de mágoa indefinida, porque esse termo nos une, mas ao mesmo tempo nos dói. Vem-nos logo à mente uma idéia de falha. Humano... Pronunciamos essa palavra quase sempre como uma desculpa, para atenuar qualquer desvio ou justificar fraquezas. Ou então com desespero: humano, muito humano...

O falso romântico, que os espíritos decaídos saboreiam, é arquitetado com acontecimentos e situações extraordinárias: incêndios, abortos, naufrágios, assassinatos. O verdadeiro romântico é o cotidiano, o triste cotidiano, a triste normalidade sem aplicação, é em suma o ordinário da pessoa humana. E esse romance contém um elemento trágico que poderia ser definido assim: uma cegueira de nascença generalizada. Temos consciência viva e aguda dessa enfermidade sem nunca termos visto de frente a luz que sentimos faltar. Há uma desproporção, uma quebra de relatividade e ainda por cima uma agravação pelo fato de ser geral a cegueira. Dir-se-ia que nos sobrou um nervo, um senso, uma antena que se agita doidamente, cegamente, que gesticula apalpando o vazio, procurando na escuridão. Sobrou-nos o nervo mas o objeto em que ele teria contato escondeu-se de nós, velou-se.

Na verdade eu diria que temos três sentidos, atrofiados mas persistentes, e voltados todos para o absoluto: o primeiro é uma espécie de visão; o segundo, uma audição; o terceiro, um tato. Visão absoluta, audição absoluta, tato absoluto. Todos os problemas humanos, essencialmente humanos, se inscrevem dentro do triângulo fundamental por esses três sentidos da consciência humana e por isso vale a pena cuidar de uma definição mais desenvolvida. Depois o leitor consultará suas próprias experiências e verificará se fui arbitrário ou artificial na esquematização proposta neste capítulo.

Mais claramente são os seguintes os vértices daquele triângulo: primeiro, o senso da objetividade; segundo, o senso da eternidade ou senso lúdico; terceiro, o senso da pessoa humana no próximo, no outro, ou senso da altruidade. Consideremos cada um deles de um modo mais desenvolvido.

O senso da objetividade, a que já me referi nos capítulos anteriores, é aquele pelo qual a inteligência tende para o objeto e tem consciência de sua responsabilidade primeira no juízo. A diminuição desse senso gera o subjetivismo, a reivindicação do direito de opinião, o liberalismo, o voluntarismo, e todas as correntes filosóficas idealistas que buscam no objeto uma ressonância apenas do sujeito. Ninguém consegue se manter realmente na posição subjetiva sem deixar de ser sensato; as pessoas que enunciam doutrinas ou vivem para causas, ferindo a homogeneidade da pessoa humana, nunca o fazem de modo perfeito, e a consequência inevitável em que caem consiste numa profunda separação entre a vida e a doutrina, entre os atos e as idéias. Esse foi o fenômeno que mais me impressionou nos tempos em que andei em rodas de marxistas e nietzschistas. Entre o que dizíamos e o que fazíamos não havia apenas

uma desproporção na medida, uma insuficiência de nossa pequenez diante da grandeza da causa, mas uma inteira e radical falta de nexos. Como primeira consequência, a nossa vida caseira deixava de ser uma vida caseira, uma realidade de importância máxima, e passava a ser uma contingência desagradável, quase de ordem vegetativa; e nessa equação, sobravam mulher e filhos.

Na verdade, esse senso da objetividade, como disse no princípio desse capítulo, tem qualquer coisa duma cegueira de nascença da qual nos resta uma singular consciência. De fato, a nossa inteligência ávida do ser só recebe de fora, pelas portas dos sentidos, a notícia vertiginosa da mobilidade. As coisas passam, dançam, correm, diante de nós; o universo inteiro se desmancha aos nossos olhos; as águas que passam nos rios nunca mais tornam a passar. E então o que acontece? Passamos a afirmar que a máxima objetividade é justamente aquele elemento que desafia o senso da objetividade; a máxima existência consiste em deixar de ser. A mobilidade e finalmente o tempo de duração tomam o lugar do absoluto.

E isso acontece porque a vontade interfere, mete-se entre o objeto e a inteligência, e procura se adequar à mobilidade que é uma categoria proporcionada à sua essência. A atividade impera sobre a contemplação, o apetite domina o juízo, a opinião substitui a verdade.

O senso lúdico, semente de vida eterna, germe de esperança, nos fala duma infância persistente. Carregamos em nós o absurdo de uma meninice que nos atropela os passos de professor e industrial pedindo um reflorescimento. A idade é um insulto sendo o fenômeno que logicamente deveríamos suportar melhor, porque nos penetra devagar, de modo insensível, produzindo uma série de hábitos. Cada um de nós tem, indubitavelmente, os hábitos próprios da idade; mas ninguém tem em si a verdadeira e integral aceitação da idade. Às vezes o desacordo atinge uma tensão trágica quando a velhice começa a nos enrugar a pele do rosto e a nos branquear os cabelos. Vemos diante do espelho aquela sombra que somos. Mudamos cada dia e sabemos que somos sempre os mesmos; justamente quando notamos as maiores mudanças é que sentimos de modo intolerável que não mudamos.

Agora é a mobilidade do próprio eu, essa experiência mais vital ainda, que nos aflige. O senso lúdico está ligado ao senso da objetividade por esse nexo que nos atravessa a pessoa, e tende para uma objetividade vivida. Esse senso nos diz que somos vivos e que nascemos para viver e não para morrer. Nossa dignidade de seres vivos é insultada pela morte,

e todos desejamos, de um modo extravagante, apesar da experiência secular do universo inteiro, das mil gerações que gemeram de dor, uma felicidade perene numa eterna infância.

Chamei de senso lúdico essa sede de eternidade porque a vida da infância nos deixou nessa rotina escondida a lembrança de um clarão. Muito já se escreveu sobre o brinquedo na infância: abrindo um tratado de psicologia encontramos uma dúzia de doutrinas a respeito. Para um autor é exercício preparatório, para outro é manobra interna de desvio, catarse; para um terceiro é fenômeno de transbordamento vital. De cada uma dessas doutrinas sai uma pedagogia, estando todos os modernos de acordo que o brinquedo é uma função, uma atividade específica, e como tal deve ser colocada no centro duma pedagogia funcional e ativa. Em outra ocasião, se Deus quiser, voltarei a este assunto para defender com todas as minhas forças o primado da pedagogia passiva e existencial contra essa abominação moderna. Agora quero apenas definir melhor o que significa brinquedo ou lu-

lus nas páginas deste livro. Não busco a palavra nova, ou antes antiga e latina, por gosto, mas porque a outra está inutilizada por uma geração inteira de psicólogos. Direi primeiro que ludus não é brinquedo como função ou atividade, mas uma coisa mais interior e mais objetiva, uma realidade ontológica. Para maior precisão filosófica pode-se definir ludus como o princípio formal da infância, ou então, numa linguagem mais sugestiva, ludus é a infância existencialmente.

A atividade que o pedagogo vê, estuda e mede é a função infantil, isto é, a menos infantil das coisas, porque é função. A criança vive um senso de eternidade, mas vive no tempo; desse atravessamento da mobilidade, da função, no núcleo ontológico da infância sai o dualismo que conduz ao erro moderno de funestas conseqüências. A verdadeira base para uma psicologia infantil é uma metafísica da infância, isto é, o reconhecimento da máxima objetividade vivida. A criança tem e vive o senso da objetividade e o senso lúdico que vem a ser também a experiência própria de objetividade. No adulto esses sentidos se interiorizam e ficam sob a carga da função. A ação se intromete e destrói a contemplação; o fazer subordina o ludus.

O psicólogo da infância diz que a criança é essencialmente ativa; eu prefiro dizer que ela é contemplativa porque vive na objetividade e vive a objetividade. Tudo isso porém em rudimento, em semente, em pobreza material. O adulto ganha com o crescimento e a força uma riqueza material que às vezes obscurece os dois sentidos que na infância tinha quase à flor da pele. Mas o senso lúdico não o abandona inteiramente; está adormecido, mas não está morto; esse senso lúdico no adulto não se

manifesta como uma função infantil, mas ao contrário como uma função viril, porque está preso ao fazer. O poeta é uma criança ludicamente, porque brinca com as palavras, aproxima-as, afasta-as, arruma-as, e tira dessas experiências centelhas vivas e sentidos novos. Renova as palavras, faz palavras novas. O artista é o homem cujo fazer está insuflado de senso lúdico; a arte pode ser definida como o fazer dilatado pelo júbilo, animado pelo ludus. A função principal do artista no mundo consiste em trazer uma mensagem da infância, defendendo-nos da secura do racionalismo e da aridez do cientificismo. Acho inteiramente errado afirmar que a arte nasce da dor, do conflito íntimo, dos choques de não sei quais princípios; ela tem um sentido positivo e se afirma ao contrário como uma vitória sobre os conflitos, como um ensaio de ressurreição.

Mas devemos distinguir. Há um pseudo-ludus e uma arte que dele deriva: na base da necessária distinção está a separação das idades humanas segundo seu espírito. Nesse sentido posso dizer que só existem duas idades: a infância e a adolescência. Quando saímos da infância caímos a pique na adolescência e atingimos nesses dias tristes a maior senectude de nossa vida, num desencontro trágico com um estuante crescimento, e um desabrochar das funções que geram a vida. Na infância vivemos o ludus, o germe da eternidade; na adolescência o pseudo-ludus, a vertigem e o primeiro arrepio mortal. Na infância o tempo não existe senão como a regra de um jogo enorme; na adolescência o tempo é glorificado como uma entidade de suprema significação. A criança brinca; o adolescente diverte-se e joga. E esse é o falso ludus, e esse é o jogo que o pedagogo estuda atentamente nos pátios de colégios, convencido que está sondando os arcanos da infância: está apenas chefiando as primeiras manobras de uma mobilização...

Sob esse ponto de vista a nossa vida inteira é uma oscilação entre um espírito de infância e um espírito de adolescência, entre a vida e a morte, entre o ludus e o falso ludus. E o mesmo princípio de putrefação que gera o divertimento burguês, gera a pseudo-arte que é feita ou para agradar o burguês ou para o espantar. Sofre do mesmo tétano o academismo imbecil e o antiacademismo revolucionário e não menos imbecil. Essa arte, que se baseia no susto e na subversão, em vez de ser um fazer dilatado de ludus é um desfazer atacado de pseudo-ludus.

Depois da primeira queda na adolescência a vida continua aos saltos, em oscilações: ora erguida, ora sucumbida no fundo dos abismos; ora cheia de eternidade, ora envenenada de morte. E cada vez que nossa montanha russa nos levanta vemos tudo em volta se dilatar, todos os movimentos se submeterem a uma ordem, e dentro de nós brotam as lembranças do jardim feliz de nossa infância. Mas logo sucumbimos e a

única marca que nos resta da esperança na eternidade é o nosso terrível e bendito desespero. Sentimo-nos vivos, ainda nos fundos dum abismo, por esse resto de consciência que nos indica, como se o nervo lúdico fosse um barômetro de nossa alma, que estamos caídos e desesperados. E as lágrimas que cada um chora, na solidão de sua queda, são lágrimas de criança, porque é sempre como criança que nós choramos.

Temos na verdade duas idades, ora uma, ora outra; hoje criança, amanhã adolescente; hoje confiante, seguro da objetividade, amanhã perdido e enfiado nos recantos do eu. O mundo moderno se caracteriza, no seu orgulhoso desenvolvimento material, por um generalizado espírito de adolescência. Vê-se esse fenômeno em todos os setores, sendo o lugar geométrico dessa mentalidade o horror ao caseiro. A ciência moderna e a arte moderna, sob múltiplos aspectos, parecem-se com esses rapazes de quinze anos que começam a fazer a barba e ficam envergonhados quando encontram na rua uma tia. Têm horror à domesticidade, à habitação, à casa, ao que é maternal. O abrigo lhes desperta recordações vegetativas, a vaga lembrança dum lugar escuro e úmido que foi habitação durante nove meses. O adolescente precisa se convencer que está vivo, que nasceu, e quase se convence que ele mesmo se fez nascer e se partejou a si mesmo, solitariamente. E isso tudo se passa por causa da proximidade constante da morte.

Essa matéria daria para outro livro; neste agora devo me contentar com as indicações que acabei de traçar, porque ainda resta dizer alguma coisa neste capítulo sobre o terceiro senso da pessoa. E é o mais importante porque para ele apontam aqueles dois que já mencionei.

O senso de altruidade é aquele que busca o outro. A definição parece simples demais e fácil o atingimento, mas na realidade esse outro é o objeto mais velado do mundo, sendo ao mesmo tempo o mais desejado. Atrás de cada face procuramos uma face escondida, um segredo que vem a ser um pouco do nosso próprio segredo. Vivemos sob essa estranha impressão de estar no próximo uma chave do nosso eu, e daí nasce às vezes um desejo impetuoso de arrombar e pilhar o outro para arrancar de suas entranhas o pedaço que nos tirou. Essa exasperação vem justamente da dificuldade imensa de atingir o objeto adivinhado e desejado.

O senso da altruidade estabelece um nexos íntimo entre os dois anteriores, sendo um cruzamento de objetividade e de ludus em cima da realidade suprema que é a pessoa do próximo. O outro está na confluência de um conhecer e de um conviver. Pela sede de objetividade

queremo-lo plasticamente, real, presente; pela ânsia de convívio lúdico queremo-lo fraternal, isto é, ligado por um fio de semelhança e de paternidade comum. Para nossa inteligência é o melhor objeto, e para o senso lúdico é o participante de uma felicidade, o conviva, aquele que nos mostra, num relâmpago de amor, a festa que vive em nossa alma como recordação e como promessa. Aqui e agora, entre um ocidente e um oriente, na jornada monótona que separa a recordação da promessa, o outro é o peregrino companheiro que vai andando conosco, pisando em compasso com nossos pés o mesmo caminho. Às vezes paramos, e em torno de uma mesa, antecipando a promessa, celebramos o ágape da amizade na união do pão, e depois nos alegramos de ficar horas a fio falando, vivendo, convivendo, na unidade da palavra. O pão comum robustece a objetividade do outro; a palavra comum, a fraternidade lúdica.

Falar, conversar é trocar um vento de vida e de amizade; é brincar em espírito. Todo amigo verdadeiro é um amigo de infância; quem me advertir que eu conheço Marcus ou Alfredo há pouco mais de um ano, ou não sabe contar o tempo pelo éon da infância, ou não sabe o que é um amigo.

Descobrir o próximo não é fazer psicologia, não é penetrar o segredo de seus nervos machucados nem espiar-lhe os movimentos pelo buraco de uma fechadura. Todos os nossos recursos naturais são insuficientes e secos diante da prodigiosa banalidade do outro. Só podemos possuir um vislumbre dessa realidade à custa de uma nova categoria quem vem de fora, do outro, de um outro; à custa de um elemento que se sobrepõe ao nosso conhecer, insuflando-nos uma infância recuperada, virando-nos o coração pelo avesso. E nessa situação nova o mundo se torna inteiramente absurdo, com um espantinho de amor fincado em cima de suas cordilheiras.

O encontro com o outro no amor, amigo ou noiva, renova o mundo, inaugura uma contagem de tempo, e faz do chão mais áspero o vestibulo de um palácio em festa! Mas o outro é difícil. O mundo, então, inventou diversas táticas para o evitar, com os nomes sonoros de filantropia, humanitarismo e solidariedade. Foi proposta uma fraternidade sob a singular condição de não se falar em paternidade, ficando assim aquele conceito abastardado e vazio. E, em lugar da festa prometida, do palácio de um rei que promete voltar, o mundo inventou a festa do fazer, a triste vindima do suor, a música dos martelos. O próximo é deveras intolerável. Sua espessa concretude, seu rosto, seus músculos, seu bigode, nos impelem a derivar nossos bons sentimentos para coisas mais puras e elevadas. Voltamo-nos para a espécie humana, para ideais e causas sagradas. É mais fácil dedicar horas de interesse pelos longínquos

oprimidos da Polônia, pelas crianças desnutridas da Grécia. É mais fácil querer bem à humanidade em peso do que ao vizinho que ouve o radioteatro. É mais amplo, mais generoso, falar num microfone virado para o porvir, atirando palavras para um bilhão de ouvidos que ainda não nasceram, do que entrar num quarto cheirando a remédio e a suor.

Sejamos generalizadores, cósmicos, libertos; fundemos escolas; organizemos bibliotecas públicas para as crianças pobres! Mas, por mais habilidosos e intelectuais que nos tornemos, o outro nos persegue. Ele vem a nós, bate em nossa porta, viola nosso ouvido, segura o nosso braço. E logo aquele senso escondido se galvaniza. Queremos esse próximo com proximidade, temos fome, somos pobres que não se contentam com generalidades e generosidades porque têm pressa de pão.

Somos pobres do outro; como se o sangue das veias não nos bastasse e fosse urgente trocá-lo, numa transfusão quente e viva, de coração para coração. Precisamos do outro, para o fazer comum, a obra, sem dúvida alguma; mas muito mais para o uso comum da palavra e do trigo. Precisamos do outro para construir cidades e para ouvir um disco. Para ler livros escritos, e para ter leitores dos livros que escrevemos. Para tudo; e para nada. Para andar o mesmo caminho, à toa; para estar ao nosso lado em silêncio. Pelo calor da proximidade, pelo conforto da compreensão. Precisamos da esmola do outro; da esmola viva, dele mesmo, como é, outro e próximo.

Quando vamos andando nas ruas, no meio da acabrunhante solidão das ruas, e vemos surgir de repente entre ombros e cabeças alheias a velha face conhecida, a boa face amiga, o tempo pára e nosso sangue se aquece. É bom ver o rosto do amigo; já não estamos sós. O antigo susto que desde a infância nos persegue, medo de escuro e de solidão, se desfaz quando encontramos o amigo.

Somos pobres, fundamentalmente pobres, de carne e de espírito. Pobres como as criancinhas que morreriam de fome e de medo, se o mundo não fosse para elas um jardim cheio de mãos.

O adolescente, o anti-infantil, por ter crescido um palmo em um ano, se gloria de ser um obelisco solitário perambulando num deserto. Sua grandeza e sua virilidade consistem em andar só, em aprumar-se, em bastar-se. Repugnam-lhe as mãos que o amparam porque se completa com sua própria mão. Muita gente fica a vida inteira nessa idade, encanece numa adolescência orgulhosa, falando alto que não precisa de muletas e baixo, dentro do peito, carregando a obsessão do suicídio. Esse não precisa do outro, de ninguém, porque todo o cosmos obedecerá à dose de lisol ou ao nó de corda preparado na solidão. É o mais livre dos

homens, o mais independente, autor de seus próprios dias, tutor de todo o universo.

Bendita seja a nossa pobreza, e benditos os ombros que encontramos para nos servir de muleta! E é por isso que, mesmo no meio da família mais feliz e mais completa, ainda falta alguém. Falta o hóspede. E é por isso que toda a gente de casa se alegra quando o hóspede bate à porta. Bem-vindo seja! O pai de família se levanta com vivacidade e vai ao encontro do esperado, com a mão estendida, num gesto de dar e receber, num gesto de mendigo e de rei!

Mas a vida é triste. A experiência banal de cada dia nos enche de decepções. Uma dolorosa desproporção parece existir entre a nossa natureza e nossos maiores anseios. O ser dança diante da inteligência; a idade pesa; o próximo decepciona e trai. Nossos três sentidos tateiam à procura de um objeto. Onde está ele, esse objeto cuja presença velada nos agita? Por que nos escondeu Ele a sua face?

O OBJETO PROCURA OS TRÊS SENSOS

Não há outra alternativa: ou reconhecemos que os três sentidos de nossa consciência são adequados a uma verdade velada, ou então admitimos que tudo é um monstruoso gracejo. Dizer que aqueles sentidos são epifenômenos é optar decididamente pelo gracejo e ainda lhe aumentar o mau gosto.

Intelectualmente, escrevendo livros ou vociferando discursos, podemos romper a homogeneidade de nossas equações e iludir por algum tempo nossa sede e nossa fome. Mas na primeira oportunidade nos agarramos ao próximo como a uma tábua. Temos a idéia que ele nos poderá salvar. O encontro do amor, as experiências um pouco ridículas que todos fazem nos anos de adolescência, têm um sentido de ensaio de salvação. O namorado recupera o senso lúdico, apegando-se à objetividade máxima do outro, sente-se salvo. A noiva traz logo a tripla solução para os sentidos da pessoa e entra em nossa equação como uma magnífica realidade.

Depois, porém, chegam as decepções. Se o noivado foi rompido, a

experiência falhou; se chega a casamento, então ainda poderá ser pior porque a presença constante traz uma saturação que é quase impossível suportar. E daí resulta falha ainda mais grave porque a corrente viva de amor arrefece ficando a fome da carne e a obrigação do convívio.

As decepções exasperam o dilema: ou salvação ou gracejo. Mas na manhã seguinte à noite mais amarga acordamos novamente confiantes. Ninguém, até hoje, conseguiu viver, a não ser o suicida no seu último minuto, um acordo natural e perfeitamente sincronizado com suas decepções, equilibrando-se numa desconfiança integral. Quando julgamos não confiar em ninguém ainda confiamos num cozinheiro ou num barbeiro; quando nos julgamos perfeitamente identificados com um idealismo filosófico ainda conseguimos afagar um gato no colo sem que esse simples fato deva entrar em nossa filosofia.

Ninguém até hoje, creio eu, acreditou na morte de modo natural e a encarou como consequência lógica e funcional da vida. Falamos na morte como numa realidade pensável, uma experiência de razão, quase como numa abstração, e não sentimos ressonâncias profundas e vitais em nosso íntimo. Nas conversas gerais, a morte é tratada como se fosse por exemplo um triângulo esférico e não como uma intensa realidade que ronda pela sala em torno de nossos corpos. É coisa que acontece com parentes afastados e que elimina periodicamente personagens de destaque na política e na literatura; e por isso, quando nos cai perto, e cobre de lividez o rosto da esposa, nosso primeiro sentimento é de absoluto espanto como se, apesar de todas as enormes cifras demográficas, aquele fenômeno fosse ímpar no mundo. Cada morte é terrivelmente inesperada. A experiência de mil gerações, a guerra, a propaganda espírita, as epidemias, não conseguem nos reconciliar com a morte porque, dentro de nós, muito em nosso íntimo, esperamos que ela seja vencida. A morte é inimiga e imprópria. Há um modo divertido de falar na morte, entre anedotas e piscadelas de olho, estando todos convictos que aquele fenômeno tem qualquer coisa de subversivo e obsceno: adivinhamos nele a suprema pornografia.

Também até hoje, creio-o com força ainda maior, ninguém descreu sinceramente do ser. Podem ter filosofado pelo gosto de fazer mágica intelectual, mas na hora de comer pão ou dar bom-dia à mãe, tanto o evolucionista moderado como o exaltado dialeta crêem no trigo e na mãe segundo o mesmo senso comum que é realmente comum.

Pensem agora um pouco como a um naturalista é suposto pensar: a realidade da consciência é indiscutível, a presença dos três sentidos não pode ser evitada, essa maneira de ser é nossa maneira. Será então justo dizer, em estilo poético, que nossa vida é tecida de ilusões, ou em estilo

científico que nossos principais problemas vêm de um epifenômeno? O reconhecimento da falta de adequação entre o órgão e a função não fica bem a um naturalista, nem lhe adianta muito alegar que o homem está atualmente carregado de preconceitos e deformações psicológicas. Se o naturalista afirmar a existência de um preconceito terá logo de concluir que não é um preconceito, porque o naturalista nos prometeu afirmar somente a existência do que é natural. Se acha um erro a monogamia, deveria achar também um erro crasso a obliquidade dos olhos dos chineses e a excessiva tromba dos elefantes. Falando em moral de escravos e em injustiças sociais, e sobretudo quando se refere a essas coisas com um tom profético de reformador, o naturalista deixa de ser naturalista e está na iminência de fundar uma nova religião.

O reconhecimento do triplo insucesso, diante do ser que dança, da idade que nos gasta, e da pessoa que muitas vezes nos trai, é intolerável. E ainda se torna pior depois de termos adivinhado um princípio de solução no amor do próximo. Que fazer então desses três nervos frementes de nosso eu, que se agitam no ar, doendo ao vento, debatendo-se nas horas difíceis, esperando uma chuva que os venha umedecer? Um dia eu me perguntei o que poderia fazer com meus pulmões normais e parei perplexo no meio da rua quando descobri que era mais fácil aplicar a tuberculose do que a normalidade. O mesmo problema nos aparece em diversas circunstâncias da vida, e sempre, na falta de uma solução, procuramos agravar ainda mais a anormalidade que ao menos nos obriga a certos atos definidos. O chamado espírito de aventura, o dinamismo, o heroísmo aplicado em velocidades e altitudes, o frenesi dos divertimentos, procedem da mentalidade que foge ao normal como o adolescente foge do caseiro e do maternal.

Há um espantoso negativismo na vanglória da atividade, que não suporta o confronto real, e o desespero desse confronto, com as mais profundas exigências de nossa natureza.

Permita-me o leitor voltar ao que disse atrás sobre a obra de Machado e de Picasso para esclarecer um ponto. Não pretendo ter atingido um absoluto e uma infalibilidade; posso estar enganado sobre a verdade contida naquelas obras, mas a minha convicção é que essa verdade não depende de minha convicção; minha opinião consiste em não ser uma opinião, mas uma confiança incondicional, intransigente e intolerante no absoluto. O que nós afirmamos sobre as coisas, leitor amigo e de boa vontade, é a sua livre e ampla objetividade. Nossa principal certeza é projetada para fora e resulta em não termos a menor certeza de nossas opiniões que consideramos como a mais frágil coisa de nós mesmos.

Quando nos inquietamos com inteligência sincera e boa vontade sobre pintura ou letras, e dizemos hoje uma opinião e amanhã outra, nós só mudamos porque temos uma crença na imutabilidade; nós andamos, passando por lugares diferentes, porque desejamos chegar a determinado lugar.

Há uma doutrina, um Verbo, que fala de Si mesmo e diz: “Eu sou Aquele que sou”. Agora, leitor, inclina o ouvido e escuta a boa nova: “E o Verbo fez-se Carne”. E aí está; a doutrina é Logos, Pessoa e fez-se Carne; entrou em nossa equação, desceu em nossa natureza para nela restaurar o esplendor de uma normalidade; veio a nós, em lugar de exigir que nos tornássemos super-humanos ou desumanos; é a Suma objetividade de nossa inteligência, o Sumo bem de nossa vontade; é o Outro. Há pouco clamávamos, desejávamos uma salvação; agora descobrimos que a Salvação toma a iniciativa e nos quer infinitamente mais. Aqueles três sentidos que nos pareciam condenados ao vazio, perdidos, enlouquecidos, encontram agora seus objetos nas três virtudes de Deus; e recebem a Fé, a Esperança e a Caridade.

QUEM PENSA NÃO CASA

O encontro com uma doutrina, mesmo com uma doutrina que é Pessoa e que se fez Carne, ainda não resolve os nossos problemas. Um encontro não se transforma em núpcias gradativamente e inevitavelmente; entre uma coisa e outra é preciso inserir um elemento decisivo.

Há um provérbio de aparência imbecil que diz assim: “Quem pensa não casa”. É costume ver nesse provérbio o encorajamento para se ficar, durante a vida inteira, fechado numa prudência burguesa. Pensar, nesse caso, quer dizer: calcular despesas, prever doenças, avaliar a liberdade perdida em confronto com os novos encargos contraídos. Quem pensar assim não casará; resta-lhe a sabedoria negativa do provérbio para consolo. Não casa, mas pensa. É livre e pensa; é uma espécie de livre-pensador.

Atrás desse sentido comodista, o provérbio encerra uma advertência e sugere que é melhor casar do que ficar pensando. Quando um sujeito, nos caprichos da vida, encontra moça que acha de sua feição e que lhe corresponde, tem essa alternativa: escolher ou pensar. O escolher é

precedido, evidentemente, de um certo pensar; é de toda prudência que se conviva com a moça, que se converse, que se observe umas tantas coisas, antes de decidir a escolha. O homem é dotado de razão também para casar e deve aplicá-la na justa medida.

A tarefa não é fácil. A moça se esconde atrás de certas manobras que, no dizer de muitos autores, lhe moram nas glândulas. O pretendente pode estar certo que ela mudará enormemente; não é assim como agora se ri que ela vai rir: não é disso que hoje chora que vai chorar. Seus gestos serão diferentes, sua forma se alterará, e sua própria voz, que tanto agrada hoje, será mais cheia e mais dura no difícil cotidiano. O mais atento leitor de um Bourget ou de um Montherlant se enganará redondamente se quiser fazer previsões psicológicas sobre a esposa escondida na noiva. Assim sendo, é justo que se pense e razoável que se cogite. Mas num certo ponto do conhecer é preciso decidir. Ou escolhe, abrindo mão nesse único ato de todas as outras moças, entregando-se totalmente, correndo todos os riscos, agüentando todas as conseqüências, querendo desde já no seu coração agüentá-las, tendo confiança, pelo pouco que sabe, no muito que desconhece, trocando generosamente o pouco pelo muito, empenhando a vida inteira a vir em cima de alguns meses que já passaram; ou então continua pensando. E se pensa não casa. Não casa porque pode passar a vida inteira pensando. Sondando; sopesando; excogitando. Conheço diversos casos assim, de namoros tristes que duraram mais de vinte anos: o noivo pensava. Num caso desses, em vez de festa de núpcias, houve luto porque o noivo morreu pensando...

Na catequese antiga, conforme o texto da Doutrina dos Doze Apóstolos, havia menção de dois caminhos: o caminho da Vida e o caminho da morte. Terminava um em núpcias; outro em luto. Era preciso escolher. Mas não devemos de forma alguma pensar que uns escolhiam o caminho da Vida e outros o da morte, como talvez se possa depreender que aconteceu nas margens do Ipiranga. Ninguém efetivamente escolhe o caminho da morte; mas entram por ele os que não querem escolher. Morrem por não quererem morrer; perdem a vida porque a querem guardar. Foi o que aconteceu com aquele noivo infeliz que morreu pensando; pensando e guardando; e tanto guardou que perdeu.

O encontro, por si só, não dá noivado. O tempo traz a confiança que é a dilatação do encontro; mas a confiança só também não se resolve em noivado. A decisão final cabe a um ato de amor, a uma entrega; e como é ato de entrega parece morte, mas é vida. Depois do encontro, começa o

pretendente a considerar, se possui um robusto senso comum, que é mais razoável casar com uma moça do que viver e morrer por uma causa, ou cair apaixonado pela humanidade inteira. Em seguida, precisa ter um certo senso lúdico para namorar com ingenuidade e sem complicados cálculos psicológicos. Nada disso porém resolve seu caso, se aquele senso do outro não estremece com amor e com fome, se não é um pobre na sua carne e um pobre de espírito, isto é, se não precisa da carne do outro e do espírito do outro, se não é, em suma, capaz de dar e de receber, se não decide, uma vez por todas, morrer, para viver nos braços amorosos de uma noiva feliz.

Não adianta ficar pensando indefinidamente, porque a pessoa do outro é inesgotável diante do cogitar. Por mais que faça, não é possível entrar na equação do outro, totalmente, com o sinal do conhecer. A pessoa só pode somar-se à pessoa com o sinal da cruz; conhece-a de modo eminente amando-a e crucificando-se nela.

Há uma escolha mais decisiva do que todas; um noivado que importa mais do que nenhum, que exige muito, porque promete uma esposa sem mancha e sem ruga. Tudo pode concorrer para o encontro; mil vezes se renova esse encontro, crescendo em insistência e em significação. Nossa pobre natureza tem, no mais fundo dos abismos, os recursos fundamentais para desejar e reconhecer, para anelar por esse encontro. Tem sede de eternidade; tem inteligência configurada para a Pessoa; tem a pobreza profunda do namorado. A confiança cresce à medida que cresce o conhecimento; a noiva chama; todos os santos rezam em coro; um dilúvio de méritos vem, do céu e da terra, molhar as raízes ressequidas de nosso cogitar. Tudo isso será perdido se de nossa parte recusamos a escolha. Há um momento, entrando pela eternidade, que resolve se haverá festa ou luto. Ou casamos ou pensamos. Ou fazemos penitência, ato de reconhecimento e de amor, ou prolongamos indefinidamente nossa prudência. E por mais que estudemos, experimentemos e analisemos, por mais que cresça a confiança, se não fizermos ato de amor, não haverá núpcias. Haverá estudo; confiança boa, mas seca; razoável, mas não amável. Podemos ficar neste conflito vinte anos, quarenta anos, anotando num diário a interessante evolução de nossa personalidade. Mas não haverá festa; e morreremos evoluindo. Poderemos passar a vida inteira experimentando a doutrina em cima dos enigmas da natureza, do sol, dos insetos, das glândulas, para ver se não há falha; mas como essas coisas são muitas, e breve é a vida, morreremos fazendo a última experiência. E não haverá núpcias; e nem sequer assistiremos aos seus preparativos com o milagre do pão e do vinho.

Ninguém poderá esgotar com o conhecimento o fundo da doutrina que é Pessoa, e dificilmente poderá conhecer a milésima parte da obra humana escrita sobre a doutrina, que é imensa. Seria loucura aguardar, para ulterior resolução, a leitura das obras completas de São Tomas ou dos textos patrísticos. Mal temos tempo para ler uns poucos antigos e meia dúzia de autores modernos e mal podemos compreender os textos em toda a profundidade.

Será evidentemente um grande benefício para qualquer pessoa ler com boa vontade a obra de Maritain, de Karl Adam, de Guardini, de Amoroso Lima, de Dom Vonier, de Dom Columba Marmion; seria ainda melhor ler São Tomás, Santo Agostinho, São Cipriano, Santo Inácio, Santo Irineu; seria ainda melhor ler as Sagradas Escrituras. Mas ainda melhor do que tudo é pedir perdão a Deus e rezar um simples Padre-Nosso pedindo para a secura da alma o socorro da Fé, da Esperança e da Caridade.

Porque quem quiser ler tudo, ler mais e mais ainda, quer ficar pensando: e não se converte. O que ele deseja, pelo direito, vem depois da opção, e é uso do convívio com a noiva. Parece círculo vicioso, mas não é círculo, é cruz. Parece mau raciocínio, mas é amor. Parece que o livre e indefinido exame é a maior dignidade humana, mas não é, porque a maior é a Caridade.

Num certo ponto de seu conhecer ganhou confiança; então precisa escolher. Ninguém ganha a Fé por um aperfeiçoamento progressivo na discriminação, nem ganha a Esperança pela ginástica metódica do nervo lúdico: essas coisas são dons de Deus, temos de pedir o que de antemão já é dado. E não basta pensar: temos de pedir falando, levando nosso corpo, nossa voz viva ao ouvido consagrado.

Temos de entrar na objetividade de Deus.

Depois do encontro, em que Deus e toda a Comunhão dos Santos o ajudou, o chamou, o procurou, é a vez dele, desse ajudado, desse chamado. É sua vez de jogar, cabe-lhe agora o lance.

Um escritor irônico, cujo nome me escapa, disse uma vez que “ce qu’il y a d’embêtant dans le catholicisme, c’est qu’on n’a jamais du mérite”.² A frase pode ter alguma graça, se quiserem, mas não é verdadeira porque o catolicismo é a doutrina de nosso único mérito. Merecemos a imagem e semelhança de Deus; e merecemos uma terrível liberdade. Deus nos chama e nos ajuda, mas de repente ficamos numa situação inaudita, porque nos compete responder. Quase se pode dizer que nesse instante incrível há um silêncio de Deus. Todos os santos calam-se. Há um

silêncio, uma espera, um frêmito de impaciência, em que somente ecoam, nas almas dos eleitos, os últimos gemidos inefáveis. E, nesse silêncio augusto e terrível, estamos subitamente sós, sós e livres, terrivelmente sós e terrivelmente livres. Nós, as criaturas, você, leitor, eu, o Edmundo, fomos chamados e inundados de misericórdias; mas de repente estamos sós e livres, e temos de fazer um pequeno ato, uma insignificância, um ato de penitência, um gesto de amor, uma coisa de nada que tem a capacidade de encher um silêncio de Deus.

SEJAMOS DESESPERADOS

Por mais que procuremos, com todos os recursos das artes e das ciências, uma solução intermediária entre a existência e a não existência de Deus, somos forçados a declarar com toda a honestidade que não a encontramos. O absoluto não admite meio termo. A maior dignidade humana consiste em fingir que esse meio termo é possível e em viver sob a proteção desse fingimento. Em relação ao cristianismo, o meio termo que o mundo civilizado descobriu é feito de sentimentos e opiniões, isto é, dispensa a própria realidade do Cristo.

Quando alguém descobre que a mensagem de Jesus concorda em alguns pontos com suas próprias opiniões, declara-se católico, mas, para marcar uma distância decente entre essa posição de bem-pensante e a piedade, logo acrescenta que não é praticante. Está assentado, nesses casos, que a religião dispensa a realidade substantiva, uma vez que possui valores adjetivos. Não pesa o Cristo onde os derivados de seu nome satisfazem. Para essas pessoas que praticam a religião da palavra desencarnada, a última realidade é o modo de pensar de cada um.

A expressão corrente católico praticante nasceu desse equívoco sobre a verdadeira essência do catolicismo, e permite supor que o maior favor que um homem pode fazer a Deus é concordar com as conseqüências cívicas de Seu verbo. Ora, é bom advertir que quem não pratica não é católico, não o é no sentido absoluto, como não é casado quem não casou, por mais irrestrita que seja sua simpatia pelo estado conjugal. Para esclarecer esse ponto devemos lembrar que o batismo é a primeira prática e a mais decisiva porque imprime caráter. O batizado que declara não ser praticante está, não somente recusando o convívio do noivado, a participação nos preparativos da festa, o pão e o vinho, como também renegando a incorporação ontológica do seu próprio batismo. E esse, por

mais que negue, é praticante, mas mau e infiel praticante, mau e infiel católico, noivo que não convive o noivado e ainda tenta convencer que não recebeu o beijo da promessa.

Esses fariam mais baixo, com menor desembaraço, se devessem explicar aos amigos e parentes que são católicos excomungados. A Igreja não faz grande caso dessas simpatias distantes, desse ofertório truncado como aquela entrega de Ananias e sua mulher ao apóstolo Pedro, e em troca dessa concordância de opiniões, do favor de uma educada adesão, a “mulher forte” tem palavras para dizer o que é na realidade este simpatizante: um excomungado.

Na verdade, leitor, o absoluto não admite meio termo. Ou o Cristo é ou não é. Ou é o Verbo encarnado que falou de si mesmo, ou não é. E diante desse absoluto eu pergunto: o que pode fazer a sua opinião que há pouco demonstrou impotência diante de um mísero chinês plantando arroz? Se o Cristo é, em que pode sofrer Sua existência, se você emitir amanhã no clube uma opinião contrária entre duas cartadas de pôquer? Vale a pena pensar nisso com toda a atenção porque é perfeitamente possível, e um enorme depoimento o testemunha, que o Cristo seja o Cristo. Não lhe ocorre, leitor, a idéia muito simples, no meio de outras idéias, que uma idéia não basta? Não lhe ocorre que a única probabilidade no mundo para que todas as opiniões sejam as vestes de um corpo e retamente garantidas pela forma desse corpo, esteja na existência do Logos que já era desde o princípio? Vale a pena pensar nisso; vale a pena à noite, antes de dormir, apalpar-se peito e pernas, sentir a própria carne, para ter um anelo de realidade e o máximo desejo de participar nesse Logos.

Convencer, eu não posso. Como poderia eu convencer alguém que resiste a Deus? Posso entretanto fazer, buscando assim mesmo as palavras do Apóstolo, uma coisa negativa: um convite ao desespero. Façamos com disposição franca e sincera um inventário de nossa solidão, um inventário sem véus e sem tergiversações, um inventário de nosso desespero. Façamo-lo juntos, leitor, você e eu.

Estamos sós e estamos desesperados nessa solidão. Temos dois caminhos a escolher: ou o Cristo ressuscitou ou não. Ou Ele é o caminho ou não é. Ali está o caminho da negação: se queres desesperar, desesperemos até o fim. Sejamos desesperados; sejamos pornográficos. Bebamos, comamos e forniquemos. Se tua mulher te cansa, toma outra, mas não inventes uma teoria. Farta-te, mas não deixes que a palavra te persiga como a sombra de um Verbo. Não digas nada, farta-te. Ali está o caminho que não é a Verdade e a Vida: entremos. Não adianta

convencionar nas conversinhas desatadas que somos imortais e que o suor da agonia só umedece a fronte do vizinho; não adianta filosofar a rampa íngreme ou poetar as flores do caminho. Cala-te; não deixes que a palavra te persiga como a sombra de um Verbo.

Sejamos conseqüentes e desesperados; metamo-nos por esse outro caminho, cerrando os dentes, apertando os punhos; metamo-nos por ele até o fim, até que nossos cornos se espetem num barranco sem brecha! Ou Deus é ou não é. E se não é, acabou-se; que não seja. E então sejamos abandonados de vez, enjeitados absolutos, atirados nas areias de um deserto, habitantes casuais de um gracejo cósmico. Deixemos epifenômenos e dialéticas; causas e idéias; ciências e artes.

Ou o Cristo ressuscitou ou não; e se não ressuscitou nós somos as mais desgraçadas criaturas porque perdemos a última aposta. Tenhamos ao menos a sombra de uma dignidade. Não adianta parar em meio do caminho, sentar-se nos lugares públicos balançando a cabeça gravemente a propósito de política ou veículo; não adianta ser o doutor Fulano que passa com uma barba de pensador, levando atrás da barba dois trocadilhos finos preparados na véspera e que só esperam uma oportunidade; não adianta cantar loas ao século vinte e um, nem correr atrás das crianças nos jardins públicos como um fauno pedagógico faminto das novas gerações; não adianta ter razão ou deixar de a ter; calar ou falar; ficar em casa quietinho, enroscado no ciclo, fingindo dormir para enganar a marcha do tempo. Nada adianta. Nem ser bom, nem ter caráter, nem ter vergonha, nem ter sentimentos, nem passar telegramas de pêsames ou visitar o viúvo com ar compungido, batendo-lhe pancadinhas no ombro.

Se não passamos de sombras, sejamos sombras.

Amigo, larga teu eu, tuas convicções, tua ética, teus sistemas, porque se não tens o Cristo não tens nada. Há livros que te divinizam e que me divinizam, que divinizam duma assentada a todos os homens: convém comigo que três bilhões de deuses é um pouco excessivo em lugar de Um só.

Ouçamos ainda uma vez a advertência do Apóstolo: ou o Cristo ressuscitou ou então somos as mais desgraçadas criaturas. Sejamo-lo: comamos, bebamos, fornuquemos. E o mais — a inteligência, a arte, o progresso, o bem-querer e o bem-falar — para as urtigas! Sejamos desgraçados e pornográficos. Saiamos para as ruas dançando um último carnaval. Desrecalquemos vinte séculos de uma moral de escravos: pisquemos olhos, ponhamos língua de fora; sejamos espertos.

E todos, juntos todos os bilhões de seres deste planeta que ganhou um bolor de humanidade, por causa de um certo grau de temperatura e pressão, juntos todos, apinhados numa planície imensa, no Saara, desatemos a rir, a rir de nós mesmos e de tudo, fazendo figas para o sol, para os montes, para os ventos, rindo sempre, rindo até rebentarmos!

CHESTERTON E MARITAIN

Foi na obra desses dois autores que ocorreu, de modo mais decisivo, o meu encontro com a doutrina cristã, e o fato revestiu-se de uma especial significação porque aqueles livros, de que eu mais carecia, vieram à minha casa, antes que eu os fosse buscar nas livrarias. Um dos poucos amigos católicos, que eu passava meses sem ver, trouxe-me, uma noite, dois livros, e insistiu que eu os lesse. Poderia dar um cunho romanesco a esse episódio porque é perfeitamente possível que o amigo tenha chegado no meio de uma noite tempestuosa e embuçado num manto. Não tenho lembrança exata das condições meteorológicas, mas creio que ele chegou com muita naturalidade e enxuto. Em todo caso lembro-me dele, do amigo, e dos livros.

Assim, a primeira pregação cristã, que eu poderia ouvir na Igreja mais próxima com palavras autênticas, veio-me através do humorismo e da filosofia, em dois livros escritos em Londres e Paris. É difícil avaliar o bem que me fizeram, a alegria imensa que me trouxeram aqueles dois autores de outro hemisfério, tão diferentes e tão semelhantes, um francês e um inglês, separados pelos idiomas e pelos temperamentos, mas unidos no Corpo da doutrina.

Chesterton trouxe-me uma libertação, uma recuperação da infância, encheu-me da confiança que mais tarde, pela misericórdia de Deus, seria vestida de Esperança; Maritain trouxe-me a retificação da inteligência e encheu-me da outra confiança que se vestiria de Fé. O primeiro, creio eu, foi mais decisivo porque atingiu o nervo mais ferido e sensível, tocando-me no senso lúdico: com ele brinquei as horas mais felizes de meus quarenta anos, quando aparentemente, pela força dos acontecimentos, eu deveria estar acabrunhado de tristeza. Ninguém conhecia meu júbilo, ninguém suspeitava a felicidade nova que eu escondia com medo e avareza. E muitas vezes entrava pela noite adentro, lendo até não poder mais, e amanhecia abraçado ao livro.

Com Maritain não brincava; lia-o porque Chesterton me dera vontade

de o ler; lia-o como quem estuda, aplicadamente, sentado, de pés juntos, com os cotovelos fincados em cima da mesa. Faltava-me, como é hoje o caso geral, formação filosófica para entender com desembaraço, mas assim mesmo adivinhava de modo inequívoco que a verdade estava atrás da linguagem reta do filósofo.

Chesterton preparava-me para uma nova infância em que, em lugar da cantiga de roda que me dava tamanha nostalgia, iria ouvir mais tarde a salmodia monástica, a ciranda da Esperança em torno do Altar. Maritain, por seu lado, refazia minha adolescência e operava uma retificação tardia de meu crescimento: preparava-me para o Crisma e para a Eucaristia.

Seria entretanto um grande mal-entendido supor que o humorismo de Chesterton tem qualquer coisa fútil e que somente o filósofo é grave. Ambos são sérios. As pessoas sisudas e compenetradas costumam pensar que o humorismo e a poesia são frivolidades fabricadas para distender os nervos fatigados dos homens de negócio. À poesia, principalmente quando tem aspecto lamentoso, ainda atribuem uma importância digna de consideração. Mas o humorismo é a mais ignorada das coisas. Um exemplo curioso desse fato está no prefácio da edição francesa de *Orthodoxie*. Seu autor, J. Tonquédec, é um grande teólogo, muito respeitável como tal, mas apesar disso não viu na obra de Chesterton o senso lúdico do humorismo, sua mensagem aleluiática de esperança. Prejudicou-o, na confecção daquele prefácio, a idéia de ser *Orthodoxie* um livro de apologética e o preconceito de ser o humorismo um gênero que só pode merecer dum teólogo uma condescendência afável. O tom geral que adota lembra o sorriso dum professor diante duma travessura bem feita de ex-aluno.

Faz questão, por motivos que me escapam, de estabelecer um paralelo entre Chesterton e Pascal. Diz assim: “Chesterton, beaucoup moins dégaé des sens que Pascal, beaucoup moins spirituel, ne nous entraîne par vers des profondeurs aussi vertigineuses. Il ne nous donne pas le frisson de l’éternité...”³

Realmente concordo que Chesterton não era um “dégaé des sens” porque era sensato; também não nos dá nenhum “frisson” de eternidade porque o sentido lúdico de sua obra, sua robusta existencialidade, participam duma eternidade prometida, que não se traduz com arrepios. Quando à profundidade devo dizer que não sei exatamente o sentido que tem habitualmente em críticas literárias. Parece que acham cabimento para o termo em dois casos: na erudição enfartada de documentação ou na vertigem. Era a esse último que J. Tonquédec se referia a respeito de Pascal. O humorismo nunca pode ter uma dessas

profundidades: foge à primeira por timidez, por um certo acanhamento diante da ênfase e da pompa, por uma modéstia diante da autoridade; à segunda também se esquivava, 3 orque tendo na raiz um sentido de infância não gosta de bismo. O humorista brinca, mas num chão antigo e firme, brinca com o senso comum. Não pratica, como o homem d'esprit e como o irônico, o prazer da vertigem, o gosto do risco e do equívoco. Das formas carregadas com esses elementos de perigo os franceses costumam dizer, com muita propriedade, que são risquées.

Aliás, não vejo a menor utilidade, para a economia daquele prefácio, na comparação entre Chesterton e Pascal: ou J. Tonquédec está seguindo a mania francesa de exaltar as famosas profundidades pascalianas ou então fez o confronto por fazer. Para mim, julgo que um prefaciador de Chesterton deveria dizer o que ele é, e não o que ele não é.

Discordo também da classificação de grosso bom-senso para a obra chestertoniana que seria destinada à tarefa de conversão do homem das ruas. Em primeiro lugar, há uma grande diferença entre o homem das ruas para o francês e para o inglês. Um épicier sensato, porque tem senso comum, difere dum grocer sensato, porque tem o senso do humor. Além disso, posso dizer que há um pequeno equívoco a respeito da obra de Chesterton. Realmente ela foi escrita sobre o homem da rua, mas não para ele. O autor inglês trata sempre do homem ordinário, mas dirige-se indiscutivelmente aos intelectuais, tentando convencê-los da vantagem imensa de tornarem a ser homens ordinários.

Para mim, Chesterton foi profundo, objetivamente, porque é preciso assim ser para penetrar no mais íntimo de nós e tocar a pequena raiz esquecida onde mora a capacidade de um reflorescimento. Nesse sentido, e não no vertiginoso, diria também que Charles Chaplin é mais profundo do que Pascal, e Machado de Assis mais profundo do que Proust. Estou pronto a reconhecer, porém, que o efeito depende do sujeito. Um monge, por exemplo, poderá ficar um pouco espantado com a importância que estou atribuindo a esse autor, lendo-o com a mesma indiferença que Otávio de Faria, mas por motivos opostos. Para o monge, o toque no nervo da infância não tem importância especial, porque o monge já está vigilante. A mão no ombro dum sujeito adormecido faz um efeito prodigioso comparado com o que faz no ombro dum outro prevenido; e um monge, em matéria de ludus, é o mais prevenido; e o mais vigilante dos homens, porque o Ofício Divino também tem esse sentido fundamental de infância eterna. Para Otávio de Faria, ao contrário, a leitura terá sido indiferente, e até desagradável, porque, não tendo despertado, resmungou e virou-se para o outro lado. O problema da adolescência, em Otávio de Faria, parece tão grave que cobre como véu espesso o ludus infantil. Então, resmungando, quando

lhe tocam na infância, vira-se para o outro lado, para o lado da parede e do destino. Os personagens de seus romances ficam privados dessa raiz de liberdade, sendo quase sempre fundamentalmente desesperados.

Psicologicamente um personagem pode ser desesperado, suicidar-se ou passar as tardes jogando bridge. Sê-lo-á por sua conta e risco; mas não é justo que um autor os faça desesperados, ontologicamente, recusando-lhes esse dado fundamental de nossa natureza que contém a possibilidade de uma recuperação. Em verdade, Otávio de Faria tem de libertar seus personagens; ou então tem de libertar-se a si mesmo. Não lhe pretendo recomendar leitura dosada de Chesterton para uma espécie de cura, porque não se pode recomendar a ninguém um encontro. Não existe regime gradativo e metódico no fim do qual o indivíduo descubra que está noivo. Mas um pequeno serviço humano se pode esperar do humorista, do poeta, do artista em geral, e esse é o toque vivificante no nervo lúdico que foi feito para receber a Esperança.

O humorista precisa ser bem compreendido, e para isso convém considerá-lo, ora em relação à forma, ora em relação ao conteúdo. Como forma de expressão, o humorismo consiste num tom peculiar que pode ser definido, negativamente, como um canhestro retraimento que foge ao enfático. É um modo pudico e friorento como a mímica de Charles Chaplin; um pudor que recua diante das grandes frases. Equiparar o humorismo ao engraçado, como geralmente se faz, é destruir o valor especial dessa palavra que foi feita para designar uma coisa especial. Entendendo por humorismo, quando à forma, o que fizeram Chesterton, Machado e Dickens, reconheceremos que o engraçado, o cômico, a palhaçada, a anedota, pelo que têm de excessivo, desatado e enfático, parecem-se mais com os discursos políticos do que com a obra daqueles três autores.

O conteúdo do humorismo, isto é, o humour, vem dum senso lúdico como também a poesia. Brincar com o verbo, no sentido mais autenticamente infantil, é fazer poesia ou humorismo, e eu diria até que o humorismo é uma espécie de poesia dos canhotos. Evidentemente as crianças não fazem uma coisa nem outra; mas vivem ambas; são poetas e humoristas existencialmente, sendo crianças. No adulto, a manifestação desse ludus está condicionada ao fazer artístico. O adulto está obrigado à obra, está empenhado na função, e se funcionar como a criança de cinco anos, não estará de modo algum vivendo ludicamente. Será apenas um idiota. Mas o adulto que funcionar como adulto, sem o mínimo apoio no elemento existencial da infância, será o perfeito racionalista, isto é, o louco.

Há um pseudo-ludus, de adolescência e vertigem, donde sai um falso senso poético e um falso senso de humour, que se manifestam no sensualismo, na pornografia, no engraçado espasmódico, nos arrepios de emoção e nas perversidades cortantes da ironia e do sarcasmo.

O humorismo em Chesterton, quanto ao conteúdo, tem dois aspectos dignos de nota. O primeiro é a irreverência diante do lugar-comum; e contra isso reage ele fazendo retificações bruscas e surpreendentes que repercutem na forma como paradoxos. O paradoxo chestertoniano não é intencional, ou será melhor dizer que não é ele que o faz, e sim o próprio lugar-comum. Chesterton obriga o preconceito a produzir seu paradoxo, a mostrar o que já estava escondido dentro dele. Talvez, por força de hábito, ou por fraqueza momentânea, tenha caído algumas vezes na tentação de fazer um paradoxo intencional; uma política rigorosa de sua obra denunciará uma ou outra acrobacia verbal, mas é certo que não são elas que a caracterizam.

No segundo capítulo de Ortodoxia, tratando do louco e afirmando a importância do senso lúdico no equilíbrio humano, o autor chega à conclusão, no fim de algumas páginas, que o louco é o homem que perdeu tudo, exceto a razão. Chega com espanto igual ao do leitor e talvez se tenha divertido diante de seu próprio achado; mas somente uma grande má vontade pretenderá provar que ele já tinha aquela aparente contradição na manga do casaco e escreveu o capítulo para fazer, no momento oportuno, uma mágica de palavras.

Machado de Assis e outros humoristas são sensíveis às proporções, e o aspecto característico de seus achados consiste num restabelecimento de medidas. Coisas grandes viram pequeninas e reciprocamente. A felicidade, por exemplo, pode ser um par de botinas. Mas em Chesterton a sensibilidade se aplica mais à ordem do que à métrica, à posição do que à proporção. Em vez de proceder a retificações em tamanho, ele procura a recuperação duma ordem. Para isso, em lugar das reduções pungentes e pessimistas de Machado, ele sai-se com paradoxos e fica contente. Em Poetas e Lunáticos, onde outra vez arma o grave problema da vida lunática em confronto com o racionalismo fechado, um dos seus personagens, o poeta, gostava de andar de pernas para o ar. O exercício é incômodo, mas a posição é rica em novas perspectivas e serve para mostrar ao olho saturado muitas coisas que o mundo usualmente pendura de cabeça para baixo.

O outro aspecto importante do conteúdo humorístico de Chesterton está mais diretamente ligado à visão infantil onde as correlações e dependências cedem diante de uma solidariedade mais forte. Para uma criança cada coisa tem o seu próprio centro de gravidade ontológico e as

relações são como as regras dum jogo que não afetam nem põem em perigo as substâncias. A criança, normalmente, é o anti-racionalista perfeito. Para ela as coisas não estão arrimadas umas às outras, numa indigência determinista, mas unidas fortemente na solidariedade das existências. Dessa situação nasce uma consequência prática que está no fundo de todos os humorismos, e acentuadamente em Chesterton. Para ele não há assunto fechado, não existem setores, lineamentos que se isolem logicamente, embora ele não deixe de ser lógico. Todas as suas experiências, as coisas que viu e ouviu, estão à sua disposição, prontas para entrar inopinadamente, sem lógica aparente, no meio do assunto que se poderia julgar infinitamente afastado. Nunca se pode prever com segurança (como é fácil com Shaw) o que vai ele dizer; mas depois que diz, reconhecemos que tem o seu acento próprio e que usou uma experiência viva. As interpolações inesperadas de Chesterton não vêm dum artifício precioso, nem se dirá com justiça que ele andava com gracejos à espera duma oportunidade como fazem os profissionais do engraçado, mas conseguia mostrar que o mundo é às vezes um gracejo.

Um indivíduo que não tenha um acentuado senso lúdico não conseguirá meter, num capítulo sobre evolução ou cristianismo, panteras, tigres pintados de azul, padres detetives, poetas que parecem loucos mas não são, loucos que parecem filósofos mas são loucos, sem que essas coisas destoem e tenham o aspecto enfadonho do breve e lívido sorriso de conferencista que julga necessário de vez em quando, aliviar o fígado de seu público. Os organizadores de enredos para cinemas também crêem na propriedade da nota cômica para descansar do dramalhão. O que pode acontecer, nesses casos, para um espectador dotado de algum humorismo, é ter vontade de chorar na hora em que o organizador esperava que ele risse. Aliás, uma das coisas que o mundo não sabe mais reconhecer é a hora de rir e a de chorar.

Debaixo, porém, de toda aparência de exuberância anárquica, o grande traço de Chesterton é o amor pela ordem; dessa retidão fundamental, mas adornada em festa, saiu o admirável capítulo “A Ética do País das Fadas”, onde mostra que o principal elemento da *féerie*⁴ é justamente a ordem. Se Walt Disney tivesse lido esse capítulo, admitindo que o pudesse compreender, não teria feito sua medíocre “Fantasia”, e a maior parte dos desenhos animados americanos, que se baseiam no arbitrário e na facilidade técnica, seriam recusados com indignação. A *féerie*, quer nesses desenhos animados, quer em bailado, só tem sentido quando se firma numa ordem que não significa somente ritmo, ordem numérica, mas uma profunda ordem substancial. É desse aspecto da obra chestertoniana que muitos tiveram a impressão dum “bom senso grosso” destinado aos homens das ruas. É também por causa desse traço robusto, dessa boa natureza do autor inglês, que ele difere enormemente de Pascal

e de todos os vertiginosos. Ele brinca, salta, anda de pernas para o ar, porque tem bom equilíbrio e labirintos intelectuais muito saudáveis.

São muito diferentes esses dois autores, Chesterton e Maritain; aproximei-os porque eles se aproximaram de mim; estão juntos neste capítulo porque vieram juntos à minha casa. Se não fosse essa circunstância, eu estaria fazendo aproximações forçadas pelo gosto de enumerar semelhanças e contrastes. Há um ponto, entretanto, em que eles se encontram, e esse, apesar das aparências contrárias, é o fino senso da infância recuperada. À primeira vista dir-se-á que Maritain é o adulto completo, sem nada de infantil, porque sua obra de filósofo não é travessa e irreverente. Mas insisto em dizer que o adulto completo é aquele que pôde reatar o fio que o prende à infância, e na vida do filósofo esse fato se manifesta, não segundo atos lúdicos, mas segundo um espírito de filiação. O filósofo possui a infância na idade da força e da inteligência, sendo filho de alguém, filho de algo, tendo linhagem verdadeira.

Jacques Maritain é filósofo, por vocação, por chamado de Deus. Hoje muita gente usa esse título por decreto próprio ou da roda de admiradores; para isto basta ter entrado em idade madura e ter escrito alguma coisa no tom vago e grandiloquente das idéias gerais. Qualquer sujeito, que em tempos de colégio conhecemos com marcas de inapagável idiotia, encontramos-lo, nos princípios de um *en bon point* mental, feito pensador, considerado filósofo. As redações abrem-lhe as colunas, as montras de livreiros transbordam com seu nome e retratos e uma imensa palhada aparece impressa sobre derrocadas, política ou religião, sexo ou câmbio, a partir dessa molecagem intelectual que se veste de falsa austeridade. Todo o mundo sabe tudo e sabe-o por si mesmo; todo o mundo acha tudo, e acha-o sozinho, não se sabe como e onde; e considera-se marca de valor e título de originalidade ser um bastardo da inteligência, um solitário aproveitador de espasmos mentais.

Jacques Maritain é filósofo, num sentido autêntico, porque é filiado a uma escola, ligado a uma tradição, essa lei viva de entrega, sem a qual não existiria sequer a coisa mínima, que faz o homem da rua parar espantado diante de uma vitrina. E é segundo essa filiação, esse espírito de infância, que se parecem, como dois irmãos, o filósofo francês e o humorista inglês.

Muito cronista superficial já pensou e já disse que o traço dominante de Chesterton é a irreverência. Esses mesmos julgam talvez que a característica da poesia é a frivolidade, porque sofrem de uma incapacidade de ver, na poesia ou no humorismo, a imensa seriedade paramentada, o júbilo da infância recuperada. Na verdade Chesterton é

irreverente em relação à irreverência pedante e enfática do intelectualismo de adolescentes, como cada livro de Maritain é também irreverente em relação às tolices oficiais dos cinco continentes.

Na verdade, toda a obra de Chesterton procura convencer de uma ordem e de uma tradição. Diz-se ele mesmo ser o homem que fez a extraordinária descoberta do que já estava descoberto; identifica-se com o aventureiro que depois de longa e tumultuosa viagem naufraga numa praia que é o fundo do seu próprio quintal. Usa paradoxos, ou os descobre no mundo, mas não apregoa conflitos.

Maritain tem, tanto ou mais do que Chesterton, horror ao enfático e nesse ponto a semelhança entre os dois atinge o nível do temperamento. Eis o que dizia, no seu prefácio à segunda edição de *La Philosophie Bergsonienne*, referindo-se ao texto da primeira edição, antiga de dezessete anos: “C’est l’emphase et la raideur juvéniles du texte primitif qui nous en rendent aujourd’hui la lecture malaisément supportable. Voilà donc ces pages qu’on n’avait écrites que pour la pure vérité, et que l’on s’imaginait transparentes à la seule lumière de l’objet; l’humeur du moment paraît aussi dans leur style; leur style! Un philosophe ne devrait pas avoir de style...”⁵

A maior parte dos pensadores do mundo vive convencida que a ênfase é a própria essência da filosofia e que a verdade é função de um tom de voz categórico e solene. Gabam-se de ser, como os banqueiros bem-sucedidos, *self made man*, porque são, intelectualmente, filhos de pais desconhecidos.

Chesterton e Maritain são semelhantes na melhor das semelhanças; ambos viveram suas obras para testemunhar que foram em tudo filhos de Deus: um como filósofo, amigo da Sabedoria, amigo íntimo e sincero do Verbo; outro, como humorista, contente de brincar entre os homens e de dançar aos pés do Pai.

NAS PORTAS DE UM REINO

Há cerca de um ano recebi uma carta de um amigo distante, pedindo-me, entre espantado e divertido, a história de minha conversão à fé católica. Depois de ter ensaiado duas ou três cartas que ameaçavam não ter fim, respondi-lhe de um modo confuso; hoje, sem me lembrar exatamente do que disse, assalta-me o receio de ter fabricado uma novela

e exibido um certo triunfo intelectual. Ficou-

-me o problema como um espinho. Mais tarde, em outras circunstâncias, tornou a aparecer; e agora, diante da indeterminação e da impersonalidade de um leitor, que tanto pode ser um homem de boa vontade como um idiota qualquer dado a livros, o problema se arma mais angustioso do que nunca.

Até aqui, se o leitor esperava uma narração dos fatos que me conduziram à fé, estará decepcionado e poderá me acusar de ter escrito um romance medíocre, forçado e falhado, onde os diversos elementos convergiram obrigatoriamente para um epílogo que eu já tinha na manga do casaco. Eu teria feito, na opinião irritada desse leitor, a narrativa de meia dúzia de acontecimentos carregados de intenção, sem observar a liberdade, a existencialidade que deve ser o clima normal de um romance; teria caído em artifícios de mau gosto, como nas páginas em que Vitor Hugo descreve uma batalha onde todos os personagens são históricos de antemão, e nas quais o nome de Waterloo já tem uma sonoridade oficial.

Admito francamente algum artifício na escolha daqueles episódios que tomei como figuras explicativas, mas sou o primeiro a declarar enfaticamente que não posso saber exatamente a significação e a influência de cada um no meu itinerário. Ao amigo que me pedia a história e o porquê de minha conversão, este livro não responde, mas em compensação devolve o inquérito, perguntando-lhe: — E você? Diga-me você os fatos que o levaram a não se converter.

Esta parece-me ser a posição correta do problema. Uma conversão não é um episódio; antes o fato de não se converterem todos é que constitui um imenso episódio. Acho hoje extremamente bizarro um inquérito sobre a normalidade. As coisas verdadeiramente positivas, verdadeiramente normais, resistem à narração. Ninguém, por exemplo, irá perguntar com urbanidade ao cavalheiro que vê na rua a sacudir a poeira das calças, entre quatro embrulhos esparsos no chão, por que diacho, e em virtude de que misterioso propósito ele se levantara.

Para a literatura inquieta o indivíduo que escorrega na calçada é muito mais romântico do que o outro que volta para casa na hora do costume; mas depois da conversão descobrimos que não há nada tão aventureiro e tão fascinante como a volta para casa. Passamos a viver a inaudita aventura da normalidade e no mais emocionante dos seus lances descobrimos esse prodígio que é o outro.

Agora mesmo estou vendo o nosso padeiro, na porta da cozinha, à

espera do troco, e fico maravilhado, pensando que ele é único, que dentro desse enorme e festivo universo, entre os infusórios e as constelações, entre os abismos dos mares e os abismos das galáxias, ele é único. Em outras circunstâncias já tinha chegado a essa conclusão a respeito de minha mulher e de meus filhos; desde os primeiros encontros de amor, essa idéia do objeto que é único me havia assaltado, e desde os primeiros desencontros me havia torturado. Cada namorado sabe perfeitamente que sua bem-amada tem uma insubstituível singularidade, mas somente depois da recuperação da normalidade podemos compreender que é extremamente romanesco amar o seu padeiro.

A maior dificuldade, porém, no estabelecimento de um comércio com um leitor afastado do cristianismo, não está nessa questão de atitudes, que todos, mal ou bem, instintivamente compreendem. O romance cristão só pode ser contado a partir de um Personagem central que é, Ele mesmo, todo o romance. Não é possível falar em cristianismo sem começar dizendo que o Cristo é. Muitas vezes já ouvi falar na doutrina cristã em função dos interesses intelectuais e das vantagens morais, sem que o fundamento fosse um fundamento. Esse processo parece-me pouco razoável.

Permita-me o leitor mais uma ilustração e suponha que, tendo ido eu às Índias caçar elefantes, um amigo curioso me entreviste na volta e me peça uma narrativa de minhas aventuras, sob a estrita condição de não ser mencionado o nome do paquiderme, visto que a filosofia de meu amigo se opõe tenazmente à sua existência. É claro que uma caçada de elefantes só pode apresentar algum encanto e a mínima inteligibilidade a partir da existência do animal. Ao contrário, se eu conseguisse o prodígio literário de contar, com emoção e colorido, a história de tiros certos sobre abstrações, ou mostrasse a riqueza de marfim extraída de meras hipóteses, então o amigo concluiria que uma caçada de elefantes é coisa interessantíssima ainda que o elefante não exista.

Na verdade, torno a dizer, não pretendi escrever a história de uma conversão, enredando fatos para pegar o leitor distraído e então aplicar-lhe uma rasteira; de certo modo tentei mostrar que todos nós caímos numa antiga rasteira e que, para recuperarmos a normalidade perdida, não temos outra coisa a fazer senão aceitar os três socorros que a graça de Deus nos oferece.

Agora, entretanto, talvez por haver tocado nesse assunto, achei-me procurando na memória os fatos antigos que me conduziram à situação,

rara nos trópicos, de começar um primeiro livro na idade em que já deveria estar cobrando os lucros de uma posição conseguida. Ninguém escapa à saudade, e de vez em quando me encontro a contar com um certo lirismo, aos filhos e sobrinhos, a notável superioridade do pão de provença nos meus tempos de rapaz. Segundo um lugar-comum, houve no mundo um grande progresso material que infelizmente não foi acompanhado do necessário progresso moral ou espiritual. Não é muito claro, nessas sentenças, o que se entende por espiritual, mas admitindo mesmo a imprecisão que corre como virtude nas dissertações sobre idéias gerais, acho difícil demonstrar o progresso material porque as coisas simples e fundamentais, como o pão, a carne e a casa de residência, eram melhores do que hoje trinta anos atrás.

Em questões de cultura não tenho saudades. Quando num círculo de velhos ouço gabar os discursos do comendador Rui Barbosa, ou suspirar pelos poetas parnasianos, uma grande melancolia me invade. Hoje, ao menos, ninguém mais poderá, decentemente, se extasiar com a “Vingança da Porta” ou o “Ouvir Estrelas”; quanto à oratória, tão em favor naqueles tempos declamatórios, nós já sabemos, já aprendemos com triste experiência, a que extremidade pode conduzir.

O primeiro discurso que ouvi, por ocasião de um encerramento de aula, no primeiro ano do curso secundário, produziu em mim profunda impressão. Aquilo parecia-me desabotoado e obsceno. Sentia uma vermelhidão no rosto, enquanto o colega, orador oficial, espigado, vitorioso, fácil, atirava frases de sublime e dilacerante despedida ao professor de francês. Para maior aflição minha, vi que havia em torno uma compreensão tácita, espécie de conspiração contra as coisas exatas; e senti-me infeliz e excluído. Peguei aversão à ênfase, meti-me dentro de mim e ganhei medo da vida. A seguir, quando havia composição a fazer, em sabatinas de português, sabia de antemão que teria nota fraca, e certa vez, diante de toda a classe divertida, o velho Fausto Barreto perguntou-me com severa ironia se eu não poderia redigir de modo menos esquelético.

Agora vejo daqui um moço de dezessete anos. Vejo-o, sem saudades, mas com ternura, aquele moço meio magro e meio louro, atravessando o largo de São Francisco, com um grosso volume de astronomia em baixo do braço. Houve meeting na praça ou exame dentro da escola, ele levava sem emoção, carregava sem entusiasmo, a brasa de um riso escondido no coração. O mundo inteiro era ridículo, e ele era mais ridículo do que o mundo. Passara da timidez de menino desprevenido para a timidez de adolescente alerta e solitário. Conforme o dia, conforme variações finas no ar ou no sangue, era menino ou rapaz, e aquele riso escondido crescia-lhe no peito, subia como lava, e dava sarcasmos nas rodinhas dos

cafés ou soluções abafados nos travesseiros.

Nesse tempo eu passava noites seguidas escrevendo coisas, tentando vestir meu verbo esquelético com passos estampados. Não era ressentimento nem desejo de conseguir resultados semelhantes àquele discurso do orador oficial da turma. Empurrava-me para me sentir inserido, experimentava uma comunicação, tentava uma aproximação. Como tinha um horror físico pelo palavrismo de nosso parnaso, e como não conseguia galvanizar minha ressecada linguagem de tímido, dei para imitar sonetos de Antero. Depois experimentei romances e sonhei construir uma série monumental nos moldes do Rougon-Macquart, mas era forçado a me dizer em segredo que tudo aquilo era tão falso como os soluções sensuais de nossos poetas. Se naquele tempo me dissessem que Anatole era céptico e que sua influência pseudo-epicurista conduzira nossos melhores ao esteticismo puro, eu ficaria muito espantado, porque, aos vinte anos, sentia-me capaz de dar lições de cepticismo àquele ingênuo Bergeret que declamava utopias socialistas para sua sobrinha desatenta. Eu tinha, nessa ocasião, cerca de cinco ou seis mil anos de idade, e sabia, com a sabedoria milenar do desespero, que a obra de Anatole era amável e crédula; e na singeleza nua de sua palavra, na magra elegância de sua linguagem, eu via uma fidalguia, uma bondade de tio velho, que crê num mundo de coisas, desde Dreyfus até o Petit Pierre.

Não conheci nessa época a vertigem nietzschiana, e quando Gide apareceu entre nós trazendo a fórmula ideal da adolescência mental, a disponibilidade, eu tinha partido para fazer coordenadas astronômicas em Mato Grosso. Valeu-me o teodolito. E enquanto nossos meios intelectuais, fartos de palavrismos, enjoados de declamação, se entregavam à orgia das depurações estéticas, enquanto Graça Aranha arvorava com uns restos de galhardia o multicolor estandarte dos novos, e Marinetti num palco cantava os donaires de uma locomotiva, eu estava longe, atravessando vaus, apanhando malária, dormindo ao relento, cavalgando léguas e léguas, lá para os lados de Ponta Porã.

Anos depois, já casado, entrei na clausura técnica em Jacarepaguá e fiquei, conforme foi contado no primeiro capítulo desta história, cerca de dez anos fitando o ponteiro de um galvanômetro.

E aí está, leitor. Logo que tentamos coordenar épocas e fatos, caímos em contradições. Comecei este livro atribuindo ao galvanômetro a triste secura de minha mocidade; agora, acabo de descobrir que, de certo modo, ele me salvou de uma tristeza maior. Disse mal do galvanômetro; agora desdigo. Foi talvez a primeira pedra de importância em meu caminho. Sem aqueles dez anos de técnica, o meu pendor literário que já

então permitira inventar uma filosofia e fundar duas ou três novas religiões, teria acabado por se ajustar. Sem o galvanômetro eu seria hoje, decerto, um acadêmico como todo o mundo, teria um passado difícil de autor, seria pensionista de alguma frase bem saída: viveria de minhas apólices intelectuais.

Tudo isso corrobora o que disse atrás sobre a dificuldade de contar uma história. Os acontecimentos mais simples são inesgotáveis: contar todos é impossível; escolher alguns equivale a possuir previamente a chave da história, o sentido último de todas as coisas. Há ingenuidade em pretender esgotar e presunção no escolher. Na minha história simples, o simplicíssimo objeto, que é um galvanômetro, aparece com uma perturbadora ambivalência. Ora obstáculo, ora auxílio.

À primeira vista dir-se-ia que estou demonstrando, levado por uns restos de cepticismo, a impossibilidade do romance. Mas, justamente ao contrário, quero aprofundar, como uma de minhas mais robustas convicções, a possibilidade do romance. O romance vence a história, e sua plena realização se baseia nessa vitória. Muita gente pensa ingenuamente que o ideal do romance consiste em contar acontecimentos envolvendo meia dúzia de figuras humanas. O personagem principal de tal romance seria mítico quer se chamasse tempo, morte ou amor. Ora, ao contrário disso, o romance existe para afirmar a realidade dos personagens resistentes ao tempo. O seu objeto próprio é a pessoa humana apresentada como realidade ontológica, subsistente, e representada como realidade escatológica, em caminho e em presença cotidiana das últimas realidades. Essa formulação, que se arrisca ao pedantismo pelo desejo de maior precisão, pode ser ilustrada e tornar-se amável, se pensarmos naquele padeiro, que meia hora atrás esperava o troco na porta de nossa cozinha. Eu escreveria um romance razoável e romântico com aquele padeiro se conseguisse convencer o leitor que ele é único, se o conseguisse à custa de palavras, de gestos, de acontecimentos, de reações que descessem a profundidades maiores que os nervos ou glândulas do padeiro, que atingisse esse cerne de seu ser, e aí pudesse descobrir, junto com o leitor, que todo aquele ser está orientado, como bússola viva, para os pólos da esperança.

Nesse sentido, todo romance é cristão seja ele assinado por um Mauriac que tinha clara consciência de sua missão, seja escrito por um Machado que quase adivinhava e se encolhia com timidez friorenta, por não conseguir ver claramente o sentido de sua obra.

A respeito de Machado de Assis não posso resistir ao desejo de abrir

um parêntese para fazer algumas reflexões sobre o cepticismo que se tornou um lugar-comum nas avaliações rasas e fáceis das aproximações literárias.

Para começar é bom saber o sentido atual e corrente que tem o termo. Correndo ao dicionário encontro essa definição rígida: “aquele que não crê em coisa alguma”. Logo a seguir, porém, talvez por ter ocorrido ao autor que tal indivíduo não pode existir, vem uma outra definição abrangida: “ou que não crê em coisas respeitáveis”. Por aí se vê que o problema não é fácil, uma vez que se transforma neste outro de descobrir quais são as coisas respeitáveis. Eu hoje sei, graças a Deus, que coisas são essas, mas tudo me leva a supor que, para o autor do dicionário, céptico é o indivíduo que não acata as suas opiniões.

As mentalidades declamatórias, inclinadas às credulidades efêmeras, que entre si se consideram generosas e construtivas, não podem suportar a presença de tipos como Machado, que se encolhem desesperados, mas resistem tenazmente, e decentemente, à tentativa de fabricarem suas próprias verdades.

No sentido rigoroso, deixando de lado a respeitabilidade, não creio que exista um só escritor céptico. O fato de escrever, não somente pelo esforço exigido, mas pela participação do verbo, pelo uso confiante da palavra, pela crença no testemunho, não deixa lugar para o cepticismo. Se Renan fosse rigorosamente céptico, não teria escrito a Vida de Jesus; o livro cruel e blasfematório foi um esforço tirado do desespero, foi uma espécie de provocação que ele atirou para os céus com um desejo secreto, uma inconsciente esperança de ouvir uma resposta de seus ultrajes. Todos nós conhecemos o verdadeiro cepticismo, que em dias dos vinte anos nos paralisou, nos imobilizou no centro de um universo morno e tributário de sensações. A negação, a recusa à obra, ao gesto, e sobretudo à palavra, é o verdadeiro cepticismo. Não há, assim, autores cépticos; mas há leitores cépticos.

Machado não pode ser comparado a Renan, e menos do que qualquer outro merece acusação de céptico, porque em toda a sua obra ele crê numa coisa muito respeitável, que é a pessoa humana. Ele crê em Capitu; crê e respeita. Admite que ela seja pessoa livre e não a amarra a uma teoria qualquer lida no último almanaque, como os autores chamados realistas que naquela época desfrutavam enorme prestígio. Quem insiste em pensar na secura da alma de Machado deve ler a crítica magistral que ele fez do Primo Basílio, onde reclama angustiado, nervoso, quase enfático, o vazio da triste e medíocre Luísa: “Dê-me a sua pessoa moral!” Machado de Assis também crê na palavra: no tempo em que viveu, no clima intelectual que suportou, sua obra foi um milagre. Dentro de um

ambiente de verborrêia que ofendia a palavra e traía de modo elementar o espírito de nossa língua, Machado soube guardar-se, e compreendendo que o português é avesso às rotundidades, escreveu como seus antigos, curto de fôlego e enxuto de formas. Foi verdadeiro no instrumento e verdadeiro na obra.

Ao contrário, Eça de Queirós, em admirável linguagem, escreveu maus romances com personagens típicos que, por isso mesmo, não eram personagens. A tipologia, seja superficialmente observada nos costumes, seja esmiuçada nas alcovas femininas, como fizeram os detestáveis Bourget e Montherlant, tende para o número contra o nome, esvazia os personagens e destrói o romance.

Evidentemente é possível escrever obras de estudo social ou psicológico com figuras humanas corporificando tipos ou símbolos, mas nesse caso a obra deve ter sua lógica própria, deve afirmar honestamente esse propósito, em lugar de conter equívocos e deslizes de intenção. Em *A Esfera* e *a Cruz* Chesterton faz um admirável ensaio ilustrado e colorido, mas a forma está proporcionada ao conteúdo e nenhum leitor se ilude sobre a verdadeira intenção da obra.

Eça de Queirós, por mais que se entusiasmasse sobre o martírio da Polônia, por mais que cresse em Huxley e Zola, faltou à generosidade fundamental em relação à pessoa humana porque não a soube testemunhar.

Sob o ponto de vista do romântico, o aspecto que me pareceu mais chocante no marxismo, quando tive contato com essa ideologia, conforme já contei, foi o seu otimismo tranqüilo na interpretação dos acontecimentos. O enredo que o materialismo histórico propõe ao mundo tem a lógica repulsiva das novelas de Conan Doyle. Eu me sentia uma espécie de Dr. Watson cada vez que meus iniciados amigos faziam deduções infalíveis (que tiveram aliás a pequena imperfeição de não levar em conta a polícia) e mais de uma vez surpreendi-me desejando deslealmente que todas aquelas previsões saíssem erradas para que eu pudesse um dia respirar.

Pode-se dizer, por esse motivo, que o marxista é o homem que perdeu o senso do romance. Não sei como se arranjam na Rússia, em que catacumbas vivem os romancistas que ainda queiram testemunhar a pessoa na árida república dos Sovietes. Aqui entre nós, a inútil fecundidade dos romancistas da cana e do tabaco será no ano dois mil, se por milagroso acaso lá chegarem seus livros, um eloqüente

documento da época.

Devo dizer, entretanto, como estou pesquisando neste capítulo os fatos que julgo terem influído em minha volta ao cristianismo, que foram os comunistas os meus primeiros pregadores. Autores e conversas prepararam meu caminho para o evangelho, deram-me sede de romance, abriram-me vontade de procurar, naquele lamentável universo coloidal que me propunham, um personagem que fosse verdadeiramente único. Depois de Engels e do medíocre Boukarine, não podia beijar um filho, amar a esposa, porque, para esses atos extremamente simples, era entretanto indispensável que a esposa e o filho fossem pessoas, fossem únicos, fossem enfim os personagens principais no romance de minha vida.

Quando minha mulher morreu, tive disso uma noção exata e senti que recuperava, com alto preço, o senso do romance. Mais tarde um pouco, levado a estudar problemas de pedagogia, encontrei em Dewey e sobretudo num livro de Lourenço Filho um fenômeno que despertou forças insuspeitadas dentro de mim. A matéria do livro e principalmente o tom satisfeito com que o autor saboreia seu pequeno caramelo pedagógico deram-me ânsias de vômito, incitaram-me a tomar um saco e um bordão, e a sair pelo mundo, batendo de porta em porta, até achar qualquer coisa que não fosse aquela pedagogia. Se eu contar, fazendo violência ao pudor, que molhei com lágrimas as páginas da Escola Nova, decerto espantarei o próprio autor, que as escreveu sentado no confortável e desesperado otimismo. Por mim, compreendi que não poderia viver mais um só dia em conchavo com aquela mentalidade.

Os maus livros são bons às vezes, como a mesma pedra pode servir para tropeço ou para edificação. As obras racionalistas sobre educação ou sobre pobreza tiveram em mim salutar influência, obrigando-me ao desespero, às lágrimas de desespero que são um começo de esperança. Seus autores as tinham escrito com a funérea alegria dos instalados, burocraticamente, com a satisfação de um funcionário que verifica a perfeita regularidade de um certificado de óbito; exultavam descobrindo a perfeita desidratação da vida e esfregavam as mãos, com um sorriso profissional, diante de um buraco escancarado onde faltava Deus.

Algun leitor pensará que estou me divertindo a lances de paradoxos, para fazer sorrir, mas vou mais longe dizendo que para mim acho estranho não acontecer com todo o mundo isso que aconteceu comigo. Logicamente, a palhada literária e científica que o mundo defeca diariamente deveria produzir duas ondas enormes: uma de conversões e outra de suicídios. Se isto não acontece é porque pouca gente estabelece um nexu entre o que se diz e o que se vive. As palavras não são vividas;

os livros nada têm com as realidades caseiras; nenhuma correlação existe entre um filho de verdade e um manual de educação, entre um irmão de verdade e a fraternidade universal procurada pelos socialistas.

Tenho gratas recordações do livro do Sr. Lourenço Filho. Lembro-me, por exemplo, da página em que o autor concede uma base filosófica para sua pedagogia já abundantemente escorada na ciência. Admite uma base filosófica, mas salta diante do leitor, quase se engasga, na pressa de dizer que não se refere a uma filosofia a priori que o faz sorrir, de tão cândida, mas a uma outra filosofia severamente fiscalizada pelas ciências... Compreendo perfeitamente que um pedagogo brasileiro tenha uns restos do positivismo que foi a doutrina de nossa infeliz república; acho bom também que uma vez por outra o pedagogo sorria, e nos faça então o favor de prevenir; mas não posso absolutamente concordar com a noção que aquele autor professa a respeito de uma base, que lá na sua construção mais parece uma cumeeira.

Também quero observar que o termo “científico” aparece no livro do Sr. Lourenço Filho com uma frequência que não é usual nos livros científicos; nunca vi obra de química ou tratado de astronomia onde o autor achasse necessário advertir, de tempos em tempos, que está fazendo ciência.

Perdoe-me o leitor essas alusões a um livro pouco conhecido, que não teve o sucesso estrondoso do medíocre Carrel que veio logo depois completar a lavagem de meu estômago. Esses livros detestáveis foram bons para mim pela misericórdia de Deus, e até hoje ainda me agito em cólera, sentido entusiasmos de cruzado, quando penso no mal cinzento e morno que espalham sob a capa de otimismo científico. São talvez piores do que as blasfêmias pronunciadas com espumas na boca, porque, escondendo o desespero, secando as lágrimas, escondem na realidade a esperança em Deus. Separam a palavra da vida; falar é uma coisa, viver é outra. Fala-se por falar; escreve-se por escrever. Quando aquele pedagogo sorriu de uma filosofia que achava cândida demais, eu tive a brusca impressão que ele estava a se rir de mim, de minha mãe, de minha infância, de qualquer coisa mais, de uma verdade que eu deveria procurar ainda que todos os pedagogos do mundo se rissem de mim.

Não há nada pior do que o otimista, inimigo meticuloso do desespero. Estou pronto a simpatizar com um indivíduo que me venha contar, uivando de dor, como perdera sua mãe ou como sua mulher fugira de casa com um violinista; mas não poderia suportar que ele chegasse satisfeito porque aqueles acontecimentos vinham confirmar sua filosofia. Antes os grandes blasfemos, que choraram suas blasfêmias e pagaram um amargo tributo. Nietzsche, em comparação com aqueles burocratas

da dor, teve o mérito de levar o desespero a um desespero, o ateísmo a um deicídio, a loucura a uma loucura. Descobriu, com São Paulo, que tudo é permitido se o Cristo não ressuscitou. Obriga ao desespero como se obrigou a si mesmo, sendo assim um exemplo vivo da candente palavra paulina.

Depois de ter ouvido os marxistas e os nietzschistas, de ter lido sociólogos e pedagogos, de ter vivido dias difíceis, descobri que estava nu. Levei ainda cerca de dois anos a encontrar um pano que me vestisse. Quando um amigo caridoso me trouxe os livros de Chesterton e Maritain, não me atirei logo à leitura; deixei-os de lado, desconfiado com o catolicismo dos seus autores. Devo a Maurois, num livro superficial, comprado sem convicção, o primeiro interesse pelo humorista inglês. Li então a Ortodoxia e A Esfera e a Cruz. Fiquei aturdido lendo Chesterton e depois Maritain, concluindo que, lealmente, tinha de abandonar meus preconceitos sobre o catolicismo, os quais até então considerara como um pináculo de sabedoria. O livro monumental de Karl Adam, Jesus, o Cristo, acabou de me convencer da terrível seriedade do cristianismo.

Andei então rondando as portas das igrejas desconfiado e curioso. Algumas vezes entrei, mas sentia-me excluído, não sabendo o sentido das cerimônias e não podendo admitir a necessidade (que me parecia exigida) de deixar lá fora da igreja, não somente Maritain e Karl Adam, mas a minha própria inteligência inutilizada e demitida. Nada sabia da Missa. Ignorava que era chamado para uma festa e que já podia, hic e nunc, celebrá-la no caminho comendo a páscoa do Senhor. A missa dominical, ao contrário de primícias de um banquete, significava uma imposição complicada e envolvente, uma espécie de prova de boa-vontade de submissão total, necessária para obter carta de católico. Em alguns livros superficiais tinha lido alusões às belezas das catedrais, dos paramentos, da música sacra, mas ao contrário desse engodo artístico feito para consolar os esforçados e os pontuais, as igrejas que vi eram feias e tristes, e antes seriam provas de paciência e de acomodação. (Até hoje constitui para mim um enigma o problema do catolicismo efeminado que dispensa a noção, aproximada sequer, do sentido da liturgia. Longe do altar, fala-se muito, e em alto diapasão, da credibilidade, da racionalidade da Fé, prova-se Deus, demonstra-se o Cristo: mas diante do altar fica a inteligência suspensa, exatamente na ocasião em que devia estar mais altamente colocada. Depois das lições na missa dos catecúmenos, depois do Credo e do Ofertório, depois do Sursum Corda, o Prefácio é um apelo, veemente e definitivo para nossa inteligência. A mais pensada, talvez, das partes da Missa, precede o Sanctus e mostra de maneira inequívoca que a chave que fecha nosso

ofertório e abre nossa adoração é aquela mesma inteligência que à noite lê Chesterton e Maritain e que agora, vivificada e dilatada pela fé, ouve o Verbo de Deus, em silêncio.) Saía das igrejas decepcionado, e ainda era pior quando havia sermão moralista ou sentimental. Voltava para meus autores, para um cristianismo noturno e intelectual, humilhado e triste por não poder viver a doutrina. O convite ao sacramento parecia-me uma palavra dura.

Uma noite fui ouvir uma conferência anticomunista feita por um padre. Era numa sala pequena metida atrás de uma igreja, abrigada, cômoda, tranqüila, protegida pela lei que naqueles dias andava pegando os últimos comunistas de 35. Umas quarenta damas de meia-idade, antes de o padre entrar, já estavam horrorizadas de antemão sobre as crueldades soviéticas. O padre não precisou de grandes recursos para obter a tímida e arrepiada ressonância naquela assembléia fácil. Para convencer os convencidos, e amedrontar os amedrontados, vieram citações de autores, veio Gide. E de quando em quando, o orador dizia: “os fatos são os fatos”, parecendo querer resumir nessa equação hemiplégica toda a sabedoria cristã.

No fim de uma hora achei-me na rua, irritado, mastigando frases que meteria numa carta ao conferencista. Dir-lhe-ia minha sede de doutrina, minha decepção diante de seus fatos e seus autores: citaria outros fatos e outros autores; citaria o próprio Gide. Tinha ímpetos de procurar uma célula comunista que me renovasse o princípio de fé, que me desafiasse com uma doutrina, com qualquer coisa mais pensável, em lugar daquela coleção de anedotas tristes. Não escrevi a carta, não achei a célula, mas voltei para casa e passei grande parte da noite lendo em Maritain algumas razões boas, viris sobretudo, para não ser comunista, sem precisar dobrar o espírito àquele anticomunismo elementar de jornalista.

Realmente, não consigo separar com nitidez os fatos principais que me conduziram à fé católica. Na minha história, como na de todos, a parte principal está escondida como um extraordinário mundo submarino que só tem visíveis as pontas de uns recifes. Entre esses, entretanto, devo mencionar um penedo de forma peculiar onde um inextinguível farol assinala a entrada de um porto. Nessa alegoria simples, envolvendo a água e a luz acesa em cima de uma pedra, quero lembrar o meu batismo. Minha conversão foi apenas uma volta, depois de grande viagem, depois de muitos cálculos náuticos, baseados em bússolas loucas, àquele porto antigo, à pia de meu batismo. Em quarenta anos de viagens muita coisa aconteceu até que eu visse novamente uma vela acesa em cima de uma pedra; e isso ocorreu numa missa de réquiem.

Depois desse dia ainda fiz muitas evoluções em mar alto; andei sem norte, procurando na escuridão avistar de novo aquela luz antiga, desejando arrombar cordilheiras para conquistar a terra prometida, em vez de levantar a bandeira e pedir o Prático que sabe abrir o caminho entre as águas.

Muita coisa miraculosa passou perto de mim, como passa a cada instante perto de todos, mas não me lembro da maior parte e a alguns acontecimentos mais singulares receio emprestar, por minha conta, mais do que realmente continham. Numa tarde, por exemplo, saindo de automóvel, em companhia de um amigo recente, que me procurava por causa de um amplificador, encontrei uma pedra. Uma pedra real, concreta, granítica: um paralelepípedo. O automóvel de meu amigo trepou na pedra e, com o solavanco, a porta do painel abriu-se na minha frente e caiu-me em cima do pé um missal. Poderia desenvolver esse episódio, ou insistindo na pedra, como Carlos Drummond de Andrade, ou insistindo astuciosamente no missal, para mostrar a evolução do livro, lenta e gradativa, do pé para a mão. Com menos do que isto existem páginas de antologia; mas, francamente, eu teria algum escrúpulo de fazer esse fato render dois períodos, e até um certo instinto me adverte que seu valor literário seria discutível. O fato é que pela primeira vez abri a boca e falei alto sobre o meu problema religioso. Isto aconteceu num restaurante onde tínhamos ido almoçar, eu e meu novo amigo, para conversarmos sobre a aplicação do osciloscópio catódico à cultura de tecidos. Depois de meia hora de conversa o amigo, em tom categórico e inspirado, declarou-me: — você precisa conhecer o Alceu.

E foi dali mesmo ao telefone procurar em três ou quatro lugares diferentes onde estaria aquele personagem que eu admirava pelos livros, mas que me amedrontava um pouco pela posição oficial de “líder católico”. Dias mais tarde conheci-o e recebi dele um enorme serviço que no momento não soube avaliar. Ele falou-me da liturgia cristã e recomendou-me que procurasse me informar, dando-me ao mesmo tempo uma apresentação para um padre no Mosteiro de São Bento.

Nos dias que se seguiram, lembro-me bem, eu não podia passar quinze minutos sem pensar no santo nome de Deus. Era um assédio, um atropelo, era uma verdadeira perseguição que me acuava contra o altar. Uma onda de mérito de todos os santos, um vento de todas as orações, puxava-me o chão embaixo dos pés. E eu não sabia que o silencioso mover dos lábios de toda a cristandade cuidava de mim, dizia um segredo que me interessava, como os cochichos de gente grande nas vésperas de Natal, quando eu era pequenino...

Procurei o padre beneditino levando a apresentação do amigo, e contei-lhe minhas aflições. Ouviu-me com atenção e caridade. Tive uma impressão curiosa de estar sendo ouvido pela primeira vez; mas no fim da conversa fiquei decepcionado. Eu esperava um sinal inconfundível, uma emoção súbita, que me convencesse de estar convertido à fé. Como nada sentisse, fiquei decepcionado. Voltei, dias depois; cobrei do padre uma evidencia de Deus vivo, uma possibilidade de viver a doutrina, e quando ele me respondeu com a Missa, pensei que queria desconversar, ou que estava a propor condições de matrícula. Discuti; e ele então, contristado, declarou-me sinceramente que não sabia discutir.

Mais alguns dias se passaram até que ocorreu um incidente que tenho algum escrúpulo de contar. Em todo caso conto-o: estava no meu trabalho, fazendo uma experiência com meus galvanômetros e minhas lâmpadas eletrônicas, atento ao serviço, passageiramente alheio a qualquer cogitação, quando o operário que me ajudava a fazer as ligações queimou o dedo no ferro de soldar e soltou um palavrão e uma blasfêmia com o nome de Cristo. Parei subitamente; olhei em volta um pouco confuso, sentido um calor enorme no rosto. Aquela pobre blasfêmia de pobre batera em cheio, como um soco, no meu peito... De repente, descobri, inundado de alegria, que amava o Senhor Jesus e que em meu coração brotava um cântico novo. E, enquanto o operário chupava tristemente o dedo queimado, ainda resmungando, vesti o casaco, saí correndo sem avisar ninguém, pulei dentro de um táxi, com pressa de chegar no Mosteiro e de me atirar de joelhos diante do altar. Tinha caído do cavalo.

Durante algum tempo, aturdido pelo choque, não entendi bem o que se passava. Achava-me inesperadamente no meio de amigos moços e alegres e o mais moço estava perto de mim como se ali estivesse toda a eternidade. E eu não compreendia bem o que eles diziam.

Uma vez, quando era muito pequenino, aconteceu-me encontrar essa mesma situação de completa novidade que agora me envolvia. Tivera sarampo ou coqueluche durante um tempo que tinha medida enorme para minha infância. Naquela manhã, logo que acordei, percebi que o mundo era novo. Minha mãe puxava as cortinas de uma janela e falava com outras pessoas fora do quarto, mas eu não entendia as palavras que me pareciam inteiramente novas. O sol entrou e acendeu as flores vermelhas do papel pintado. Nas noites de febre aquele papel pintado fora um mundo de pesadelos. A monotonia das flores, do teto ao chão, no desenho e na cor, estabelecia um cerco em torno de minha cama. Quando fixava a vista num detalhe, ainda era pior porque apareciam pupilas misteriosas me fitando ou bocas sangrentas rindo de mim. Chamava alguém, chorando, mas calava o motivo com medo da cólera

dos monstros escondidos na parede. Naquela manhã, quando o sol entrou, vi logo que tinha lavado o mundo inteiro: as flores do papel pintado eram vivas e frescas; o lençol, o ar, a luz, tudo era bom e novo; não entendia as palavras que a alegria dilatava, mas sentia-as alegres, sentia que minha mãe estava fazendo uma linguagem inteiramente nova, com palavras frescas como a água e vivas com as flores. Começava a convalescença, a convalescença que na infância é um esplendor da infância...

Aos quarenta e um anos encontrei a mesma novidade, o mesmo frescor, a mesma convalescença. Os amigos estavam em volta de mim e falavam. Quando comecei a entender, fiquei sabendo que já tinha atravessado a ponte, que já estava do outro lado, e que na nossa frente se abriam, de par em par, as portas de um Reino!

E NÓS NOS GLORIAMOS DA CRUZ

Já passou decididamente — dizia eu para mim mesmo, nos dias em que encontrei os grandes autores católicos — a época de otimismo científico, em que Haeckel via a cortina que cobria os enigmas da natureza começar a franzir-se, descobrindo aos olhos maravilhados dos físicos e dos químicos um busto perfeito de Palas.

Hoje já é possível ser católico sem encontrar nas portas de engraxates os poemas que zombam e os tratados que provam; de todo um volumoso lixo dum século racionalista sobrou apenas a poeira leve dum ateísmo crônico que funciona nos cursos oficiais. Depois de Newman, de Maritain, de Karl Adam, o catolicismo oferece nos mercados do pensamento alguns títulos de vitória intelectual, e agora, quando ouvimos falar em evolucionismo ou positivismo, somos nós que sorrimos e que temos material para fácil escárnio.

Realmente, depois do século do vapor e da eletricidade, podemos tirar nossa esperada desforra e arvorar nossa glória intelectual com os nomes prestigiosos de autores que todo o mundo respeita. É a nossa vez. Temos Maritain, Chesterton, Newman, Adam. Contam de Bergson que se converteu pouco antes de morrer.

Temos o imenso Bloy, Péguy, Bernanos; temos Guardini, Dom Vonier, Dom Marmion... O convertido encontra um caminho largo e fácil, tendo

razão contra a tolice elementar das academias; em cada esquina aumenta o seu triunfo porque em cada passo encontra mais um nome de autor respeitado ou grande convertido.

E lá vai ele, o novo cristão, contente, tendo razão, contente de ter razão, sem ouvir os antigos sarcasmos e até recebendo de vez em quando os cumprimentos respeitosos dos senhores bem vestidos que ficam conversando nas portas sobre mulheres ou gasogênio. Lá vai ele, o novo cristão, com sua coroa imaginária, com sua euforia de sujeito que acertou, tendo razão num mundo em que os próprios ministros de nações poderosas já falam em civilização cristã. O caminho parece fácil e largo; mais adiante um pouco, ali mesmo naquela volta do caminho, naquele ângulo do calendário, marcado por um solstício e por um plenilúnio, dir-se-ia que ele encontrará um monumento enguirlandado, um arco triunfal, um obelisco: mas de repente ele encontra a Cruz.

Esse monumento é decisivo e essa prova é sempre dura; a glória da cruz, vista pela fé, é uma prova que o homem novo tem de carregar todos os dias, entrando em luta com o homem velho que se tinha instalado no mundo com suas convicções, seus tiques intelectuais e sobretudo seu critério de vitória. Justamente quando lhe parecia estar próximo um novo triunfo, um acréscimo de prestígio, um formidável sucesso, ele esbarra na Cruz. O homem novo sobressalta-se e esperneia sob o agulhão; apalpa-se, busca apoio no seu próprio discernimento que até ali o servira como bússola fiel para indicar com nitidez os caminhos da credibilidade e que agora parece ter enlouquecido sob a ação de estranho magnetismo. Ele mesmo pedira a fé. Pusera de joelhos seu corpo, sua alma, suas convicções, sua inteligência, pusera tudo de joelhos; submetera a razão à prova última do reconhecimento e do amor; escolhera; decidira casar-se em vez de ficar a vida inteira excogitando; optara; pedira a Deus com amoroso temor a nova aliança de noivado... E agora, ao levantar-se, sente nos ombros o peso duma cruz.

Muitas vezes, lendo as páginas do Novo Testamento, romanticamente, para lhes achar um pitoresco, para entrever um colorido histórico nas cenas evangélicas, e ver uma estrada da Samaria batida de sol, achamos fácil reconhecer o Cristo e pasmamos assombrados ante o terrível equívoco dos judeus. O drama da paixão parece-nos evidente, claro, compreensível; qualquer um de nós não gostará de ser equiparado aos soldados romanos que jogavam dados praguejando ou a algum mercador que passasse ao longe tangendo seus asnos carregados de fazenda, sem voltar sequer o rosto preocupado e ganancioso para ver a Santa Agonia. Lendo a paixão assim, meditando-a como se fosse romance de enredo muito sabido, colocamo-nos, como é usual nessas leituras, do lado do autor e em pé de igualdade. Saboreamos a

superioridade de saber ponto por ponto o que vai acontecer; sabemos que o pretor é aquele que vai lavar as mãos e Caifás é o que vai rasgar as vestes. E já sabemos que o Cristo é o Cristo. Já sabemos. É ele o Redentor do qual dois mil anos falarão e para o qual serão erigidas as catedrais de Estrasburgo e Chartres. Sentimo-nos imensamente superiores aos indiferentes do Calvário e estremecemos de horror diante dos que esbofetearam, insultaram e cuspiram a Santa Face.

Mas convém pensar um pouco: qual de nós poderia realmente suportar a dura prova da cruz? Qual de nós poderia agüentar a glória da cruz, a insuportável visão do opróbrio, deixando seu velho critério de vitória, saducaico ou farisaico, baseado no prestígio ou no sucesso? Qual de nós poderia ver atrás daquele rosto ensangüentado e cuspidor a Face dum Rei? Parece fácil agora, porque já lemos o texto muitas vezes e temos uma alegoria da paixão gravada em nossa memória. Parece fácil, mas agora mesmo, em cada instante, em cada dia, apesar de saber de cor o enredo da paixão, apesar da graça do nosso batismo, não somos nós mesmos que buscamos o triunfo fácil de ter razão e prestígio, não somos nós mesmos que esperneamos diante da loucura e do escândalo da exinanição do Cristo em sua Igreja? Realmente, cada vez que nós desejamos a glória mundana ou política de sermos católicos, ou nos espantamos diante dos insucessos do Vaticano na política internacional, cada vez que nos envergonhamos de ouvir um sermão medíocre ou adotamos uma atitude de irritação diante da vida escandalosa de algum sacerdote, estamos exatamente como os judeus estavam diante da cruz e de nada nos adiantou saber de cor o enredo da paixão. O cristão está de pé diante da paixão do Espírito Santo e somente na fé pode suportar esse terrível espetáculo.

E aí está. As perguntas que fazíamos atrás, sobre as nossas probabilidades de reconhecimento diante do Calvário, pareciam idiotas como o são todas as suposições baseadas em retrospecções históricas. Não tem sentido, fora do recurso retórico, perguntar o que seria hoje S. Paulo ou o que faria um de nós diante de Nabucodonosor. Mas a história do Calvário não é uma história: é um mistério. O nosso memorar não tem o sentido duma retrospecção histórica, mas de uma visão no mistério da fé. Se alguma tolice havia, ela estava antes no modo impressionista, histórico, colorido, sentimental, de enfrentar a paixão, donde saía a extraordinária presunção de estarmos livres daquele espetáculo da cruz, isentos de seu escândalo e de sua loucura, blindados por dois mil anos de história e pelas pinturas alegóricas da Renascença.

Por isso o homem novo, na volta de seu caminho, esperneia sob o aguilhão. Estava na iminência de ter razão e de tirar daí um renovado prestígio. Apesar da fé do seu batismo já tinha começado seus cálculos

sobre a respeitabilidade do quarteirão e já entrevia uma Igreja decente, bem instalada no mundo, triunfante, bem sucedida, acatada por causa de Maritain, prestigiada pela conversão de Bergson, uma igreja confortável, uma igreja sem cruz.

O homem do mundo tem um metro tirado do meridiano de seu ventre; julga pelo sucesso; mede pelo prestígio. Agora mesmo, neste princípio de 1943, estamos assistindo a um curioso fenômeno na revisão do julgamento burguês sobre a Rússia. Um certo general soviético, que infalivelmente terá estátua ou nome de rua em Moscou, desfecha uma ofensiva que faz recuar em desordem o exército alemão considerado até então invencível, e logo o burguês se entenece diante da Rússia. Os indivíduos que costumam raciocinar excessivamente explicarão que o burguês tem essa atitude porque sabe que o general soviético está defendendo a causa de sua contra-corrente. Esses raciocínios, que supõem uma trama complicada e maquiavélica na natureza humana, são tão artificiais como as histórias de Sherlock Holmes: nossos julgamentos não costumam seguir esse parabolismo indireto e calculado mas, ao contrário, saem de nossa natureza falhada com a espontaneidade brutal dum arroto. A Rússia deu certo; foi bem-sucedida; foi tão bem-sucedida como Caruso ou Joe Louis.

Depois dessa observação primária e brutal, então sim, vêm as considerações segundo os caprichos das circunstâncias ou dos pontos de vista. Com relação à Rússia veio o espanto do resultado em contraste com a suposição que o burguês já tinha elaborado, baseada na própria propaganda ou na católica. Tinham-lhe dito que o regime da Rússia não prestava e que só havia por lá confusão e perseguições. Tinham-lhe provado que o marxismo não era bom porque a Rússia não dera certo: todos estavam descontentes desde o mar Branco até o mar Negro, fuzilavam-se mulheres e crianças e os trens chegavam sempre atrasados.

Agora, descobrindo que a propaganda anticomunista era falsa (porque a Rússia deu certo), o burguês está disposto a fazer algumas modificações nas suas convicções secundárias, porque não pode modificar o eixo em torno do qual todas devem girar. Hesita um pouco, sonda, cheira, lê as Seleções, procura alguma coisa de foice ou martelo num fole, conversa no salão do barbeiro, ainda não sabendo se deve acolher a doutrina ou dizer que a própria Rússia deixou de ser comunista ou até de ser suficientemente russa.

Mas, se for necessário, o burguês aceitará Marx, Stalin, a doutrina inteira, o materialismo histórico, e poderá ser um bom comunista como

outro qualquer. Pode abrir mão de tudo, pode até ser heróico. Bater-se; perder conforto e fortuna; ser preso; morrer pela causa. Contanto que se bata e morra pela única causa que não pode perder sem deixar de ser burguês: o seu critério de vitória, o seu culto do sucesso e do prestígio.

Ora, essa última coisa que o homem do mundo consentirá em perder é a primeira que devemos deixar no limiar de nosso batismo e é a primeira coisa que o cristão deixa diante da cruz para ver todas as coisas na Páscoa do Senhor. A visão da fé contempla a Glória através da cruz como através dum véu, é uma visão pascoal, uma visão que atravessa, que abre passagem pelas águas revoltas entre a morte do Egito e a vida de Canaã. O olho cristão não esbarra na cruz, penetra-a; não se demora no colorido mais ou menos violáceo da alegoria impressionista, mas mergulha no símbolo e vê a Ressurreição e a Vida Eterna.

Mas a última tentação, mais escorregadia e sutil, ainda espera o homem de Deus: ela o induzirá a procurar para a própria Igreja o critério de vitória que decididamente custa largar. Ouve dizer que a Igreja já teve o seu apogeu na Idade Média e que depois perdeu suas oportunidades uma por uma, seu terreno palmo a palmo, diante da Renascença, das revoluções e do progresso industrial.

Realmente o mundo ocidental cristão viveu grandes tempos na Idade Média e teve reis muito católicos; os grandes santos, a cristianização da sabedoria grega pelos escolásticos, as catedrais góticas, essas imensas velas de pedra, testemunham a fé viva desse tempo que os evolucionistas consideram como uma espécie de pré-história úmida e sombria. Mas quem anda procurando fazer o processo da Igreja e provar a sua decadência e aqueles que prestam ouvidos a essa sedução, impressionam-se com um aspecto particular da Idade Média: a oficialização da doutrina. O esplendor das cortes muito católicas parecerá, à luz desse critério, a melhor oportunidade que a Igreja já teve e que depois não conseguiu agüentar.

O cristão não deve se apegar desesperadamente a essa idéia e responder com os sábios católicos da Renascença, com o padre Mendel e com a perspectiva duma nova Idade Média baseada numa política clerical: ele deve se apegar à cruz de Nosso Senhor. Para nós, o esplendor medieval não está no brilho das cortes, na oficialização, na penetração do poder temporal; diríamos até que não está no desenvolvimento da escolástica e na altura das catedrais: para nós, o maior, o único esplendor da Idade Média está numa cruz de carvão que São Tomás traçou numa porta que dava para o pecado e nas chagas que um dia apareceram sangrando nas mãos dum pobre de Assis.

Ao contrário, o poder e a oficialidade eram a própria extinção da Igreja na Idade Média: aquela idade foi uma espécie de Domingo de Ramos que precedeu a paixão que continuará por todos os tempos.

Naquele tempo era fácil ser cristão porque os reis o eram, e era fácil ser sacerdote porque os Bispos eram poderosos. O poder tinha penetrado como uma lança o flanco da Igreja e a Pólis queria passar aos olhos dos homens pela Esposa sem mancha e sem ruga. A Idade Média, realmente, a par de sua viva fé demonstrada pelos santos, foi uma época de um tremendo equívoco de sacralidade e a marca desse fenômeno aparece nas artes e no estilo de piedade do tempo. É curioso notar como a cristandade, instintivamente, procurava se desobrigar da falsa glória medieval, mostrando nas artes e nas devoções um Cristo veementemente crucificado. O homem das dores enche todo o mistério; pela primeira vez os penitentes se flagelam e os pregadores insistem no rigor dos novíssimos. O catolicismo oficial, impregnado da tranqüilidade dada pelo poder, debatia-se com a falta de transparência da cruz prestigiada pela espada. Os olhos, fatigados pelo brilho de coroas e mantos reais, batiam no colorido triste da alegoria, não conseguindo mais, como os de outrora, contemplar pela fé a glória da ressurreição. E com todos os seus cruzados e grandes reis, a cruz oficial nos fins da Idade Média é quase tão opaca como as paredes dum sepulcro caído.

Não devemos ter saudade deste aspecto da Idade Média e é quase um critério verdadeiro admitir que qualquer movimento clerical que procure hoje quebrar a isenção da Igreja deve ser evitado por quem prometeu renunciar às pompas do mundo. Quem presta ouvidos àquela crônica das derrotas da Igreja, onde se diz que ela perdeu oportunidades e terreno, presta ouvidos aos pruridos e não às palavras da fé. Não lhe passa pelo espírito que foi o mundo que perdeu terreno no reino de Deus e não a Igreja que o perdeu nas cidades do mundo. Não se recorda mais que o banquete de núpcias será completo um dia ainda que bilhões de convidados inventem as mais engenhosas desculpas para não comparecerem. Sobra a cólera de Deus para arrebatar nos caminhos os pobres que completem o número dos eleitos e o mundo ficará estúpido e desesperado sem compreender o sentido do massacre dos inocentes...

Aliás, para quem quiser invocar os fracassos da Igreja, não é preciso gastar muitos conhecimentos históricos nem muitas citações eruditas; basta-lhe remontar ao fato fundamental do cristianismo. Os judeus e os soldados romanos já tinham começado com muito menos pedantismo o processo da Igreja e já lhe viam a vergonha e a decadência no momento exato em que Cristo vencia na Cruz.

AINDA UM POUCO DE TEMPO

Cingi vossos cintos e guardai vossas lâmpadas acesas. A lâmpada é a Fé, o cinto a Esperança. Cingir o cinto quer dizer estar pronto, vigilante; e ter esperança quer dizer esperar a volta do Senhor. Ter esperança quer dizer realmente esperar no sentido mais completo e positivo, como Penélope esperava Ulisses e como a Igreja espera o Esposo que chegará no meio da noite.

Geralmente, quando alguém fala numa esperança, alude apenas a uma vaga possibilidade que lhe poderá caber, como um bilhete de loteria à qual sua vontade está inteiramente alheia. Se eu por exemplo digo assim: tenho esperança que Francisco venha hoje nos visitar, estarei exprimindo um vago pressentimento e pronto a me inclinar no caso de falha. Ora, no sentido cristão, ter esperança que Francisco venha em minha casa significa literalmente esperá-lo, e sobretudo significa que seja posto na mesa mais um prato e que todos façam um jejum de espera se o amigo tardar. E essa esperança só tem sentido porque aquele amigo nos prometeu vir e não porque nos passou pela mente um misterioso pressentimento.

São conhecidos os encantadores versos de Péguy sobre a esperança, a petite fille de rien du tout que espantava o próprio Deus. Mas convém notar que esses versos não se referem à esperança como tal, isto é, como virtude do alto, e sim à sua ação entre nós, ao frêmito que ela produz no nosso nervo lúdico onde mora um apetite de eterna infância. Aí sim, a esperança é a petite fille de nossa infância recuperada e aí, nesse íntimo reduto de nosso coração, é pequena e vacilante, e atacada em cada instante e em cada lugar pela sinistra seriedade do mundo que não quer brincar aos pés do Pai.

A esperança do cristão se manifesta com esses dois aspectos que parecem contrários, o cinto e a petite fille de rien du tout, a força e o brincar, e por isso os monges estão sempre prontos na vigília do Senhor e nessa vigília cantam.

Na pregação evangélica, o objeto principal da mensagem de Jesus é o

reino de Deus; e é nessa promessa que se ancora nossa esperança. Ora, esse reino parece ter nas escrituras um sentido muito variável e até às vezes contraditório. Primeiro ele aparece na voz que clama no deserto: “Preparai os caminhos do Senhor, fazei penitência, porque está próximo o reino de Deus”. Depois o próprio Cristo na montanha, logo no princípio de seu magistério, desdobra o quadro final e apocalíptico das bem-aventuranças. Mas ainda parece que aquele reino está apenas começando, porque é a semente de mostarda e o fermento que a mulher coloca na massa. Tem de crescer, tem de ser procurado no fundo do mar e no fundo da terra: é como o mercador que procura as pérolas raras, é o tesouro escondido.

Se não fordes como as crianças, não entrareis no reino dos Céus. E para o rico — que tem a sua própria consolação, isto é, que se basta, que não tem fome — é mais difícil entrar no reino do que um camelo passar pelo fundo duma agulha. Dir-se-ia que por um lado se torna fácil e por outro difícil, porque devemos procurar primeiro o reino e sua justiça, mas não devemos ter cuidados com o dia de amanhã. Dir-se-ia que ora precisamos ser como a criança que brinca confiante e ora como o soldado que vigia.

Mas quando a mensagem da esperança se aproxima da Paixão, isto é, da mensagem do amor, torna-se mais premente, mais grave, ganhando em severidade e em esplendor: o reino é como um Rei que fez as núpcias de seu Filho e que envia servidores em busca dos convidados.

E logo depois da advertência de que não passará aquela geração sem que essas coisas acontecessem, vem a resposta: quanto ao dia e à hora só o Pai os sabe. É preciso vigiar, manter as lâmpadas acesas, porque o reino é como as dez virgens, e o Esposo que tarda chegará no meio da noite. Depois, respondendo aos fariseus, Jesus planta o reino de Deus não aqui ou ali (isto é, no espaço) nem acompanhado de sinais (isto é, no tempo), mas no meio de nós ou dentro de nós. A justiça já veio e o reino já está entre nós.

Finalmente, esse reino que é um banquete, que é uma núpcia, nos aparecerá quando o Filho do Homem vier em sua glória: “Vinde, benditos de meu Pai: tomai posse do reino que foi preparado para vós desde a criação do mundo”.

Essa pregação da esperança parece crivada de antinomias, pejada de contradições elementares, enquanto não a soubermos receber no sentido da eternidade e enquanto insistirmos em definir o seu objeto como um acontecimento, isto é, como subordinado ao tempo, sob seu império, enquanto enfim tentarmos calcular a parusia como um eclipse.

Reduzem-se um pouco as dificuldades para nossa inteligência obcecada pelo século quando pensamos num reino de Deus em movimento sobrenatural, em marcha. O reino vem a nós, está preparado desde o princípio e já está em nós. De todos os lados nos invade, abate-se sobre nós, interpenetrando o tempo e dominando o cosmos.

A escatologia cristã não é feita do movimento dos astros ou das células, não é um devenir nem uma evolução, mas um movimento sobrenatural que vem da solicitude do Pai que preparou o banquete e mandou buscar os convidados. Se nós compreendêssemos o reino de Deus somente como uma recompensa futura (e ele o é também), a vida cristã seria uma evolução com bases moralistas. Se o reino fosse somente como um ladrão e só tivesse esse aspecto terrível de urgência, a vida cristã seria somente prontidão e espera, mas espera sem fim e contradição perpétua. Se o reino fosse somente a presença do Cristo eucarístico, como a do Cristo Jesus entre os discípulos, então a vida cristã seria uma boa prática reduzida a um rememorar saudoso, monotonamente abismado no passado.

Mas a boa nova envolve todos esses aspectos numa esfera sobrenatural imprimindo à vida cristã um singular caráter. O reino de Deus vem. A mais ardente prece que Jesus ensinou diz “adveniat” e a oração infalível do Espírito Santo diz “veni”. O céu vem. A esposa vem. Mas como seria possível imaginar o grito ardente que chama, que pede a vinda, o “veni”, sem o impulso ainda mais ardente de correr ao encontro de quem chama? Que esposo apaixonado chamaria a esposa, gritaria: vem! sem se levantar de sua cadeira, sem esticar os braços, sem atirar corpo e alma ao encontro da bem-amada? Assim também só podemos entender a mensagem da esperança na caridade, e o reino de Deus está nesse encontro impetuoso em que Pai e filhos se atiram num imenso abraço de reconciliação.

“E quando ele ainda estava longe, seu Pai o viu; e, tocado de compaixão, correu, atirou-se em seus braços e cobriu-o de beijos”.

Mas não foi pouca coisa o pecado original, e no próprio evangelho do amor, em João, o movimento, o impulso, ainda está de nossa parte preso ao doloroso “ainda um pouco de tempo”, ainda está travado como num sonho difícil e pesado. Temos ainda um áspero peregrinar mesmo depois de ter passado a Ponte pascal no corpo crucificado do Salvador. Estamos no mundo e ainda sujeitos ao tempo. E por isso a nossa vida na Esperança tem um duplo caráter, é feito também de duas partes que se atravessam, está também sob o peso da cruz.

Assim como a visão na fé se desdobra entre a paixão e a glória ou

penetra através da paixão, também a visão escatológica, isto é, segundo a esperança, se compõe de duas linhas em cruz: uma que aponta para a parusia do Senhor e outra que está fincada no chão, no nosso caminhar cotidiano. A mensagem do reino está no desejo ardente da volta do Filho do Homem e na espera paciente e peregrinante de cada dia que passa. E assim, a vida cristã está plantada no presente, é fiel ao chão, humilde no marchar, realista em relação às pedras do caminho, paciente até o calo, obediente até o sangue, mas também toda orientada para a ressurreição e para a vida eterna.

E será falso o entusiasmo que pretender se dirigir para a parusia sem ser através do cotidiano. Quando os tessalonicenses levantaram os olhos para procurar o Filho do homem sobre as nuvens, largando as redes abandonadas na areia e as ferramentas esquecidas na bancada, a palavra ardente do Apóstolo exortou-os mostrando claramente na epístola que lhes escreveu que a Esperança está presa àquele “ainda um pouco de tempo” que é o cotidiano.

Quem tentar uma escatologia romântica vivendo em êxtases “per phantasiam sed non per Spiritum Sanctum”, julgando que um bom cristão não precisa ser pontual nem fazer economias, não está sendo piedoso demais. (Quem poderia ser piedoso demais?) Estará apenas sendo fiel de menos ao reino de Deus que já está no cotidiano.

O cristão verdadeiramente piedoso tem de aceitar em toda a sua objetividade o humilde cotidiano que já é o reino: será um metódico sem sistemas, um pontual despreocupado, um organizado sem teorias. Justamente a mais extraordinária boêmia cristã será aquela que meter a pontualidade, a economia, o método, na despreocupação dos filhos de Deus. A boêmia estudantina, que é sempre mais interessante nas óperas do que na vida, é na realidade uma preocupação de não fazer certas coisas regulares consideradas como exclusivas da detestada classe burguesa, mas esse antiburguesismo está muito longe de constituir uma atitude-chave para o cristão e pode conduzir a excentricidades sem nenhum sentido. O texto sobre o lírio dos campos quer dizer despreocupação como atitude filial, como confiança infantil da petite fille de rien du tout, mas em relação ao mundo temos de ser vigilantes. A vida só é cristã quando tudo pesa na balança da eternidade, e por isso a mesa do trabalho, do mais obscuro trabalho, que não é nada, menos do que nada, se pretende ser uma atividade salvadora do mundo, é muito e pesa, se significa a aceitação da tarefa diária, a entrega do cotidiano, a preparação de um ofertório. Evidentemente, fazem-se nessa mesa coisas sem brilho e sem festa e ninguém cairá em êxtase diante dum memorando. Mas a vida não é só festa, nem mesmo para os filhos de Deus e aos pés de Deus, porque ainda temos que caminhar um pouco de

tempo carregando a cruz de Nosso Senhor.

Não adianta nada evitar o realismo cotidiano e banal com a espera de situações ideais, dum emprego apostólico, duma ocupação heróica, duma noiva total e perfeita, porque é bem possível que essas coisas não existam. Aliás, essa idéia de aguardar coisas que pesem, que valham realmente a pena de nosso esforço, é uma impertinência e uma presunção. Caíram nisso homens muito piedosos como aqueles que S. Cipriano exortava: atacados duma prosaica peste, achavam ruim porque já haviam decidido, cada um no seu foro íntimo, que queriam ser mártires... Esse escrúpulo de levar a sério um orçamento ou um horário, essa preocupação de ser despreocupado, também traduz um desejo de ser cada um o próprio autor dos acontecimentos ou então uma displicência boêmia em relação ao fluxo de fatos reais que nos vêm ao encontro cada dia. Com essa mentalidade chega-se à conclusão que é melhor não fazer nada senão formar grupos de moços alegres e piedosos que também não tenham cuidados. Essa boêmia, em verdade, ainda é simpática quando pensamos numa reunião de banqueiros ou numa comemoração cívica com discursos. Sentimo-nos bem no meio dessa gente que tem uma concepção descosida, mas ao menos não quer salvar o mundo. Mas pensando com retidão, procurando entender bem o que significa para nós a esperança, temos de repetir que a mais portentosa boêmia cristã seria ainda aquela que metesse o zelo modesto, a pontualidade, o método, dentro da verdadeira despreocupação. Dentro do reino.

O cristão tem a promessa de Deus e espera. Ora, se um pai de família espera a visita dum amigo que tarda, não deverá decerto andar dum lado para outro, à toa, sob pretexto de impaciência e de amizade, nem consentir que os filhos e a mulher fiquem tontos entre o portão e o telefone. Ele deverá “providenciar todas as coisas” e a esposa deverá trabalhar com paciência e alegria para que o amigo encontre a casa adornada e cada coisa pequenina em seu lugar. O burguês costuma também fazer uma série de coisas de fachada quando espera um hóspede que só é desejável quando lhe aumenta o prestígio, mas as suas providências são voltadas para dentro dele mesmo e para a própria glorificação.

Esperar, para o cristão, é providenciar e preparar para o hóspede, é ser vigilante como um soldado, humilde como a dona de casa, confiante como a criança. Anos atrás as crianças tinham um sentido vivo da esperança, porque gostavam muito de brincar de soldado e de dona de casa que recebe visitas, mas o mundo de idéias avançadas e mecanizadas

vai perdendo essas duas noções fundamentais, a do soldado e a do hóspede. A visita hoje é um susto que se prega nos outros; é um aparecer de repente com gritos; é um acidente resolvido por uma guinada na direção de um automóvel. Em Copacabana, por exemplo, há casas em que não se põe mais a toalha na mesa: o hóspede inopinado é conduzido para diante duma frigidaire onde se improvisam uns sanduíches americanos com um pão pedido às pressas pelo telefone. Os soldados também vão deixando de existir com sua antiga galhardia para dar lugar a uns técnicos eficientes do manejo de certos instrumentos de engenharia. O ludus infantil tenta em vão se apegar a esses tristes modelos de vida, e a Esperança cristã encontra nos corações dos adultos, cada vez mais, a raiz de nossa infância quase calcinada.

A esperança vence o tempo, mas carrega a cruz ainda um pouco de tempo. É em torno do problema do tempo, das idades, da nostalgia duma infância perdida, da insolência da mentalidade do adolescente diante dum mundo conquistado e pronto para ser comido lentamente, que se decide a posição do homem diante da promessa de Deus. Se a visão na fé nos mostra um mundo demente de orgulho diante do prestígio, a visão da esperança nos mostra o pânico, o terror, o desespero enfim, que o mundo sente na vertigem das órbitas.

Não tendo podido vencer o tempo nem tendo descoberto pelos olhos de filho, de criança, que o tempo é a paciência do Senhor, ou talvez o inenarrável frêmito da divina impaciência, o mundo abdicou diante do tempo.

Vale a pena pensar um pouco nesse problema do tempo.

Diante dessa entidade sutil que ataca fugindo, os homens de todas as épocas se perturbaram, e conforme o temperamento ou a influência, até hoje cada um procura resolver de um modo o enigma das horas: uns resolvem se enroscar no caracol do ciclo e ficam quietinhos, fingindo dormir, embalados pelas elipses planetárias, agasalhados com flanelas mornas de costumes mornos contra esse vento penetrante que vem dos pólos da Criação; outros, irritados, enervados, resolvem se entregar de peito aberto, gesticulando perdidamente como semáforos enlouquecidos. Há os tranqüilos no tempo e os inquietos no tempo. As duas soluções, porém, se interpenetram porque o tranqüilo, na realidade, não consegue dormir no seu buraco e, embora encolhido, ainda no fundo de seu coração habita um medo surdo, um pequenino terror de

bicho acuado que roda os olhos nas órbitas lá no fundo de sua toca. Os inquietos, por seu lado, também não agüentam o entusiasmo perpétuo de sua inquietação e se entregam ao torpor da vertigem.

Toda a história do mundo é um frêmito de medo diante do tempo, que passeia nas idades como um semeador da morte. Os antigos egípcios apegaram-se a uma eternidade de pedra maciça e, nos seus enormes monumentos que até hoje causam espanto ao turista, colocavam seus defuntos.

E assim, para os egípcios, quem habitava a eternidade de pedra era a morte. Os hindus freíam também num ritualismo todo burilado, todo esculpido como seus templos rendilhados, e voltavam-se para o aniquilamento, nessa borbulhante evaporação de todas as coisas. Os gregos, já no limiar da Encarnação, pressentiam um caminho para a eternidade, mas no fim deste caminho em lugar duma Porta havia uma muralha espessa onde estavam escritos os decretos do destino.

Em todas as épocas, nos climas mais diversos, os homens se dividem segundo temperamentos e influências na maneira de reagir diante do tempo. Esses são dionisiacos e dançam as horas; aqueles são apolíneos e abraçam-se aos mármore. Mas no fim a hora encontra o mármore nos monumentos fúnebres. E a Terra continua a girar doidamente em torno dum sol imenso que despenca na direção que os astrônomos marcam com um ponto nos mapas do céu.

Ora, nos tempos modernos, essa aflição do mundo atingiu o delírio. Os povos germânicos, que um dia foram cristãos, pecaram contra a esperança e se empenharam a fundo na orgia do tempo. Começaram filosofando: deixaram que o vitríolo pingasse em cima da inteligência e corroesse o ser. Passaram o comunicado dessa química às artes e a todas as atividades humanas que então descobriram a glória da embriaguez como um caminho para a embriaguez da glória. O mundo cultivou a finura da inquietação em si mesma, e os dionisiacos, agora industriais e depois guerreiros, passaram a ter razão. Qualquer poeta ou pintor, qualquer mãe de família, vai agora buscar para suas obras e seus mínimos gestos o critério mestre do antes e do depois. O antes ficou sendo ridículo, o depois tornou-se heróico. O homem passou a ser uma seta, um dardo que silva no ar, um vetor, uma força. Apregoa-se um voluntarismo violento exatamente quando o homem perdeu o apoio da vontade e pratica o heroísmo dos suicidas, e as novas gerações, cujos pais começaram filosofando mal, levantam estandartes em que o irracionalismo se veste com nomes sonoros. O evolucionismo, que parecia a mais ordenada, a mais respeitável das doutrinas, anda agora pela rua como um energúmeno, descabelado, ébrio, gritando suas

últimas tolices.

Os homens burgueses, que vivem dum palpitismo sincrético e piramidal, aceitam desordenadamente todas as mensagens do mundo, desde que sejam modernas, e como o maior desejo que afagam é a imobilidade, a fixidez, torna-se um espetáculo singular esse burguês que usa um dionisismo comprado, esse morto cujo enorme corpo enxudioso tem pequenos estremeções produzidos galvanicamente por volts germânicos.

Eles são evolucionistas, progressistas, riem-se do antes, adoram o depois, cortam as amarras da tradição viva para lançar um cabo em direção à boca escancarada do vazio. Nos magazines que compram ou fazem, gostam de contrapor quadros do antes e do depois. E sorriem com uma malícia bonacheirona de cidadãos evoluídos, porque em 1910 as pessoas tomavam banhos de mar com calças compridas. As damas, essas vêem nos chapéus que passam, nas fitas dos chapéus, um esquema das conjunções planetárias, enquanto seus esposos buscam nas folhinhas as suas idéias gerais.

Inventam também a esperança das gerações futuras e cada pai faz questão de transmitir ao filho a mensagem truncada de seus ressentimentos. Em vez de entregar os frutos de sua vida e a palavra verdadeira da tradição, os pais burgueses, na sua pedagogia ativa e ativamente impelida para o nada, ensinam irritados e entregam a mensagem estranha “do que não conseguiram fazer”. A aspiração máxima do iletrado está no filho doutor que passa geralmente a ser um doutor iletrado, e o maior desejo da mãe que foi pobre e modesta à força, está na filha que aproveite e que dance o que ela não pôde dançar. O desejo de prolongar, de continuar, faz assim os pais gravarem nas carnes moles dos filhos seus próprios espinhos, e como perpetuam o estrepe, pensam que se perpetuam.

E esses burgueses que por falta de fé respeitam o prestígio e por falta de esperança adoram o progresso, nem sabem que estão rigorosamente no mesmo plano da demência nazista, com a única diferença de serem maníacos mais mansos. Os autores dos artigos otimistas que aparecem nas detestáveis revistas americanas não sabem, realmente, não sabem, que na sua prosperidade, no seu conforto, estão fazendo o quilo do germanismo importado, estão vivendo a sesta num apès-midi d'un naziste.

O problema realmente grave no momento parece-me ser essa incapacidade de ver o sentido profundo e verdadeiro das coisas, é essa miopia que hesita diante da evidência que aparece nas faces de dois

irmãos gêmeos. E por isso o mundo cai no ridículo supremo de presenciar uma briga tremenda entre sujeitos que têm o mesmo credo e dançam com a mesma música. Brigam por equívoco e massacram-se estando de acordo nos pontos principais.

Evidentemente as democracias têm algumas frestas para a luz e estão em posição eminentemente mais justas do que os totalitarismos solidificados, mas isso acontece pela imperfeição de seus muros e não pela perfeição de seus princípios. A massa é a mesma porque em ambos os campos está fincado o obelisco que já foi cruz.

“Se não fordes como as criancinhas não entrareis no reino dos céus”. O mundo moderno não quer ser como as criancinhas para as quais o tempo só existe como a regra dum brinquedo e como a ordem duma féerie. Nunca houve tamanho massacre de inocentes como neste tempo de muitos Herodes. O século que diz ter entronizado a criança, que mais livros escreveu sobre testes, sobre psicologia infantil, sobre doutrinas de aprendizagem, tiradas aliás de experiências feitas com cachorros, na verdade, na verdade mesmo, odeia a criança. As pedagogias ativas são consideradas excelentes porque são ativas e não segundo o benefício de seu objeto. A pedagogia, por isso, nem precisa ser uma pedagogia: basta-lhe que seja ativa.

O ludus infantil, esse elemento ontológico da eternidade, é examinado na sua superfície com o microscópio duma análise empiriológica que hoje tem foros de verdade total, e depois é entregue ao ativismo funcional, isto é, à roda do tempo. Queimam a infância para ver como reage a criança, como funciona o seu corpo dócil e dependente. Têm pressa de meter um uniforme nas crianças e o falso ludus dos pátios de colégios, dirigido pelo apito do falso pedagogo, já é o começo duma mobilização. E o ludus ainda mais falso dos burgueses que renegam a infância fixando-se na idade ingrata, na adolescência sem crisma, desmancha-se na joie de vivre, que consiste em cortar as mangas da camisa para passear na praia, como se toda a praia e todo o universo fosse o seu water-

-closet de ladrilhos azuis. Mas tudo isso não os livra de serem ontologicamente desesperados. Almas de adolescentes que calcam os últimos vestígios de suas infâncias, almas de buços e com duas vozes, almas solenes que só sabem rir das partes do corpo e caem em êxtases diante das próprias idéias, eis como são, como ficam sendo, os homens sem esperança, os desesperados, que nem sabem sequer que são desesperados.

E por mais que brinquem com seus veículos de terra, mar e ar, por mais

que mostrem os dentes nas mesas dos cafés, eles não são como as crianças. E sem a misericórdia de Deus, sem fazer penitência, sem apertar os cintos e guardar as lâmpadas acesas, eles não entrarão no reino de Deus!

A Igreja, na sua esfera sobrenatural, também tem seus apolíneos e seus dionísíacos, também se diferencia como dois braços abertos, para amparar o mundo à direita e à esquerda. Desde o princípio da pregação, nos primeiros tempos do cristianismo, nasceram duas fontes de graça na Igreja visível para cercar as almas em conformidade com a diversidade em suas naturezas. E essas duas fontes são a Igreja dos sacramentos e a Igreja dos carismas, os bispos e os monges. Nos momentos mais difíceis da história eles se ampararam e trocaram entre si seus dons e é por isso que hoje os padres não se casam e os monges se ordenam. A igreja dos bispos é a hierarquia que tem o centro em Roma, na cátedra de Pedro, e pastoreia dispensando às almas o sacramento e o magistério. A igreja dos monges, enquanto somente monges, é formada da comunidade que milita sob uma regra na unidade do Espírito Santo: seu papel no mundo é o exemplo ontológico, concreto, duma antecipação do reino, da Jerusalém Celeste. Vivem à espera do Senhor com os cintos apertados e com lâmpadas acesas. Por isso pode-se também dizer que sua função no mundo é cantar a Esperança.

O mundo de amanhã, que mal entrevemos nessa aurora de sangue, ou voltará ao Cristo ou se perderá. A última colheita dos eleitos ficará então entregue à cólera paterna do Rei que manda buscar com violência os convivas nos caminhos. Mas o mundo só poderá voltar ao Cristo substantivamente, isto é, ao Cristo e não a essa aquarela esbatida que chamam de civilização cristã. E duas coisas aparecem com uma urgência inofismável para que essa volta seja realmente uma volta cristã, e para que ela seja possível. É preciso insistir, ensinar, restaurar a firmeza de pedra, de Pedro, na objetividade sacramental do catolicismo; e também, e principalmente se é verdade que o mundo sofre particularmente de desespero, é preciso colocar o monarquismo na sua base antiga, paulina, para que os povos inebriados tenham um exemplo de unidade e ouçam o canto da Esperança.

O Evangelho de João não tem como o de Mateus uma longa mensagem de esperança. Mateus dirigia-se aos judeus que tinham o problema do tempo tão vivo como o temos hoje, embora com feições diferentes. No evangelho de João a esperança entra pelo amor e começa logo com as

núpcias de Caná. E muito mais tarde, já nas vésperas da paixão, Jesus diz aos seus discípulos: “Ainda um pouco de tempo e vós não me vereis; depois, ainda um pouco de tempo, ver-me-eis novamente”.

Os discípulos o interrogam sobre esse modicum, esse “ainda um pouco de tempo” e Jesus lhes promete uma alegria que ninguém lhes poderá tirar. A esperança nesse Evangelho está abraçada à caridade e as palavras de Jesus procuram conter no amor a impaciência cristã.

O homem de Deus também é impaciente, mas em relação ao hóspede que tarda. É impaciente na parusia, mas paciente no cotidiano. Estamos no tempo, mas não somos do tempo. E como estamos no tempo somos pacientes; e como não somos do tempo somos impacientes. O cristão é realmente, segundo a esperança, vigilante como um soldado e confiante como uma criança. Cuidadoso como um soldado que o Rei mandou vigiar os confins de seu Império, e descuidado como uma criança que dorme. Nossa impaciência é amorosa porque queremos conhecer os nomes de filhos que nos estão guardados para a eternidade; mas nossa paciência ainda é mais amorosa porque é com ela que participamos na paixão do Senhor.

Somos impacientes como crianças, pacientes como soldados. Impacientes como noivos e pacientes como noivos. Não há conflito ou paradoxo entre a parusia e o cotidiano, como não os há entre o enxoval e as núpcias. Há ainda um pouco de tempo...

O tempo já não é nosso inimigo porque, se tem a medida duma separação, tem também a medida duma solicitude, e assim sacralizado na liturgia, é instrumento de redenção.

Os anos entram e saem nos arrastando para as idéias que o mundo ridiculariza; passam novos solstícios e novos plenilúnios, enquanto a Penélope paciente parece tecer e desmanchar como uma louca diante dos olhos dos pretendentes. Dizem que os ciclos de Natal e Páscoa giram monotonamente em torno dum sol alheio e distante.

Mas a Esposa paciente que gira a roca e maneja o fuso tem ouvidos finos e ouve os passos do Bem-Amado que vem correndo pelos montes. Curva-se mais sobre o pano que tece, vigia com mais zelo o óleo de sua lâmpada. Ainda um pouco de tempo, ainda um pouco de tempo...

Os monges, soldados que vigiam e crianças que cantam, curvam-se sobre a imensa tapeçaria litúrgica que paramenta os séculos e retomam o fio: Advento, Natal, Páscoa; e recomeçam cada dia: Vésperas, Matinas, Laudes; atentos como soldados, confiantes como crianças...

E a Esposa de ouvidos finos ouve os passos do Bem-Amado que vem correndo pelos montes. Ele aí vem! E cedendo à impaciência apaixonada que nada mais pode conter, suspende um momento o fuso, pára um instante a roca, esquece a lâmpada, e grita dentro do coração:

— Vinde, Senhor Jesus, vinde! Maranata!

VADE RETRO, SATANA!

É fácil para um católico começar um estudo dizendo que o mais grave erro dos tempos modernos é isto ou aquilo. A especificação fica à mercê do autor; se é filósofo, demonstrará que a maior parte dos desatinos se radicam no cartesianismo; se é sociólogo, mostrará que as cidades se prostituíram porque perderam o senso da dignidade da pessoa humana. Há uma infinidade de perspectivas possíveis, e é incontestável direito do pensador católico apontar seu espectroscópio nesta ou naquela direção.

Afirmamos ainda mais que o católico é o único homem que tem, não somente o direito, mas a possibilidade de determinar os desvios do mundo, porque possui um critério, um centro, um absoluto, uma verdade. E dessa condição singular resulta que o simples direito se torna um dever.

Existe entretanto um perigo escondido atrás desse apostolado: é preciso distinguir cuidadosamente entre a especificação especulativa do erro e a tendência para a ação prática visando à eliminação de tal desvio. Uma coisa é considerar o cartesianismo como coisa pensável e outra é considerá-lo como experiência viva que pode ser curada com um antídoto. O católico que julgasse ser praticável uma neutralização dos desvios por meio de vetores opostos, procurando armar no plano do mundo um paralelogramo de forças, estaria deixando de agir como católico. Estaria entrando na dialética interna dos erros.

Um desvio filosófico só pode ser tomado como coisa fixada na mente do filósofo, como uma experiência *in vitro*, como uma dissecação. Na realidade vivida o erro não pode ser fixado, não pode ser vivido, não pode ser imobilizado senão no instante último em que se torna morte eterna. Durante a vida, enquanto a pessoa humana interessada é presa do mundo e solicitada pela graça, o erro é movimento, é febre, oscilação, conflito. O homem não se instala num idealismo ou num materialismo

dos sentidos, mas oscila vertiginosamente entre esses dois extremos. Embora escreva doze volumes na direção de um vetor, vive na oscilação entre os opostos, preso à dialética interna do erro.

Alguns falsos filósofos do idealismo, como Hegel, e depois Marx, descobriram essa dialética interna, e alegraram-se com ela, como quem toma a vermelhidão de uma febre por sinal de saúde. Descobriram a fecundidade da contradição e esfregaram as mãos com júbilo diante das antinomias.

Realmente o erro é sempre antinômico. Um racionalista é sempre um irracionalista; um anticomunista está na mesma linha de um comunista. A tomada de posição contra um erro do mundo contém a força que aquele mesmo erro encerra em sua dinâmica. O pró e o contra se aplicam ao mesmo conjugado que gera a oscilação e o conflito.

Por isso, sempre que algum católico empreender uma cruzada contra determinado erro, se procurar no mundo a força contrária, o recurso neutralizante, terá entrado na mesma dança e terá caído no mesmo erro.

Tempos atrás, quando as ciências da natureza tiveram um acelerado movimento, correram rumores que a fé católica estava em perigo. Não somente meia dúzia de racionalistas de má vontade atacaram a ortodoxia cristã como também os próprios católicos empreenderam a defesa nesta base do cientificismo. Desde esse tempo ficou estabelecido que existe uma dificuldade de ordem científica, donde uma necessidade de a remover. No caso de um sujeito que viveu alguns anos na prática de uma ciência, está estabelecido como regra infalível que a dúvida científica representou papel de importância na demora de sua conversão. Eu teria, segundo essa regra, tomado partido a favor de Galileu ou sorrido da história de Josué: teria passado alguns anos discutindo em mim mesmo a Revelação com argumentos tirados da astronomia.

Quero testemunhar que tal não aconteceu. Não me recordo, a não ser por volta dos quinze anos, de ter pensado como uma página de Carrel ou como o padre Moreux julgava que os descrentes geralmente pensam. Talvez, em algumas circunstâncias, tenha entrado em discussão desse tipo, provocado pela dialética que pretendia me demonstrar Deus, pegando-me desprevenido. Meus brios de modesto praticante da ciência me levaram a brigar; mas brigava por brigar, por provocação, para manter opiniões, sem que o objeto importasse. Ao contrário, quando ouvia algum indivíduo afirmar que estava cientificamente provada a não existência de Deus, pelos cromossomos do macaco ou pela constelação

de Orion, achava-o imediatamente estúpido.

Hoje estou convencido de que é preferível calar-me nos lugares em que se discute com má vontade, e estou certo que o caso de Galileu, ou qualquer outro, importa tanto nessas discussões como aquela sapataria que arrancara meu amigo Afonso de sua submissão conjugal. Evidentemente, eu poderia provar que a história está mal contada e que também a revolução francesa mandou matar Lavoisier. Seria um divertido jogo, próprio para dias de chuva em Caxambu, fazer o inventário da causa ou religião que encarcerou maior número de astrônomos ou queimou os mais notáveis químicos. Tenho o propósito de não entrar nesse jogo: a idéia de bater o adversário no seu próprio plano se me afigura esquisita, uma vez que meu desejo maior é libertá-lo desse plano. De mais a mais, o jogo não tem fim.

Realmente, se alguém me objeta Deus com o sistema planetário e eu, ardorosamente, me internar em Mount Wilson dois anos, para preparar uma resposta completa, na volta, antes que eu possa pronunciar uma sílaba, ele me refutará Deus com a formiga. Depois pulará para as glândulas ou me atirárá em rosto o rito do casamento entre os esquimós. Quando eu trouxer astro, ele me pedirá inseto; e quando eu partir, e depois de longos anos voltar fatigado da cruzada entomológica, ele então, com a cruel frivolidade da castelã que mandava seu suspirante buscar o anel escondido nas fauces do dragão, me exigirá o átomo de Bohr ou a solução da obscura origem dos bascos.

Quem responder ao homem de má vontade apoiado no cientificismo está fazendo justamente o que ele quer: uma vez que respondeu à primeira pergunta tem de responder à segunda, e nessa recorrência indefinida ele não parará mais de responder. E é isso exatamente o que o outro deseja. O erro do cientificismo contra a fé não consiste somente em levantar objeções que esperam resposta mas completa-se com essas próprias respostas. O adversário do cientificista aceita sua dialética e fica preso na oscilação interminável.

Outro exemplo impressionante e um pouco mais atual é o do anticomunismo militante adotado por alguns católicos como oposição essencialmente definidora de um autêntico cristianismo. O comunismo pode ser definido ao longo de dois vetores antinômicos: de um lado é uma racionalização do mal, atribuindo todo sofrimento humano ao desequilíbrio econômico; do lado oposto, nos processos de retificação, contém um voluntarismo revolucionário irracionalista. Ora, o anticomunismo cai exatamente na mesma antinomia, porque de um lado

racionaliza o mal vendo-o totalizado no comunismo, e de outro lado adota, para a supressão daquele mal, a mística de uma ordem contra-revolucionária, igualmente irracionalista. Entram na dialética para combater os dialetas.

Os anticomunistas católicos convencem-se que pilharam em flagrante o foco inteiro de todo o mal; julgam ter descoberto, como naquela extraordinária história de Mark Twain, a pista do Dragão. Localizam histórica e geograficamente a sua caverna, e soltam brados de irritado otimismo diante da inércia de toda a cristandade que não corre a tomar parte no empreendimento policial de acorrentar definitivamente o Demônio.

Em outras palavras, repugnando-lhes o mistério, tentam racionalizar o mistério da iniquidade. Querem resolver o problema do mundo, a trágica ambivalência produzida pelo Cristo (e não por Karl Marx), que veio separar como uma espada, desejam ardentemente instaurar no mundo uma nova ordem sob rígida disciplina de internato. Jacques Maritain foi vítima desses furiosos. Seu nome andou arrastado em calúnias de um baixo jornalismo que ostentava título de cristão; sua obra foi cortada e arrumada em pedaços; palavras que ele nunca disse foram impressas como suas; sua boa face de filósofo verdadeiro, de bom cristão, foi estampada com insultos em letras garrafais. Tudo isso porque o filósofo não desceu de seu magistério, onde repetidas vezes condenou a doutrina marxista, para se alistar numa falange de energúmenos, e sobretudo porque também denunciou a dialética fascista que pretendia se servir do Corpo Místico do Cristo para uma política clerical “decorativamente cristã”. Jacques Maritain repetia em sua obra de filósofo o que Pio XI disse ex cathedra; mas como os católicos não podiam prender o Papa tentaram enegrecer a obra e a pessoa de Maritain.

As maiores seduições do mundo são as seduições da virtude; e nelas caíram os minimistas do mistério cristão sob a preocupação de uma felicidade no mundo com o preço de uma ordem, de uma subordinação, de uma moralização conseguida pela força.

O comunismo em si já representava um mal bastante grave para o mundo; direi entretanto que sua pior conseqüência foi o anticomunismo. Quem consente no plano e nos métodos do adversário, já consentiu demais. Como poderá, depois que admitiu a chatice do mundo, recuperar aquela dimensão de forma esquisita e escandalosa que foi fincada no Calvário?

A racionalização do mistério da iniquidade é uma iniquidade. O mundo que não é do Cristo, que não vive o mistério da Fé, perde também a consciência sobrenatural do mal. É lugar dos conflitos, plano de todas as dialéticas, mas ignora o verdadeiro trágico que só pode ser visto no claro-escuro da Fé. Estamos hoje a tal ponto impregnados de rousseauísmo, de psicologismo, de tal modo ligados ao conjugado composto de racionalismo e irracionalismo, que, insensivelmente, procuramos organizar um completo dossier de cada drama, enchendo-o com dados naturalistas. Buscamos razões razoáveis para o mal, explicações plausíveis para a iniquidade. Diante de cada fato chocante julgamos que a mais inteligente e sutil das perguntas é aquela do investigador: “A quem aproveita?”. Todos os crimes estão obrigados a uma lógica e acabam reduzidos a doenças ou a circunstâncias econômicas. Li há poucos dias num jornal que um homem matou uma menina de sete anos por causa de uma tangerina. A quem aproveitou? Para os gregos antigos o trágico humano estava no confronto com um destino implacável, consistia numa escatologia fechada e opressiva que calcava a vida humana de cada dia, pesando em cada gesto, penetrando em cada palavra, orientando cada passo. A encarnação e a ressurreição do Cristo vieram abrir as portas da Parusia e libertar o homem; e uma nova luz acesa no mundo revelou com nitidez o verdadeiro trágico humano, a treva que contrasta com o Cristo, o mistério da iniquidade. O cristão acha hoje ridícula a ameaça antiga do destino, acha risível a própria palavra que ficou relegada para a literatura amorosa de subúrbios, porque tem consciência de uma liberdade terrível e de uma tremenda batalha com o mal.

Mas os pagãos apóstatas dos tempos modernos reduzem toda a tragédia humana a conflitos íntimos ou a problemas econômicos. Não há nenhuma tragédia, mas mal-entendidos; não existe ódio, mas ressentimentos e recalques. Os autores contemporâneos, quando escrevem romances ou dramas, têm um imenso trabalho, apelam para mil finuras, procuram o concurso de mil circunstâncias, antes de consentirem na realidade brutal do ódio. Estão longe da grandeza de Shakespeare e da clara simplicidade da Branca de Neve. A filha do rei Lear tinha ódio; a rainha madrasta tinha ódio. É verdade que parece fácil explicar, até para uma criança, que a razão daquele ódio era a inveja; mas é justamente a clareza desse motivo, ou antes sua escuridão, que falta em nossa mentalidade apegada ao psicologismo dos conflitos internos. A inveja não é um conflito psicológico, mas um pecado mortal, uma ofensa dirigida para fora, atirada em cima da Suba Objetividade, através da face do próximo.

Tempos atrás, na era prodigiosamente cretina do romance naturalista, o mais surpreendente aspecto dos esforços dum Zola ou dum Flaubert

pode ser definido como uma impotência diante da perversidade. Lembro-me também, comovido, do nosso Eça de Queirós. É tocante e ridículo o que ele faz, as voltas que dá, a série de pretextos circunstanciais e naturais que busca, a soma de motivos que organiza, para que sua triste e vazia Luísa caia em adultério! Esses perversos não conheceram, não suspeitaram sequer, que estavam muito aquém da verdadeira perversidade. Do mal só viam o conflito, a oscilação psicológica, a doença, e atrás disso viam com cândido otimismo, com pusilânime humanitarismo, uma bondade natural que um dia todos atingiriam desde que o mundo resolvesse melhor seus problemas de higiene e economia. Foram profetas que pregaram, com cólera efeminada, o advento do reino dos imbecis.

Na hora de filosofar podemos e devemos tratar dos erros do mundo e é perfeitamente legítimo especular sobre esses erros, escolher certas perspectivas, analisar, isolar uma linha que começa em Descartes ou em Occam; mas na hora de viver sabemos que o mal é um mistério, e que não existe nenhuma força no mundo que o possa neutralizar. Todos os erros do mundo se opõem ao Cristo; mas aí não há uma dialética, um conflito, porque o Cristo não se opõe a esses erros: Ele já os venceu.

Alguns escritores modernos, discípulos de Kierkegaard ou Unamuno, ou pelo menos impregnados da filosofia dos contrários, têm procurado analisar um fenômeno que chamam de conflito ou agonia dos católicos. Ora, esse fenômeno não existe. Na pessoa dum sujeito que confessa o catolicismo pode ter lugar, e até admito que isso seja freqüente; mas esse fenômeno só existe na medida de uma insuficiência, isto é, no momento em que o sujeito se desvia do cânon cristão. O núcleo ontológico da vida cristã está metido numa batalha, empenhado entre os pólos da vida e da morte, entre uma extinção e uma exaltação; cada vida cristã é uma crucificação que dura sessenta anos.

Mas a essência mesma dessa vida, enquanto cristã, não é dialética. Seria o mesmo erro dizer que um parto é um conflito: realmente ele se passa entre dores, realmente as últimas dores têm um papel preponderante na dinâmica do parto, mas seria uma estranha concepção ginecológica atribuir às dores o mérito do recém-nascido.

É comum dizer também das artes que o conflito é o verdadeiro autor, sinônimo de fecundidade, motor de todas as obras. Há muita obra de arte que não passa disto e que se afirma como a continuação de uma luta interior e que ostenta assim uma beleza conseguida pelas marcas do fórceps.

Quanto à vida da inteligência, o mundo moderno, cartesiano impenitente, julga que seus fundamentos estão na dúvida filosófica e daí resulta pensarem alguns comentadores do catolicismo que nossa fé começa também assim e que nós nos gloriamos nessa vibração íntima, nessa discussão interior que consegue, à custa de certa disciplina, produzir o fato exterior de uma vida piedosa. É preciso insistir muito neste ponto: para nós o fundamento da inteligência não é a dúvida, mas a absoluta certeza. Depois dessa certeza vem então uma dúvida feita de prudência, vêm os problemas de consciência, as hesitações de que nossa vida está cheia. Há uma prodigiosa diferença entre as duas posições do problema. Imagine o leitor que está prisioneiro numa cela escura; se é cartesiano, põe-se a duvidar que exista uma porta de saída ou até que exista a própria cela, e conforme o temperamento, ou soltará gritos de desespero batendo com a cabeça nas paredes, ou se sentará no chão confortando-se com o crer em si mesmo; se é cristão e tem fé, sabe com absoluta certeza que existe uma porta, com uma certeza que excede sua visão e sua inteligência, sabe que existe saída porque ouviu e tem absoluta confiança na boa notícia, mas apesar disso ainda tateia, ainda hesita, ainda caminha no escuro e esbarra nas paredes. A dúvida cristã não ofende a objetividade, mas se interpõe em nosso caminho obrigando-nos a uma prudência em todas as nossas obras.

Os psicólogos que se esforçam por meter a fé entre os seus fenômenos imaginam que vivemos duvidando de Deus em cada minuto e que a resultante exterior depende de uma vitória interior da vontade sobre a inteligência. Se um de nós lhe disser, ao psicólogo, que passamos nossa pobre vida sem duvidar um só minuto, ele pensará que estamos nos gabando. Mas não estamos; ao contrário, estamos gemendo sob o peso de uma cruz; estamos carregando um mistério, uma objetividade que nos excede, e nossas tristes obras vão saindo com marcas de iniquidade. É nessa desproporção que reside a verdadeira tragédia da vida cristã.

O cristianismo não trouxe ao mundo um sistema de coordenadas, uma coleção de vetores, de amarras, para neutralização dos erros do mundo. Não é uma doutrina de contrários. Nos problemas práticos de moral e prudência podemos usar os enunciados negativos, os don'ts, em oposição às práticas do mundo; mas cada um desses enunciados, para ser verdadeiramente cristão, deve estar ligado a um núcleo ontológico, a uma suma realidade que é o Cristo. E como a tendência moderna é dialética, nunca será demais insistir nesse assunto e procurar, com extremas precauções, evitar formulações que vão ao encontro do equívoco que o mundo espera.

Nesse sentido tenho uma pequena restrição a fazer ao esplêndido livro de Amoroso Lima, *Mitos de Nosso Tempo*, onde o autor examina, um por um, os oito mitos dos tempos modernos. Quero me referir aos “contra-mitos”. O autor faz logo no início do seu capítulo XIII as ressalvas necessárias para que a expressão não possa ser tomada no sentido elementarmente dialético. Diz assim: “O sentido em que emprego a expressão contra-mito não é o de um mito-contrário e sim o de contrário de um mito”. A ressalva é boa e mostra o fino cuidado do autor, mas devo dizer que assim mesmo não satisfaz inteiramente, dada a tendência que a mentalidade moderna tem para o paralelogramo de forças e também porque a idéia de oposição a cada mito, um por um, como o fez o autor, não deixa de ter um fundo dialético. A oposição, especificada, aplicada a uma determinada coisa, exige uma conaturalidade, uma coplaneidade. Em nada essa observação escurece o valor da obra porque se aplica somente a um esquema de valor didático e não ao conteúdo próprio do texto; foi na maneira de arranjar o capítulo que Amoroso Lima armou seu diagrama vetorial e fez sua pequena dialética. Para evitar esse inconveniente seria preferível dizer que o cristão tem um único contra-mito que é o mistério, que não se opõe a cada mito do mundo, mas a todos segundo o absoluto de uma pertencença. É a presença real de uma nova categoria que torna o Mistério cristão um contra-mito absoluto: sai do plano do mundo estando fincado nele; é como a escada de Jacó, que estabelece um nexo entre a guerra e o céu; é uma corrente viva entre as realidades do mundo e as realidades sobrenaturais que são excessivas para nossa razão.

Nesse esquema não seria impossível a análise de cada mito para mostrar a possibilidade de uma cristianização de todos os anelos naturais do homem. Bastaria entrar com aquele absoluto de pertencença em cima dos valores dos mitos. De fato, esses fenômenos existem como espécies de sombras no mundo; para que tenham sentido, basta estabelecer a ligação com a realidade do corpo. São as virtudes loucas de Chesterton, as virtudes fantomáticas, as sombras chinesas projetadas no chão. E é evidentemente louco o homem que baseia sua vida em sombras, em vez de olhar para o alto e procurar o corpo que as produz.

Cada um daqueles mitos ou é do Cristo e deixa de ser mito, ou não é e não passa de sombra. O que falta a esses mitos não é um equilíbrio, mas um conteúdo ontológico, a participação de uma realidade, a pertinência a um logos.

Da discussão nasce a luz, diz um lugar-comum. Esse é também um pensamento de dialeto que vê na estreiteza duma fenda na rocha, não a

dificuldade, mas a própria fonte. A luz só pode nascer no objeto luminoso e a discussão só pode dificultar a chegada do raio luminoso no sujeito. Se eu fizer uma preleção de meia hora sobre os progressos da luminotécnica com o emprego das lâmpadas de gás, duvido que os ouvintes se sintam mais iluminados do que se eu apertar simplesmente um interruptor. O elogio da discussão se baseia na idéia de ser necessária a interposição, entre o sujeito e o objeto, de um segundo sujeito e que somente desse dualismo de sujeitos, dessa possibilidade de dialogar, sairá a realidade plena do objeto. Esse fenômeno é mais uma vez a substituição da verdade pela opinião. Uma coisa em que dois sujeitos estiverem de acordo é mais verdadeira por isso ou só é verdadeira entre eles por isso. Daí nasce o mito, que é uma coisa sobre a qual muita gente está de acordo mas que não importa se corresponde a alguma objetividade absoluta.

Os contra-sensos da dialética são monótonos, e por qualquer aspecto em que se tome a questão chega-se a resultados parecidos. Deixa-se o mito para se falar na discussão e surge o mito como resultado. Começa-se a falar em luz e acaba-se falando novamente em opiniões. Dirá o leitor que estou obsedado por duas ou três idéias e que por isso elas me voltam sem cessar; mas defendendo-me; quem está obsedado não sou eu, é o mundo não-cristão que insiste em ver na dialética, na contradição, no subjetivismo, na discussão, as raízes de sua sabedoria.

Essa obsessão ataca às vezes os próprios católicos que passam a pensar também que da discussão nasce a luz e por isso se julgam obrigados a discutir sua doutrina pelas esquinas da descrença como uma forma de apostolado. Nesse modo de pensar, cada um de nós não teria sossego; teríamos de conhecer todos os ramos da ciência, prever todos os aspectos da má vontade, para saber em cada ocasião como responder ao bote do adversário. Teríamos de ser esgrimistas da verdade cristã, conhecer lances secretos, e saber manejar, melhor do que ninguém, o florete da retórica.

Dias atrás, um indivíduo medianamente instruído, um médico de algum renome, vendo em minha estante uns poucos volumes de Teologia, perguntou-me com toda a sinceridade se eu não corria o risco de perder a Fé na leitura daqueles tratados. Na sua idéia, que talvez ainda hoje guarde como uma de suas mais robustas convicções, religião é fervor voluntarista metido dentro dos nervos ou nascido nas disposições fisiológicas do sujeito. O homem de fé, nesse esquema, é aquele que pega em si mesmo pela orelha e se leva aos lugares do culto. De um dia para outro, por causa de um resfriado que produza um relaxamento no tônus da vontade, acordará sem fé, como quem perde um guarda-chuva.

É fácil compreender que nesse caso o indivíduo deveria realmente se abster de leituras e reflexões, que iriam meter uma perigosa cunha na sua tensão interior. Eu deveria ter respondido àquele médico dizendo-lhe que ele não me teria feito a pergunta se tivesse lido os tratados que tanto o alarmavam ou se ainda tivesse alguma lembrança de seu catecismo. Ficaria sabendo que a fé vem de Deus, como virtude que nos veste, adaptando-se à nossa natureza, retificando-a, servindo-se dela para a frutificação das obras boas.

O meu interlocutor, entretanto, receberia a resposta como um enxadrista recebe o lance do adversário, isto é, cairia em guarda desconfiado e combativo. Diria que restava provar, justamente, a objetividade da Fé e que a resposta do livro não é mais do que o disfarce de um fenômeno subjetivo. O próprio autor do tratado teria pegado em si mesmo pela orelha e se sentara para escrever. E nesses termos eu não vejo como seria possível continuar a discussão com proveito.

A luz não nasce da discussão. Santo Ambrósio disse que o pecado entrou no mundo porque Eva discutiu o Verbo Eterno e dialogou com o tentador. Há também no evangelho de São Mateus uma passagem que sempre me surpreendera: Simão Pedro tenta discutir a Paixão do Senhor e ouve uma palavra terrível do Cristo — Vade retro, Satana!

A resposta parecia-me desproporcionada, irritada, porque afinal de contas Pedro tinha falado no próprio interesse do Senhor Jesus, tentando poupar o seu sangue. Mas agora vejo que Simão Pedro estava fazendo dialética diante da Paixão. Mais tarde o mesmo Pedro quererá discutir o Lava-pés, e é novamente advertido que não terá parte no Reino se insistir nas suas opiniões pessoais.

Não se deve porém concluir, pelo que disse acima, que nós afirmamos um fervor irracionalista e que nos faltam palavras para ajudar o próximo em suas dificuldades intelectuais. Afiançamos, ao contrário, com todas as nossas forças, a credibilidade do dogma; sustentamos que a inteligência humana é adequada à Fé; garantimos recursos para esclarecer e ensinar. Vamos ainda mais longe, afirmando que os católicos possuem o único recurso.

Exigimos porém a boa vontade para que nossa conversa tenda para uma conversão, para que a nossa pedagogia não se transforme em pingue-pongue de malícia. A condição indispensável para a transmissão duma palavra cristã é o desejo verdadeiro de ouvir.

Essa é aliás a condição de qualquer pedagogia sensata; a técnica moderna da chamada escola ativa, em que o agir é o próprio processo

pedagógico, é um absurdo. Todos sabem, segundo o senso comum, que só é possível ensinar quando o mestre fala e o discípulo ouve com boa vontade. Depois virá a ação como frutificação da palavra. Primeiro, o discípulo recebe passivamente a palavra, obediente, ob-audiente, e em seguida usa-a, vive-a, tira dela seus atos e suas próprias experiências. O mais ativo dos homens, o soldado, é no princípio o mais passivo dos homens; na base da mais extraordinária façanha está uma palavra que foi ouvida, recebida em silêncio e com boa vontade. A escola nova, firmada no primado do agir sobre o ouvir, traz à mente imagens inquietantes. Imaginemos, por exemplo, um regimento tão ativo e tão impetuoso que parte corajosamente antes de ouvir a palavra do estado-maior; irá marchando com imenso patriotismo, mas não saberá exatamente onde levar tão alta virtude. Não saberá onde ir. A pedagogia moderna também não sabe onde ir, e para que os bons pais de família não desconfiem dessa indeterminação, falam em termos de pragmatismo, que é uma espécie de língua dos pp em filosofia.

Qualquer transmissão de experiência viva, qualquer magistério, só pode funcionar com o primado da palavra e por isso qualquer pedagogia tem de ser fundamentalmente passiva. Esse vocábulo é considerado hoje obsceno; mas para um cristão ele tem o mais elevado sentido e com ele afrontamos o ridículo do mundo, porque toda nossa vida consiste em ser com-passiva.

Um dia, como já disse em outras linhas, voltarei a esse assunto se Deus mo permitir; agora quero insistir que temos uma palavra para transmitir e que é eminentemente inteligível. Para aquele médico eu também tinha uma palavra a dizer, mas não posso dispensar a condição de querer ouvi-la. Uma boca que fala precisa de um ouvido que se incline para ouvir; quando o ouvido foge, não posso sair correndo atrás dele, e a única coisa enorme que me sobra é apelar para Deus e atirar uma oração por cima dos telhados. Na falta do diálogo em conflito, da discussão girando em torno da má vontade, sobra-nos o imenso diálogo da boa vontade voltado para Deus.

A liturgia cristã é esse imenso diálogo. A oração oficial da Igreja não é apenas uma lamentação de esposa abandonada: é o diálogo do perfeito amor, da perfeita boa vontade, a prática entre noivos que esperam o dia das Núpcias. Toda a comunidade cristã fala pela boca da Igreja e ouve, no mistério da fé, no silêncio, o Verbo do esposo. Não há nenhum conflito no Mistério, nenhuma dialética, a menos que se conserve o termo no sentido clássico; o que há é preparação das bodas do Filho do Rei e milagre do pão e do vinho.

A vida cristã tem o seu centro perfeito na liturgia da Santa Missa e deve continuar no mundo, em relação aos homens que encontra pelas ruas, secos de fé, o mesmo diálogo da boa vontade.

O médico estava enganado quando dizia que a leitura poria a Fé em risco e que nossa inteligência de cristão anda curvada sob o peso da pressão voluntarista que nós mesmos geramos em nossos nervos. Nossa inteligência anda efetivamente curvada, mas sob a carga do próprio Verbo, sob a esplêndida paramentação de glória que nos esmaga e que mal podemos carregar. Nossa sabedoria é uma cruz. Não podemos nos envaidecer de termos razão; mas podemos nos gloriar de termos excessivamente razão. A inteligência cristã não é deformada por uma paixão; mas retificada, clarificada, por uma compaixão.

Nem sempre agüentamos agir em concordância com as palavras autênticas que pronunciamos no diálogo da Missa, e somos todos um pouco como os fariseus de quem o Senhor dizia: “Façam o que eles dizem e não o que eles fazem”. Esse texto não é irônico e somente alusivo à hipocrisia dos fariseus, mesmo porque não há palavra evangélica que possa ser tomada somente com esse sentido negativo. Todos nós estamos na situação triste que mereceu a divina advertência; temos a palavra, recebemo-la, carregamo-la plasticamente, mas nosso agir não guarda a santa proporção. Ao contrário do que supunha o médico, é a nossa vontade, como elemento humano mais gravemente atingido, que se debate e esperneia sob o aguilhão do Verbo.

Nossa inteligência encontra no magistério da Igreja o melhor, o único alimento, inteiramente assimilável. A alegria da inteligência é tão clara, tão consciente, que podemos dizer ousadamente que essa é a única recompensa imediatamente sensível, reconhecível, inconfundível, que nos vem da fé. A luz sobrenatural é como uma vela acesa numa escuridão; sem dúvida vemos somente sinais, linhas de luz e manchas de sombras; mas já vemos.

Nós temos razão; a fiança não vem das convicções, das palavras que achamos por nós mesmos, destas que agora escrevo na melhor das intenções, mas somente da palavra autêntica que nos veio de Deus pelos profetas e que na encarnação desceu em nossa humanidade. Nós temos razão; temos o melhor magistério, o único; a melhor filosofia; a única doutrina. Temos uma boa notícia para todos. Mas como transmiti-la com fidelidade às pessoas que têm má vontade de ouvir? Discutindo, ficaríamos a vida inteira; respondendo ponto por ponto, morreríamos formulando a penúltima resposta. E mesmo que conseguíssemos obter

de um indivíduo que concordasse em alguns pontos com as opiniões de Jesus Cristo, só conseguiríamos o magro resultado de mais um protestante no continente americano.

Como poderíamos falar no cristianismo escondendo o Cristo, guardando-o como mágico para o truque final? Como convenceríamos alguém de se casar mantendo-o cautelosamente longe de saias? Consentir na dialética, isto é, nas armas e no plano do adversário, é na verdade consentir demais; como passar depois para a nova categoria, como meter tudo na nova pertencença? Haverá um meio-termo entre o que é e o que não é? Como fazer convergir para a realidade sacral do Cristo por meio de uma apologia divergente? O problema parece não ter solução. E esse é, no entanto, o mais grave problema de nossa vida: a cada instante encontramos alguém que vem ao nosso encontro, vivemos entre amigos, em família, temos encargos de ensinar, aparecem mil ocasiões de falar. E então? Será realmente impossível? Teremos de andar sempre calados, metidos em buracos, escondidos nas sacristias? Não haverá nada que possamos dar, nada para entregar aos outros, semente nenhuma para espalhar na cidade onde impera o vozerio de um milhão de bocas sem verdade? Se negássemos esses deveres estaríamos negando o nosso próprio apostolado, e a ele fomos incitados pela palavra do Cristo e cada dia o somos novamente depois do *Ite da Santa Missa*.

O sacrifício da Missa é a fonte viva da boa vontade e é nela que podemos encher nossos corações para que no mundo nos transborde em palavras e boas obras. Esse é o nosso apostolado: carregar a bondade de Deus e levá-la entre os homens. E, para preparar os caminhos para a Fé e para a Esperança, nós temos somente essa coisa enorme, essa virtude de Deus, buscada no seu Corpo, enraizada no Sagrado Coração; temos a Caridade, a maior das três que vai na frente, como criada de servir, preparando os caminhos das virtudes menores...

A MAIOR DAS TRÊS

Certas pessoas, quando vão tratar de assunto grave, em conferência ou por escrito, adotam um estilo repassado de modéstia para declarar que são incompetentes e indignas, mas, depois desse aviso, entram em matéria enchendo páginas ou horas com a ênfase satisfeita de suas convicções. Esse procedimento é perfeitamente ridículo, porque quem se considera indigno deve calar-se; e é isso que faz o cristão quando declara

que não é digno: cala-se e deixa que o Verbo de Deus fale por ele, ou entre em sua boca como um pão.

Abrindo este capítulo, onde quero dar um testemunho da Caridade, da mais alta virtude que vem de Deus, a primeira sensação que me assaltou foi a de um terrível acabrunhamento; mas logo a seguir tive a alegria de descobrir que esse é o mais fácil dos testemunhos porque a mais alta virtude é justamente aquela que desce mais baixo e nos alcança sempre.

A Caridade está em toda a parte. Encontramo-la em todos os lugares e em todas as horas. Ela é paciente; suporta o mundo sem Fé; corre atrás do mundo sem Esperança. Persiste, agüenta, esconde-se para servir e mostra-se para ajudar. Está aqui, está ali, não se cansa, não se irrita. O mundo é um abismo de Caridade; é um vale de lágrimas, das lágrimas da Caridade.

Está em toda a parte. Onde houver face de homem, onde se ouvir uma palavra, apesar dos rictos das paixões e dos acentos estridentes da mentira, há uma coisa que se mete de permeio, que insiste e teima.

Eu a vi nas ruas, nas faces convencionais e tristes, nos gestos travados, nos sorrisos amordaçados, no olhar que se desviava, na palavra que se engolia. Vi-a nos lugares áridos e nas circunstâncias mais banais. Uma velha desconhecida que cai na minha frente e me olha espantada de ter caído, um tenente que escancara a boca para mostrar o dente cariado, um Edmundo que oferece cigarros em volta entre aforismos sobre a sociedade sem classes, tudo me falou duma presença absurda que nos incitava a uma imensa e total reconciliação.

A Caridade é boa. O mundo pode perder a Fé e a Esperança, mas não perde a Caridade porque a Caridade não perde o mundo. Não o deixa, não lhe poupa um recanto, como dona de casa que anda solícita e cuida de todos os vãos, arrumando, varrendo, adornando.

Não recua diante dos maiores horrores, não se scandaliza com os mais graves vícios. No tratkir infecto, onde Marmeladoff, entre arrotos de bêbado, contava como prostituíra a filha, e onde Raskolnikoff premeditava assassinar a velha usurária, ainda uma grande e viva Caridade se interpunha, se sentava na taberna, estabelecendo entre os dois decaídos um elo de simpatia, uma paciência de ouvir e uma generosidade de falar.

E onde gente de letras discute com pedantismo literário, pelo gosto de ouvir cada um o som da própria voz, a Caridade se mete; basta acontecer alguma coisa, interromper-se um momento o artifício da polêmica para

que um braço se estenda ou uma palavra boa se diga.

A Caridade está alastrada no mundo; pisada aqui, renasce acolá. É impossível evitar sua perseguição tenaz e branda. Se as portas estão fechadas, por medo dos ladrões, ela entra pelas frestas como um vento, instala-se num canto — criada humilde pronta para servir, mãe amorosa atenta para amparar. Fica quieta; espera; é paciente, é boa. Sabe que mais cedo ou mais tarde terá feridas para pensar. Quando é enxotada, volta; quando é insultada, perdoa.

Às vezes arrastam seu santo nome, por derrisão, nos lugares onde o pobre é escarnecido pela filantropia: nem assim, nem diante da usurpação e do ridículo, ela recua. Está ali mesmo, fica. Até nas próprias instituições de caridade a Caridade agüenta permanecer. Sua ironia é assim, de mãe.

Dois amigos que se encontram são companheiros de jornada, andam juntos os primeiros passos de uma expedição; sentem-se impelidos para uma maravilhosa aventura. As grandes viagens que os homens fizeram, por mares e desertos, não visavam, senão em aparência, a descoberta de um pólo ou de um vulcão. Todos os aventureiros procuraram um tesouro escondido: pólo de formidável magnetismo, vulcão de lavas muito ardentes.

Os amigos que se encontram são bandeirantes da Caridade de Deus. São peregrinos. Sentem no ar um cheiro penetrante de mar largo, um odor forte de cavaliças, um aroma de bosques orvalhados: sentem o perfume da Vinha do Senhor.

Amigo! De onde virá esse cheiro de vinho quente e capitoso? O cheiro não dessedenta... Amigo! Não queres começar agora mesmo essa caminhada de aventura, em busca da fonte viva da Caridade de Deus? Iremos juntos conversando; pararemos onde houver frutos e sombras, bateremos de porta em porta como mendigos; perguntaremos aos homens dos caminhos até descobrirmos onde fica a vinha do Senhor, até encontrarmos a pedra do lagar que o sangue do Justo avermelhou!

A Caridade não é fina, não faz cerimônias, não tem meias medidas. Não tem mãos de fada, mas mão pesada de mãe e de enfermeira. Seu hálito é quente, seu contato é espesso. Desce em nossa carne, tem cheiro, é palpável, e nada achou melhor do que entrar no pão para ser comida.

Os amigos que se encontram gostam de apertar as mãos, precisam apertar as mãos; e quando se abraçam, ficam grudados como se um fosse a cruz do outro. A amizade exige essa crucificação, o calor, a força, o contato. E quando o amor humano se completa no sexo, a Caridade empurra os noivos a se provarem pelas bocas, e os esposos a se colarem pelas feridas de uma mutilação.

A Caridade não gosta de abstrações, de idéias gerais, mas de vinho e de pão; de carne e de sangue. Não entende de instituições, mas de contatos vivos. É corpo que se entrega e sangue vertido pelos amigos; é beijos nas escamas dos leprosos e saliva misturada com terra dos caminhos...

A Caridade é a luz que nos revela a coisa mais extraordinária do mundo: o outro. Nem sempre conseguimos essa prodigiosa banalidade, e no meio da multidão sentimo-nos isolados, únicos, como se todas as pessoas que vemos não passassem de meras sombras, de sinais saídos de nosso interior. Mesmo em família ainda cada um tem uma significação relativa ao nosso eu. Esta é minha mulher, aquele é meu cunhado. O que eles têm de próprio, de diferente, contribui de certo modo para o pitoresco do mundo que é o meu mundo. A boa educação ensina a respeitar os gestos e as palavras dessas pessoas, dentro de um limite razoável, sendo uma espécie de treinamento numa pista de dificuldades. Assim como aprendi a me desviar dos postes e a segurar no corrimão da escada, aprendi também a dizer “com licença” e “faz favor”. As pessoas são como pedras, como troncos de árvore, como acidentes em meu caminho, ou então são coisas de mim mesmo que circulam fora de mim para melhor me servir. O eu fica no centro de um universo escuro, em volta estão os corpos tributários: este traz-me o café, aquele a carícia. Há uma continuidade entre tudo e meu eu, uma ligação, como se eu estivesse mergulhado num banho tépido formado pelo universo inteiro.

A luz da Caridade opera uma separação; põe-nos diante do outro. Separa-nos para nos livrar da insuportável solidão. Os maus poetas que só conhecem o amor erótico, não sabem que o verdadeiro amor separa, e que separa de um modo perfeito. A união da amizade não é um aniquilamento de um no outro, mas o esplendor de uma separação. Os amigos não se desmancham, os santos não se dissolvem, mesmo diante de Deus, mas reúnem-se de mãos dadas e cantam o mesmo louvor, cada um com sua voz, separados e reconciliados. O modelo perfeito do amor é a Santíssima Trindade onde as três pessoas se amam numa perfeita separação.

A suma objetividade do outro tem agora o título de próximo, esse que

amaremos como a nós mesmos, e é a suma objetividade iluminada com a nova luz. A maior dificuldade no problema do convívio reside na falta dessa luz que revela o outro, e daí vem aquela palavra de Machado de Assis: “A vida é uma série de cachações...”. Vivemos esbarrando no próximo porque não nos ocorre, na espessura de nossa escuridão, que ele tenha direito à objetividade, que seja o outro, que esteja à nossa direita, que pare em nosso caminho, que seu braço se atravessasse ou seu calcanhar se retarde.

Quando a escuridão se ilumina com a penumbra do amor humano, os vultos fantomáticos nos assombram e os gestos que fazem nos chocam por serem tão discordantes dos nossos. Quereríamos que as sombras fossem nossas sombras. No fundo de uma caverna, convivendo com sombras, a fosforescência de nosso olhar erótico tem qualquer coisa de felino, solitário e famélico. No amor carnal, que não tem a transparência da amizade sem sexo, a brutalidade do cachação é ainda mais trágica. Esbarramos em sombras compactas, pesadas e mornas. E cada um quer devorar o outro numa luta febril, num corpo a corpo mudo e obstinado de dois cegos que se atravancam num caminho estreito. Os corpos estão diretamente interessados nessa luta, os princípios da geração da vida quase se confundem com o princípio da conservação pelo alimento. Um quer comer o outro; o sexo e a fome se embaraçam, se interpenetram, produzindo equívocos graves e vergonhosos. Uma dúvida paira nesse momento entre o primado do indivíduo e a soberania da espécie.

Na penumbra do amor humano, a vida conjugal é dolorosa como se os dois corpos estivessem colados por chagas vivas. Quando um mexe o braço, dó a ferida do outro. Se a dor se torna excessiva, dizem que há incompatibilidade e apelam ambos para o bisturi numa separação porque não conheceram a verdadeira separação.

A grande dificuldade do matrimônio está nesse ponto crítico: em reconhecer a dignidade numa separação que confere ao outro o título sobrenatural de próximo e o título sacramental de esposo. Falta luz; falta a Caridade que é como uma vela acesa. O marido, cheio de razões, não admite que a mulher fale de certo modo, tenha tal tique ou qual mania. Que sua maneira de andar, de partir o pão, de atender o telefone, seja a sua maneira. O confronto diário, entra ano sai ano, é insuportável para cada cônjuge, se não existe a atmosfera fina que separa e determina a realidade terrível e amável do outro. Cada um se procura a si mesmo na face que lhe fica em frente, e, nos dias piores, fica desvairado, atormentado, enlouquecido, como homem que visse no seu espelho uma imagem absurda, diferente da sua, a fazer gestos disparatados e femininos.

Também o amor materno, que fez a violência de rachar o corpo ao meio, em grandes dores, para dar à luz, isto é, para se separar, muitas vezes se arrepende freneticamente e volta-se contra o filho com um vampirismo monstruoso que se prolonga pela vida inteira. O primeiro gesto maternal de agarrar o filho ao colo já é uma mistura de amor e de avareza. Mais tarde serão agasalhos, conselhos, solitudes, que tentarão se interpor para tirar a luz depois de ter dado a luz. E, quando o filho se aproxima da idade das núpcias, podendo em cada instante descobrir pelo amor a prodigiosa objetividade da noiva, a mãe devorante se multiplica silenciosamente, cerca, abafa, agasalha, transforma-se ela toda num enorme útero, tépido, escuro, palpitante.

O mundo é triste por causa da Caridade. Quando, num clarão de amor, reconhecemos o outro, no amigo ou na noiva bem-amada, toda nossa alma canta um aleluia, e dentro de nosso coração nos sentimos salvos. Estamos salvos. Agarramo-nos àquela tábua, seguramos o braço que se estende, abraçamos, beijamos, e com lágrimas de alegria, com gratidão de amigo ou de noivo feliz, repetimos dentro de nós o mesmo cântico dos cânticos: estamos salvos! O encontro na amizade e no amor nos livra da escuridão, da solidão, nos livra de sermos nós, cada um de nós, o centro solitário de um universo vazio e ruidoso.

Mas o mundo é triste por causa da Caridade; sem ela seria seco como a cinza, mas não seria triste. Logo depois do encontro vêm as decepções, e quando começam, logo se multiplicam. Uma puxa a outra. As pessoas que se julgam razoáveis pasmam diante do sofrimento atroz que a faina do próximo nos traz; escarnecem o exagero da dor como já tinham escarnecido o exagero do amor. E essa meia sabedoria usa as palavras dos salmos: “É infeliz quem confia nos homens...”. Mas ainda é mais infeliz quem não confia! É realmente incrível que alguém confie em alguém; que casais se casem; que amigos andem juntos sem olhares oblíquos para os gestos que o outro faz; tudo isso é incrível porque a experiência milenar demonstra que esse fenômeno é transitório e que a decepção é a verdadeira regra desse mundo. E quando chega a hora em que o mundo tem razão, quando perdemos um amigo num mal-entendido e vemos o velho rosto, conhecido entre mil, crispar-se de má vontade, ficar duro de rancor, ou quando a lividez cobre devagar a face de uma esposa, então nos sentimos perdidos... Salvos há pouco; perdidos agora. Apostáramos demais.

Poucos dias correram entre o momento da salvação e a hora do desespero, e esses poucos dias foram mal empregados. Logo depois do clarão do primeiro encontro, passamos a morar no convívio das

sombras, no regime triste e monótono dos cachações.

O mundo nos aconselha a não crer no amor. Será um epifenômeno, uma mentira das glândulas; uma ressonância de opiniões; uma concordância de peles e de cheiros. Aparecem pedagogos e sociólogos pedantes para nos propor uma solidariedade de camaradas humanos na base de uma tolerância que respeita tudo no outro, exceto o que ele é. Para evitar os cachações dos muitos corpos atirados no estreito vale de lágrimas, instituem-se regras especiais de bem viver, regulamentos, leis sociais, boas educações, moral, civismo, para que as sombras circulem na caverna escura sem atritos de mais e saibam dizer umas às outras:

— Com licença, com licença...

A reconciliação, que a prudência do século nos propõe, baseia-se no artifício, na tática, na tolerância, no respeito às opiniões; baseia-se no desconhecimento do próximo. Quantas vezes já ouvi conselhos ditados, da piramidal altura dessa meia sabedoria, a jovens casais que se desavêm! Damas conhecidas em homens, cavalheiros espertos em conveniências, ensinam que tudo se obtém do próximo à custa de uma habilidade especial em desviar o ombro para evitar o cachação. Nos jornais, as seções dedicadas às mulheres são infalivelmente arquitetadas com sentenças da mais moralizadora pornografia. Tudo são preceitos de esperteza feminina, manobras para conseguir em casa a perfeita harmonia.

O mundo está cheio de conflitos, é um campo de batalha ininterrupta, e um pátio de misérias sem fim: mas a pior coisa do mundo ainda é a sua reconciliação.

Quando ficamos zangados com alguém, deixamos de lhe falar. Nem sempre negamos a presença; poderemos até, por polidez, encontrando-o na rua ou em casa de amigos, fazer um aceno, ceder passagem, bater no chapéu; mas a palavra é recusada em sinal da amizade rompida. A palavra é um elemento unitivo da amizade. É um sopro de vida, vem do peito animado da respiração, ganha concretude na boca, recorta-se nos dentes e modula-se na língua. Em todos os tempos os homens se reuniram para comer juntos o mesmo pão e para falar. Sempre existiu no convívio dos homens esse desejo de união pela substância do trigo e pela vida das palavras.

A sociologia moderna descobriu que o homem não pode viver só e faz alarde da sociabilidade como se esse fenômeno fosse tão novo como a

televisão. Mas essa meia-ciência só compreende uma meia-sociabilidade, aquela que é do pobre, imperfeita, coercitiva, e que aparece sob o imperativo do fazer. Nesse esquema, a volta do trabalho, a mesa comum, o grupo de amigos que conversam, é apresentado como um detrito da vida cidadina, como um episódio vegetativo na vida dinâmica do homofaber.

Ora, tudo o que fazemos, as atividades mais diversas, convergem para esse único e definitivo anelo de nossos corações: a reunião, a paz do convívio, a ação de graças. Esses são os verdadeiros fundamentos de uma sociologia verdadeiramente humana. Os cristãos fazem grande caso do pão, do corpo e da palavra; o amor do próximo se concretiza nesses três elementos. Pelo pão partido em comum a família realiza uma união plástica, o pai distribui vida aos filhos em torno do ágape e todos se vêem, todos se encontram na eternidade de uma visão; pelos corpos os cônjuges se conhecem e se possuem. A palavra, a boa palavra, é o caminho para a mesa e para o tálamo nupcial. Dar a palavra e recebê-la significa confiar e por isso, quando ficamos zangados, quando perdemos a confiança, negamos a palavra.

Desde o tempo de colégio zangar-se era deixar de falar. Instintivamente sabíamos que o sopro da palavra precede a Caridade e que falar já é um pouco amar. Lembro-me bem de algumas brigas eu tive nesse tempo: duraram meses de mal-estar. Mas também me lembro dos dias da reconciliação e do sabor esquisito das primeiras conversas depois das pazes feitas. Encontraria mais tarde esse sabor nas conversas do namorado que tinham qualquer coisa de uma reconciliação. Há em todo noivado uma reconciliação, e em toda reconciliação um noivado.

Para fazer as pazes há um momento difícil. Hesitamos em fazer o primeiro gesto, em pronunciar a primeira palavra; hesitamos por orgulho ou por incerteza. Não sabemos o que responderá o outro, e se de sua parte houver recusa, ainda maior do que antes será o rancor.

O homem que se converte torna a falar com Deus, reata um diálogo interrompido, e desaparecem hesitações e receios quando descobre que a iniciativa primeira veio de Deus mesmo, porque ele já deu a sua Palavra: deu-a como Corpo e continua dando-a como um Pão. A Caridade de Deus entra pelos fundamentos de nossa verdadeira sociologia, desce à simplicidade de nossos melhores desejos, encaminha-nos com a Palavra, nutre-nos com um Pão; reúne-nos num Corpo.

Inclinemos nossos ouvidos às palavras de Paulo sobre a Caridade de

Deus. Está na primeira epístola aos Coríntios, capítulo XIII:

Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver caridade, sou como o bronze que ressoa ou como o címbalo que retine. Ainda que eu tenha o dom da profecia, que conheça todos os mistérios, que possua toda a ciência; ainda mesmo que tenha toda a fé, capaz de transportar montanhas, se não tiver caridade, não sou nada. Se eu distribuir meus bens para alimento dos pobres; se entregar meu corpo às chamas, se não tenho caridade, tudo isto de nada me aproveita.

A caridade é paciente, é boa; a caridade não é invejosa, não se ufana, não se ensoberbece; nada faz que não convenha, não busca seus próprios interesses, não se irrita, não se ofende, não folga com a injustiça, mas alegra-se com a verdade; tudo suporta, tudo crê, tudo espera, tudo sofre.

A caridade jamais passará. Trata-se de profecias? Elas terão fim. De línguas? Elas cessarão. De ciência? Ela chegará a seu termo. Porque em parte conhecemos e em parte profetizamos; ora, quando vier o que é perfeito, o que é parte apenas então passará.

Quando eu era criança, falava como criança, pensava como criança, julgava como criança; desde que me tornei homem abandonei as coisas de crianças. Agora, nós vemos em um espelho, de um modo obscuro; então, nós veremos face a face. Agora, conheço em parte; então, conhecerei como sou conhecido.

Agora, permanecem essas três coisas: a fé, a esperança e a caridade. Mas a maior é a caridade.

Não há engano, leitor: o Apóstolo disse realmente que de nada lhe serviria distribuir todos os bens para o sustento dos pobres se não tivesse caridade. Essa palavra separa claramente a filantropia, a bondade natural de que o mundo se gloria, quando cansa de se gloriar em outras coisas, da verdadeira caridade que é o amor do próximo em Deus e por Deus. Tudo o que escrevi atrás, e mais o que se diz sobre a bondade, perde precisão, desmancha-se num humanitarismo fácil e otimista, quando esquecemos que essa virtude é dom de Deus e fonte verdadeira de todo amor.

O perfume do vinho não dessedenta; o cheiro das fornadas frescas não sacia; se eu disser, agora que o sei, onde se encontra realmente o pão e o vinho, não basta anotar um endereço e pensar nele, à noite, com olhos

úmidos de enternecimento. Quem ouviu a boa notícia da fé e a promessa da esperança não poderá beber e comer da notícia e da promessa; tem de ir, tem de caminhar, tem de chegar à casa da reconciliação, tem de atravessar a soleira duma porta. E junto do altar conhecerá que Deus faz ainda maior caso que nós da Palavra, do Pão e do Corpo, e que nos entrega tudo, como entregou seu próprio Filho na Cruz.

Ousado é o homem que se aproxima daquela pedra, porto ou recife; ousado é o homem que pede tanto e tanto aceita. Porque é terrível a Caridade de Deus escondida no seu Corpo.

Agora me lembro de meu amigo Fred que planejava entrar nas igrejas para levantar, um por um, os que estavam ajoelhados, a fim de reconquistarem todos a glória da verticalidade. Citava Nietzsche e comparava os cristãos a camelos. Tomei afeição por essa imagem, guardo-a, e quando passo a soleira daquela porta, depois de atravessar desertos áridos, lugares secos e tristes, gosto de pensar que estou carregando entre as bossas a minha miséria e um pouco da miséria dos outros, para despejá-las todas, ajoelhado, diante do Senhor. Amável é esse oásis, e melhor do que a tâmara doce é a Caridade de Deus.

Somos poucos, magra caravana de joelhos calosos, mas no meio de nossos fardos carregamos os nomes dos que não vieram, e achamos jeito de convencer o Senhor que um nome é quase uma presença. Memento, Domine.

Estejam onde estiverem, dormindo ou discutindo guerra e economia nos cafés: nada os livra de ter de manhã seus nomes em cima de nossas bossas e um pouco de suas misérias em cima do altar. Carregamos os outros, os vivos e os mortos, os mortos dos outros, os mortos que já não tenham ninguém no mundo para pronunciar seu nome de joelhos.

Mas depois que descarregamos nosso ofertório, a razão principal de nossa jornada cotidiana se manifesta. Pedir, orar pelos vivos e pelos mortos, em qualquer lugar seria possível, porque a Caridade de Deus está em toda parte e a voz de quem ama é sempre ouvida. Se nossa religião fosse feita somente de bom sentimento e de saudade, ficaríamos rezando em casa ou iríamos chorar nos cemitérios. Ali, porém, naquele edifício, no momento em que o sacerdote pronuncia as palavras de consagração, nós estamos na casa do Senhor, na Sua presença real. O diálogo cristão atinge seu instante único no Mistério: o Verbo está

presente, realmente presente, falando no silêncio augusto dessa presença, falando sendo, sendo o que sempre foi desde o princípio. E o povo que pedia e chamava, que há pouco orava confiante e filial, ouve agora esse silêncio, e contempla na fé o Outro, o Ser perfeito que nada pode diminuir ou acrescentar, o Ser completo e imutável que por amor consentiu em depender da palavra consagratória saída de boca humana. Sua transubstanciação saiu de boca humana para mergulhar outra vez na consumação de boca humana. E a boca humana que fala e come, fala o Verbo de Deus e come o Corpo de Deus.

E nós todos ousamos, um por um, em fila, em caravana, ousamos nos aproximar do mistério extraordinário, que se torna então um mistério ordinário.

Depois do “Ité”, somos outra vez camelos pelas ruas da cidade: poucos, de joelhos calosos, ruminando em nossos corações a Caridade de Deus.

UM CAPÍTULO A MAIS

Depois que falei na Caridade de Deus, que desceu a nós, na forma de uma Palavra, escondida num Pão, o clímax da história que me propus foi atingido; tudo mais é supérfluo. Este é portanto um capítulo a mais. Terá um gosto antiquado de epílogo, e parecerá mau ao leitor, acostumado à estrutura dos romances modernos, que pretendem mostrar a vida como um fio sem fim, águas que passam e tornam a passar, com a monotonia terrível das coisas que nunca são as mesmas e sempre se repetem.

Mas não é um epílogo; como vou falar de pagamentos e dívidas, tome-o o leitor como um balanço, e até, em vista da enorme lista de credores, talvez seja melhor considerá-lo uma ladainha de gratidão.

Realmente, eu tenho agora a quem pagar e a quem agradecer. Houve tempo em que não tinha, ou não queria. Nos melhores momentos de minha vida houve tempo em que não tinha a quem agradecer. Mas nem por isso me julgava isento de dívidas; ao contrário, sempre me atormentei por me sentir carregado e me enervava julgando que as poderia saldar, que estava nas minhas mãos uma completa reabilitação, dando ao mundo uma contribuição, uma obra, o perfeito cumprimento dos deveres cívicos e familiares. Nos dias mais otimistas chegava a sonhar com um saldo credor e seria o mundo então a me dever antologias ou bronzes.

Em geral, porém, atormentava-me um complexo de dívida que crescia com os anos, que se avolumava em cada hora, anunciando uma inevitável falência. Em rapaz li umas páginas amargas e cruéis de Papini que me fizeram grande impressão porque se ajustavam exatamente ao meu amargo conflito de adolescente. Papini estava irritado por dever todas as coisas que escrevia aos antepassados, a Dante, a Shakespeare, aos autores cujos nomes brilhavam nos dorsos de sua biblioteca. Sentia-se ligado a uma interminável procissão de mortos, aconselhado por sombras, amparado por fantasmas. Seu quarto de escritor pobre povoava-se de vozes que sussurravam sugestões e tinham às vezes a impertinência de ditar frases inteiras... Depois, se não confundo na memória o que dizia Papini e o que eu mesmo senti, descobria ele com terror que não era somente aos grandes mortos que devia suas palavras ardentes: era ao jornal que lera, ao homem da esquina que lhe murmurava umas palavras sem nexos em troca de meia lira. Devia tudo a todos; devia tudo a tudo. Um período melhor lhe saía de uma mudança de tempo; um adjetivo chegava com uma brisa de verão. O barômetro na parede ligava-o ao cosmos e funcionava como indicador de um balanço ridículo e insolúvel. Mas ainda foi pior quando considerou que devia um capítulo inteiro a uma xícara de café: pôs-se a pensar nas terras distantes do Brasil, nas plantações, nos grandes navegantes, e então, desesperado, rangeu os dentes como um sujeito arruinado e perseguido pelos credores.

O cristão, nessa matéria de dívidas, é um indivíduo singular e não deixa de ser um pouco inquietante; dir-se-ia que não tem vislumbres de escrúpulos, porque fala alto na sua dívida imensa e fica extremamente alegre quando descobre que não tem com que pagar. É o insolúvel jubiloso que menciona seu saldo devedor cantando. Mesmo quando paga, ainda usa uma moeda ridícula, sem câmbio, um velho tostão inútil perdido nas profundezas dum bolso. E esse mesmo tostão ainda lhe foi dado pelo Credor principal, ficando portanto a dever mais em cada prestação que entrega.

Ele paga suas dívidas como em pequenino dava presentes ao pai no dia do aniversário, sabendo perfeitamente, sem pejo, sem a menor sombra de caráter, que o presente afinal vinha do próprio pai. A alegria da dádiva estava principalmente nesse fato de ser uma devolução que fechava a corrente viva que vinha do pai e voltava para o pai.

Assim é este capítulo com que estou encerrando uma história simples: um tostão, um dinheiro de nada que entrego com alegria para ainda me aumentar a dívida enorme. E aí vai, leitor, a ladainha de minha gratidão.

Agora tenho a quem agradecer; tenho excessivamente a quem agradecer: a Deus na Santíssima Trindade — ao Pai, ao Filho, ao Espírito Santo. Tenho que agradecer à Virgem Santíssima e a São José; aos anjos de Deus, aos santos apóstolos Pedro e Paulo. A todos os santos. Tenho que agradecer a todos os santos de todos os tempos; aos santos fundadores das grandes ordens, a São Bento, a São Domingos, a São Francisco, a Santo Inácio; aos santos doutores; aos santos confessores; às santas virgens, aos santos mártires.

Tenho que agradecer aos vivos e aos mortos, às almas no céu e no purgatório. A todos os vivos que testemunharam a Caridade de Deus; àqueles que vi de perto com os olhos marejados; às mãos que me ajudaram; às bocas que me falaram. Tenho que agradecer ao padre que trouxe em minha casa o Corpo de Deus sob o hábito do probrezinho de Assis; à minha mãe; aos amigos que me ampararam, um por um, incluindo aquele que depois deixou de me querer bem.

Tenho que agradecer particularmente ao abade do Mosteiro de São Bento; e que esse agradecimento seja distribuído por todos os seus filhos, pelos mais velhos e pelos mais novos; e pelos últimos, os mais moços, que pela idade seriam quase meus filhos e que me ajudaram e me ensinaram como se fossem meus pais.

Quando esses moços escolheram a melhor parte, trocando a amizade boêmia pela amizade mais intimamente ligada à comunhão dos santos, minha sala de jantar ficou um pouco despovoada e muita saudade tive de esconder. Falou-se no acontecimento, porque foram quinze ou dezesseis moços a vestirem o hábito beneditino; escreveram-se coisas sensatas e insensatas sobre o chamado movimento litúrgico; os prudentes recearam talvez que uma multidão de moços corresse para junto do altar e precipitasse a Parusia do Senhor; houve polêmicas, mesmo entre os homens que confessam a Fé em torno da piedade e da tranqüilidade das sacristias. Em outra ocasião (lá vai mais uma promessa de outro livro) voltarei para dar um testemunho sobre essa escandalosa e imprudente ação do Espírito Santo: agora quero somente agradecer.

E aí fica minha incompleta ladainha da gratidão.

Mas, pensando melhor, devo fazer uma advertência:

Um leitor pouco afeito aos absurdos da vida cristã, no critério usualmente adotado na prática dos negócios, concluirá que nosso principal Credor é pouco exigente e se deixa comover com protelações.

De fato não é assim. Se de cada vez pagamos parcelas mínimas, e essas mesmas à custa do próprio Credor, a condição exigida em cada ato se reveste de uma decisiva importância. Cada tostão, cada agradecimento, cada pequeno ofertório, representa na vida cristã a totalidade de uma entrega, de tal modo que basta puxar um pouco para que tudo em nós, corpo e alma, tudo o que temos e somos, seja arrastado atrás, arrebatado, irresistivelmente possuído. Quando estendemos a mão para ajudar alguém damos uma ponta de nós mesmos, uma ponta que foi feita para isso, para avançar, para chegar onde não chega o coração. Nosso ofertório também é a ponta de nosso tudo.

Essa prática é perfeitamente clara para um namorado que recebe um aceno, uma flor, um sinal que as pessoas de idade madura consideram como frivolidades insensatas; o namorado sabe que aquele sinal é a ponta de uma entrega inteira que alcançará um dia o esplendor de uma núpcia. O pagamento cristão também não é pagamento: é presente de filho ou sinal de namorado; é pequenino, insignificante, ridículo, mas vale pelo fio que nos prende a alma numa entrega total. Deus, realmente, exige tudo.

Lembro-me agora de um personagem de Dickens, o estranho Micawber, que passava a vida a se enredar em compromissos, letras, empréstimos e acabou indo parar, mais alegre do que nunca, na prisão por dívidas. Para que o leitor possa compreender melhor a semelhança entre o nosso caso e o de Micawber quero contar um episódio que terminará este livro. Aconteceu no Mosteiro de São Bento no dia em que fui, em companhia de onze amigos, receber o escapulário de oblato beneditino. É um pequeno episódio que aparece, como os outros da vida religiosa, com as marcas exteriores de um rito, isto é, como uma encenação e um diálogo. Todo o ritual cristão é uma espécie de teatro: os personagens entram e saem, vão de um lado para outro, tomam posições marcadas e estudadas, e dizem certas palavras previstas que geralmente são ensaiadas na véspera. É um teatrinho. Cada um já sabe o que vai dizer, o que vai ouvir e o que acontecerá, estando o imprevisto, a surpresa, o desenlace sensacional, que no teatro do mundo constituem o principal atrativo, inteiramente banidos. Um indivíduo exigente em intensas vibrações psicológicas achará o ritual cristão demasiado infantil. E assim é.

Já observei um fenômeno curioso a respeito das objeções que o mundo costuma levantar contra a Igreja Católica; quase sempre o descrente tem razão. Diz por exemplo que a Igreja é intolerante e ela de fato o é ainda mais do que imagina o descrente. Diz que a Igreja perdeu o prestígio no mundo, e realmente ela o perdeu desde o dia da crucificação. Que a nossa moral é de escravos; e logo os nossos sacerdotes abaixam a cabeça

para receber a tonsura dos escravos. Que somos camelos; e todos nos ajoelhamos para que o Senhor disponha de nossas bossas. Que o homem é apenas aquilo que come; e o cristão passa a comer o Corpo de Deus para ser realmente aquilo que come. Agora, a propósito do ritual, vem o homem do mundo nos dizer que é teatro de crianças, e nós ficamos contentíssimos com sua descoberta.

O ritual cristão é feérico como um teatro de crianças pela completa ausência do elemento sensacional, como também nos contos de fada só existe verdadeira féerie depois que as crianças sabem exatamente o que vai acontecer. Na primeira vez que a fada transforma o vestido sujo da gata borralheira num outro azul do céu com todas as estrelas, a criança fica tão espantada como se um de nós lhe mostrasse, num tubo de ensaio, um precipitado de sais de cobalto. Nas vezes seguintes é que ela conhece o verdadeiro deleite da féerie, que consiste na espera do acontecimento despojado de espanto e sensação, dum acontecimento tão banal e tão feérico como a chegada do pai em casa na hora do jantar. As crianças gostam muito que lhes repitam indefinidamente a mesma história e possuem um verdadeiro senso do ritual. Depois da adolescência, o homem perde esse senso, o gosto de brincar com a esperança em Deus, e torna-se exigente em matéria de teatro. Seus personagens serão interessantes, dignos de nota, somente na medida em que são portadores de um conflito que tanto pode ter finuras psicológicas como a violência de um assassinato.

O rito cristão é realmente um teatro só para crianças; é preciso ser como as crianças para aceitar o sentido profundo das cenas muito simples e das palavras decoradas. A palavra decorada do ritual quer dizer palavra do coração, palavra gravada, guardada, para ser depois pronunciada no diálogo da boa vontade. E é por isso que os postulantes, naquele dia, apresentaram-se diante do abade muito contentes, carregando palavras em seus corações e já sabendo de antemão as outras que ouviriam.

A cerimônia começa dizendo o padre-mestre ao abade que ali estão alguns seculares que vieram bater à porta do mosteiro para pedir alguma coisa. Pergunta então o abade aos hóspedes o que pedem eles, e todos, com uma só boca, recitam o pedido da fraternidade na regra beneditina. Depois desses preliminares e já vestidos com o escapulário, segue-se uma cena particularmente importante.

O leitor há de estar lembrado que em outros tempos andei em rodas marxistas e nietzschistas, hesitando entre a sociedade sem classes e a grande raça caucásica, não sabendo se deveria levantar a mão direita dura como um dardo, ou a esquerda com o punho fechado em sinal de

revolta. Pois agora, diante do abade, que representava outro Pai, eu já não tive que hesitar porque levantei as duas mãos. E todos nós, os doze oblatos novos, levantamos as mãos como as orantes antigas, cantando as palavras decoradas: — Suscipe me, Domine, secundum eloquium tuum...

E aí está, leitor amigo, como acaba esta história, um pouco no gosto das novelas policiais, estando eu desarmado, inteiramente entregue, hands up, como um prisioneiro de Deus.

Rio — Dezembro de 1943

APÊNDICE: CARTA DE JACQUES
MARITAIN A GUSTAVO CORÇÃO

PRINCETON UNIVERSITY
PRINCETON, NEW JERSEY

26 Linden Lane
Princeton, N.J.

9 Août 1959

Cher ami,

Je viens de recevoir un exemplaire de l'édition brésilienne de *Reflexions on America*; je suis profondément touché que vous ayez écrit une préface pour cette édition, et je vous en remercie très cordialement. Il y a dans cette préface une générosité d'intelligence et de cœur qui m'ont tout particulièrement, vous avez si bien compris tout de choses dans ma vie de Thomista vagabond, et tout ce qui fait de mes livres un "signe de contradiction"...

Je ne puis vous écrire que trop brièvement, travail et fatigue ne me laissent pas de répit. Je vous salue.

ajouter quelques lignes pour mes dire combien
j'ai admiré my neighbors as myself. Le
dernier chapitre a pour moi une signification
très personnelle, il m'est doux de penser que
nous sommes frères en saint Benoît.

Je pense à vous avec une vive
affection. Prions pour vous. Raissa et moi
vous disons notre fidèle amitié

Laque, maintenant

Vous savez que nous avons eu la
bonne fortune de voir plusieurs fois cette année
notre cher Anacostis Lima. Nous avons souvent
parlé de vous.

Princeton University
Princeton, New Jersey
26 Liden
Lane Pricenton, N.J.

9 Août 1959

Cher ami,

Je viens de recevoir un exemplaire de l'édition brésilienne de *Reflections on America*; je suis profondément touché que vous avez écrit un préface pour cette édition, et je vous en remercie très cordialement. Il y a dans cette préface une générosité d'intelligence et de coeur qui m'émeut tout particulièrement, vous avez si bien compris tant de choses dans ma vie de thomiste vagabond, et dans ce qui fait de mes livres une "signe de contradiction"...

Je ne puis vous écrire que trop brièvement, travail et fatigue ne me laissent pas de répit. Je veux cependant ajouter quelques lignes pour vous dire combien j'ai admiré *My neighbour as myself*. Le premier chapitre a pour moi une signification toute personnelle, il m'est doux de penser que nous sommes frère en Saint Benoît.

Je pense à vous avec une vive affection. Priez pour nous.

Raïssa et moi vous disons notre fidèle amitié.

Jacques Maritain

Vous savez que nous avons en la bonne fortune de voir plusieurs fois cette année notre cher Amoroso Lima. Nous avons souvent parlé de vous.

Caro amigo,

9 de agosto de 1959

Acabei de receber um exemplar da edição brasileira de *Reflections on America*; fiquei profundamente comovido por você ter escrito um prefácio para essa edição, e lhe agradeço muito cordialmente. Há nesse prefácio uma generosidade de inteligência e de coração que me agrada particularmente, você compreendeu muito bem tantas coisas na minha vida de tomista vagabundo, e naquilo que faz dos meus livros um "sinal de contradição"...

Só posso lhe escrever de forma breve, o trabalho e a fadiga não me dão

descanso. Quero acrescentar algumas linhas para lhe dizer o quanto admirei A descoberta do outro. O primeiro capítulo tem para mim uma significação muito pessoal, fico contente em saber que somos irmãos em São Bento.

Penso em você com uma viva afeição. Reze por nós.

Raïssa e eu lhe dedicamos nossa fiel amizade.

Jacques Maritain

Você sabe que tivemos a sorte de encontrar nosso querido Amoroso Lima várias vezes este ano. Muitas vezes falamos de você.

NOTAS DE RODAPÉ

1 “Meu caro senhor, preciso vos dizer, com pesar, que não compreendestes nada da Exegese dos lugares-comuns, por isso supondes que posso ter uma opinião sobre o que quer que seja. Eu só tenho crenças e certezas absolutas as quais posso manter ou abandonar sempre que quiser, naturalmente” — NE.2 “O que há de mais perturbador no catolicismo é que jamais temos mérito” — NE.3 “Chesterton, muito menos claro em significado do que Pascal, muito menos espiritual, não nos leva a profundidades tão vertiginosas. Não nos dá o frisson da eternidade” — NE.4 Conto de fadas — NE.5 “São a ênfase e a rigidez juvenis do texto primitivo o que torna a sua leitura hoje quase insuportável. Temos então essas páginas que não foram escritas senão para a mais pura verdade, e que se imaginam transparentes somente à luz do objeto; a disposição do momento também aparece no seu estilo; seu estilo! Um filósofo não deveria ter estilo” — NE.